



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CII - N° 827 - 2º quadrimestre de 2015

42
MEXICO 75

40 ANOS!

A ÁFRICA E O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO p.23

MARCELO DE JESUS SANTA BÁRBARA

AS COMUNIDADES ISLÂMICAS NO BRASIL E A SEGURANÇA NACIONAL p.34

GIOVANI DALAROSA AMARAL

A AVIAÇÃO DURANTE A BATALHA DE BOQUERÓN p.50

RENATO JAVIER ANGULO APONTE



A DEFESA NACIONAL

Editor

Eduardo Nogueira Duarte

Corpo Redatorial

Editor-chefe: Edmundo Mafra Faria (presidente);
Editor adjunto: José Sávio;
Editora: Maria da Motta Ferreira;
Assistente de redação: Oliveira Lima;
Redator: Henrique Alvaro; Bapista;
Redator: Henrique Pedroso (criador).

Composição

Editor: Antônio Manoel de Sá (maior do Exército)
Editor adjunto: Edmundo Mafra Faria;
Assistente de redação: Rui de Oliveira Lima;
Editor adjunto: Henrique Alvaro; Bapista;
Editor adjunto: Henrique Pedroso (criador).

Revisão

Editor: Henrique Pedroso (criador).

Diagramação

Julia Duarte

Impressão

Printaria Gráfica e Editora

Direção, edição e distribuição

BIBLTEX

Palácio Duque de Caxias
Praça da Cidade, 25 - 3º andar - Ala Marçilio Dias
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20221-260
tel: (21) 2519-5711 - fax: (21) 2519-5569
www.biblrex.ensino.eb.br

Os comentários técnico profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio:

com publicações nacionais ou estrangeiras
os originais deverão ser **enviados para a ECEME**
e serão apreciados para publicação, sempre
que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa
Microsoft Word®; formato A4, fonte Arial 12, margens
de 3cm (E) e 2,5cm (D), entrelinhamento 1,5.

**As figuras deverão ser fornecidas em separado,
com resolução mínima de 300dpi.**

O artigo, sendo científico, deverá conter
os elementos pré-textuais que o caracterizam.

Os autores são responsáveis pela
adequação das referências às normas da
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

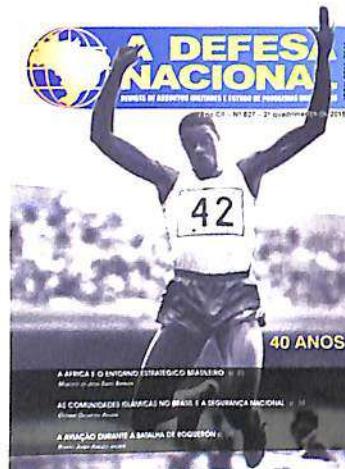
PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos
será feita na Administração

tel: (21) 2519-5711



Fake-Simile da portada do N° 1, Ano I - 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



NOSSA CAPA

Homenagem ao tenente João Carlos de Oliveira pelos 40 anos de seu recorde mundial no salto triplo, obtido nos VII Jogos Pan-Americanos, na Cidade do México, com a marca de 17,89m.

A façanha acrescentou 45cm ao recorde anterior, conquistado havia apenas três anos, em 1972. Só seria superada uma década depois, por 8cm.

Ao inesquecível João do Pulo, o reconhecimento e a gratidão do Exército Brasileiro.

Foto: Antonio Nery | Agência O Globo

Diagramação: Julia Duarte

EDITORIAL

Prezados leitores,

Fale macio, mas tenha à mão um grande porrete foi o slogan usado pelo presidente Theodore Roosevelt ao lançar o que ficou conhecido como a “política do grande porrete”, no início do século XX, quando os Estados Unidos se apresentavam ao mundo como um grande ator da cena internacional. A ideia embutida nessa frase simples e direta é a de que política internacional não se faz apenas com diplomacia. Há ocasiões nas quais é preciso usar ou exibir capacidade militar para respaldar os interesses nacionais nas negociações. Essa ideia, por si só evidente, é tão mais verdadeira quanto maior for o país e maiores forem suas ambições de protagonismo internacional.

Numa época em que o Brasil aspira claramente ser reconhecido como um ator global, é surpreendente que os formuladores da política nacional ainda não demonstrem haver compreendido o papel das Forças Armadas nas questões de política externa, acreditando que apenas o “poder suave” (cultura, música, esportes e simpatia) é capaz de garantir que uma nação seja respeitada e levada a sério no concerto das nações.

Essa questão vital para o futuro das Forças Armadas é apresentada nesta edição de *A Defesa Nacional* pelo professor João Fábio Bertonha. Em seu artigo *Brasil: uma potência militar emergente? A questão do uso da força nas relações internacionais brasileiras, de Lula a Dilma*, o professor Bertonha aponta as carências das Forças Armadas brasileiras e as limitações da retórica expressa nos documentos oficiais do Ministério de Defesa, diante das crises econômicas e da negligência de sucessivos governos, incapazes de compreender o papel das Forças Armadas como instrumento da política nacional. Como bem ressalta o autor, *estar no topo do mundo é ter poder e exercê-lo, e se*

recusar a fazê-lo é simplesmente voltar à base e até ser manipulado pelos outros.

Sobre o papel do Brasil no seu entorno estratégico, esta edição também traz um artigo do capitão Marcelo de Jesus Santa Bárbara, com o tema *A África e o entorno estratégico brasileiro*. Seu artigo destaca a importância do continente africano diante da iniciativa brasileira de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, visando ao aproveitamento do potencial de desenvolvimento econômico da região.

Dois artigos desta edição abordam temas que concernem às questões de segurança nacional e dos riscos do terrorismo. O primeiro deles, do major Giovani Dalarosa Amaral tem por tema *As comunidades islâmicas no Brasil e a Segurança Nacional*. O artigo alerta para a possibilidade de infiltração de grupos terroristas islâmicos, ocultos na crescente comunidade muçulmana residente no Brasil. O autor recomenda o respeito e a tolerância mútua entre a maioria cristã e a minoria islamita, mas também o reforço da capacidade dos órgãos de inteligência, visando a prevenir a ocorrência de atos terroristas de qualquer origem.

No segundo artigo dentro da mesma temática, o tenente-coronel Rui Martins da Mota traz a público suas *Considerações sobre o Terrorismo na América do Sul*. No artigo, o Ten Cel Martins Mota aponta para a dificuldade de obtenção de consenso internacional em torno do conceito de terrorismo, em função das divergências de interesses políticos e posições ideológicas, e alerta para a perspectiva de aumento da incidência de atentados terroristas na América do Sul bem como do uso da região por organizações terroristas internacionais para a obtenção de apoio logístico e financeiro.

Esta edição de *A Defesa Nacional* também traz dois artigos que abordam a História Militar. No primeiro deles, o jovem pesquisador paraguaio Renato Angulo Aponte nos apresenta o emprego das armas aéreas paraguaia e boliviana durante a Guerra do Chaco. Seu artigo *A Aviação durante a Batalha*

de Boquerón nos dá uma ideia dos esforços de dois pequenos países sul-americanos, contando com limitadíssimos recursos econômicos e militares, para fazer prevalecer suas pretensões territoriais sobre uma região quase desabitada e cuja posse era historicamente incerta. O palco dos eventos é o Chaco Borela, e os protagonistas são os poucos e destemidos aviadores paraguaios e bolivianos, que tiveram papel decisivo para o desenlace das operações, principalmente como elementos de reconhecimento e de apoio às atividades de comando e controle sobre as tropas de terra.

No segundo texto histórico, sob o título *Ensinamentos da Primeira Guerra Mundial para a infantaria brasileira*, o major Arlindo José da Cruz Neto apresenta a gênese do grupo de combate como célula básica das unidades de infantaria durante a então chamada Grande Guerra (1914-1918), a partir de experimentos táticos alemães e franceses, que visavam a romper o impasse da guerra de trincheira. Sua preocupação é com a perda do sentido doutrinário do papel do grupo de combate no Exército Brasileiro do século XXI, quando grande parte dos esforços da Instituição têm-se concentrado nas operações de garantia da lei e da ordem, desempenhando, basicamente, funções policiais. O alerta merece ser objeto de reflexão nas escolas militares e no Estado-Maior do Exército.

Ao publicarmos mais um número de *A Defesa Nacional*, esperamos que a sua leitura contribua, em alguma medida, para o desenvolvimento profissional dos seus leitores militares, mas também para a reflexão dos acadêmicos, dos formadores de opinião e dos decisores políticos com interesses ou atribuições nos campos da Segurança e da Defesa Nacional.

Desejamos a todos uma boa e enriquecedora leitura!

SUMÁRIO

BRASIL: UMA POTÊNCIA MILITAR EMERGENTE? A QUESTÃO DO USO DA FORÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASILEIRAS, DE LULA A DILMA	5
<i>João Fábio Bertonha</i>	
A ÁFRICA E O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	23
<i>Marcelo de Jesus Santa Bárbara</i>	
AS COMUNIDADES ISLÂMICAS NO BRASIL E A SEGURANÇA NACIONAL	34
<i>Giovani Dalarosa Amaral</i>	
A AVIAÇÃO DURANTE A BATALHA DE BOQUERÓN	50
<i>Renato Javier Angulo Aponte</i>	
ENSINAMENTOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL PARA A INFANTARIA BRASILEIRA	69
<i>Arlindo José da Cruz Neto</i>	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRORISMO NA AMÉRICA DO SUL	85
<i>Rui Martins da Mota</i>	

Brasil: uma potência militar emergente?

A questão do uso da força nas relações internacionais brasileiras,
de Lula a Dilma*

João Fábio Bertonha**

Introdução

Esse artigo tem, como preocupação central, a questão do poder militar brasileiro e seu papel nas relações internacionais do país nos anos a seguir. Mais especificadamente, o seu foco é discutir se um reforço nas capacidades militares brasileiras seria algo desejável ou não para a ampliação das suas pretensões internacionais. Dotar o Estado brasileiro de aparatos militares adequados significaria aumento do poder nacional e da capacidade deste em influenciar o mundo? Ou, ao contrário, nos faria perder a imagem pacífica que nos caracteriza e seria, portanto, danosa aos nossos objetivos? Essa é a questão de fundo que atravessará todo esse texto.

Para tanto, o artigo se desdobrará em várias partes. Em primeiro lugar, procurarei demonstrar uma das singularidades do Brasil dentro dos BRICs, ou seja, o seu pou-

co peso em termos militares. Posto isso, discutirei se esta opção pela pouca relevância estratégica é efetivamente algo consciente ou uma reação às circunstâncias históricas e se ela poderia e deveria (ou não) ser revista frente às novas ambições internacionais do país. Por fim, tendo como ponto de partida uma avaliação das atuais capacidades militares brasileiras, procurarei avaliar se as iniciativas do governo Lula e Dilma na direção de uma nova geometria de defesa no país (a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e sua revisão em 2012 e os acordos com a França de 2009) representam passos consistentes na direção desejada ou não.

A ideia central do texto é, portanto, compreender o momento estratégico brasileiro e apresentar algumas idéias de como a máquina militar nacional pode e deve ser potencializada para dar conta do novo cenário internacional e das ambições brasileiras dentro dele.

* Artigo originalmente publicado, em língua inglesa, na *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 2:107-124, 2010. A presente versão recebeu uma necessária atualização, em função das mudanças conjunturais e estruturais entre a publicação do texto original e o momento atual, a qual não inclui, contudo, a adição de novas referências bibliográficas. O título foi levemente modificado para deixar clara essa alteração.

** Doutor em História pela Unicamp, com estágios de Pós-Doutorado na Università degli Studi di Roma, na Universidade de São Paulo e no European University Institute, Firenze; livre-docente em História pela USP e pós-graduado em assuntos estratégicos internacionais pela National Defense University (EUA); Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e Pesquisador bolsista do CNPq. Site pessoal: joaofabiobertonha.com

O Brasil: o BRIC pacífico?

Falar dos BRICs e do seu papel na geopolítica do século XXI se tornou quase um lugar-comum, com Brasil, Rússia, Índia e China se tornando as vedetes das relações internacionais nesse início de século. Esses quatro países formam o bloco emergente nas decisões mundiais, e isso já se estaria manifestando em organizações multilaterais várias, em reuniões como as de Brasília em 2010 e em outras iniciativas.

Com certeza, a ascensão desse bloco (e de outros países médios, como a Indonésia, o México ou o Irã) representa uma transformação radical na economia e na distribuição de poder mundial nos anos a seguir. Iniciativas conjuntas de Moscou, Brasília, Nova Déli e Pequim também têm tido repercussão, especialmente em fóruns como o G-20 e outros.

É questionável, contudo, se haveria alguma chance de esse bloco criar uma política comum, especialmente em termos estratégicos, já que os interesses dos quatro estão mais distantes do que próximos, salvo em questões específicas, como a busca de maior espaço frente ao poder tradicional dos EUA e Europa. A sigla BRIC, na verdade, indica uma homogeneidade que não existe.

Mais do que isso. O uso do termo BRIC encobre um fato evidente, ou seja, que os elementos de poder disponíveis para cada uma das quatro nações são muito distintos e que, justamente por isto, a sua capacidade em influenciar as grandes decisões mundiais não é exatamente a mesma.

A Rússia, por exemplo, é uma potência militar de primeira grandeza, com tradição

diplomática e capacidade de projeção de poder, ao menos nas vizinhanças. No entanto, sua performance econômica ainda é incerta, já que fortemente baseada no petróleo, sua população está em queda e seu apelo cultural é limitado (Bertonha, 2009 e 2009a). A Índia também conta com um aparato militar razoável e uma economia em crescimento, mas sua vizinhança é relativamente hostil e sua estabilidade interna questionável.

A China tem uma economia em forte crescimento, um aparato militar sendo modernizado e uma capacidade de atuação internacional em clara ascensão. A razoável capacidade de exportação da cultura chinesa e seu perfil moderado nas relações internacionais também são elementos em seu favor. Mas não se sabe se o Partido Comunista chinês será capaz de dar conta da monumental tarefa de modernizar aquela sociedade sem que o seu tecido social se rompa, e a escassez de matérias-primas e energia pode se revelar um problema no futuro.

O Brasil está em outro patamar. Sua economia é mais moderna e madura do que a chinesa, a indiana e mesmo a russa e até por isto não consegue crescer no mesmo ritmo das asiáticas. O país também tem dificuldades, especialmente no campo da educação, para se converter em uma sociedade e economia do conhecimento. Mesmo com a paralisação do crescimento econômico no primeiro mandato da presidente Dilma, o potencial para o crescimento continua grande.

A imagem do Brasil no mundo, em geral, é bastante positiva, e, numa vizinhança sem grandes rivais, a ascendência brasileira pode se manifestar sem grandes problemas.

A cultura brasileira também é bastante apreciada — ainda que o idioma português a isole até certo ponto (Gratius, 2007, p. 9) — assim como sua tradição diplomática, o que indica como, em termos de soft Power, a situação é, ao menos potencialmente, positiva.

Assim, frente aos outros BRICs, a situação brasileira poderia ser considerada tranquila. Temos uma economia mais madura e já completamos a maior parte do processo de modernização e transição da agricultura para a modernidade. Nossa cultura é pacífica e apreciada, somos razoavelmente bem vistos pelo resto do mundo, e nossa capacidade de ação diplomática, de negociação e ação nos foros internacionais, mais do que reconhecida.

A pergunta que fica, ao fundo, é: isso basta? Entre os quatro BRIC, somos os únicos que não dispomos de armas nucleares. Tanto Rússia como China e Índia, por sua vez, têm capacidade de intervir militarmente ao menos nas suas vizinhanças próximas (Leste Europeu e Ásia Central, Extremo oriente e bacia do Índico), enquanto a brasileira, para fazer o mesmo no seu entorno (a América do sul), é duvidosa. A disponibilidade de recursos militares para ações para além desses entornos é, nos quatro casos, limitada, mas a brasileira é ainda menor. Entre os BRICs, para não falar das outras grandes potências mundiais, o Brasil é, para o bem ou para o mal, o menos armado. Isso pode não ser tão importante numa vizinhança relativamente pacífica como a sul-americana (Gratius, 2007, p. 9), mas limita a atuação internacional do país, e ficam as perguntas se essa renúncia ao poder militar é positiva ou não para o país e se ela é intencional ou simples-

mente um efeito da própria despreocupação do país frente à questão da segurança.

Brasil: um país pacífico por natureza?

Há muito, um mito envolve a identidade brasileira, ou seja, a de que somos um povo pacífico por convicção, incapaz de se envolver em guerras civis ou conflitos externos para resolver pendências e problemas. A conciliação e a negociação estariam sempre presentes, e isso seria um elemento positivo da nossa sociedade e cultura.

Não deixa de ser verdade que certas sociedades, como as de alguns de nossos vizinhos da América hispânica, têm uma tradição cultural, especialmente no campo da política, mais conflituosa e menos disposta à negociação e à composição. Não obstante, é fácil verificar que é este um mito, especialmente quando pensamos na longa história de conflitos, escravidão, lutas sociais, violência urbana e outros elementos que marcam a história brasileira.

Como corolário desse mito, existe a idéia de que o Brasil, nas suas relações internacionais, é um país pacífico e que renunciou ao uso da força como instrumento de política externa.

Provas desse caráter pacífico brasileiro estariam na História: as duas maiores ações militares do país no exterior (Paraguai e a Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial) se distanciam entre si por quase um século e, desde então, o Brasil só tem atuado em missões internacionais, como na República Dominicana em 1965, na África e Oriente Médio e, agora, no Haiti.

Com nossos vizinhos, sempre houve

tensões, e estas, às vezes, chegaram a níveis elevados. Em alguns momentos, inclusive, como durante os governos militares, a diplomacia brasileira e as Forças Armadas chegaram a pensar em intervenções no Uruguai e atuaram na política interna de Chile, Uruguai e Bolívia. Mas foram momentos excepcionais, e o Brasil não entra em guerra com seus vizinhos há mais de cento e quarenta anos, o que é, sem dúvida, um número excepcional (Myamoto, 2009, p. 24-26). Do mesmo modo, apesar de lembranças contínuas, por parte dos vizinhos, do expansionismo luso-brasileiro através dos séculos e de medos ocasionais nesse sentido ainda aparecerem, fato é que o espaço brasileiro está consolidado há muito, e a necessidade de força militar nessa consolidação foi menor do que na história de outros países.

Outros pontos contenciosos são questões comerciais ou o papel de Brasil e Argentina no Conselho de Segurança da ONU. Tais conflitos, contudo, não são excepcionais no cotidiano de nações, e nunca se chegou à guerra por isto. O Estado brasileiro faz, igualmente, grande esforço para não dar um tom militar, estratégico, aos esforços de integração regional, com a exceção de iniciativas de coordenação, como o Conselho de Defesa sul-americano. Brasília busca disfarçar/manifestar cautela nas suas pretensões de liderança no subcontinente, e o próprio Mercosul entraria nesta lógica de não confrontação.

Já no tocante ao espaço fora da América do Sul, as pretensões do Brasil nunca foram fundadas em poder militar, mas na arbitragem, no direito e na atuação nas inúmeras organizações internacionais de que o país

fez/faz parte. (Myamoto, 2009, p. 24-26).

Tudo isso indica como, de fato, a projeção internacional ambicionada há muito pela elite brasileira não implica uma postura agressiva frente aos vizinhos e muito menos qualquer tentativa de modificar a ordem mundial pela força. O Brasil é, para todos os efeitos, um país pacífico, que não relaciona a sua política externa com capacidade de projeção militar, preferindo o diálogo e as concessões contínuas.

Fica a pergunta, contudo, se é esta uma postura assumida deliberadamente pela elite brasileira (a qual seria, seguindo essa linha de raciocínio, muito mais idealista do que outras) ou uma mera opção conjuntural, derivada da fria avaliação das possibilidades estratégicas brasileiras e da despreocupação com a questão da segurança.

Alsina Jr. (2009) faz uma avaliação bastante densa a esse respeito e, em essência, sua conclusão é que, em que pese à existência de uma tradição nacional de resolução dos conflitos pela negociação, essa política não confrontacionista também é reflexo da debilidade do poder militar nacional ao longo do século XX. Assim, a preponderância da diplomacia sobre as forças armadas resulta de uma identidade nacional conciliatória somada ao reconhecimento de falta de capacidade efetiva de uso da força.

Cai por terra, assim, a idéia de que o país, racionalmente, optou por manter sua força em patamar baixo e privilegiar a negociação. Isso só seria possível em caso de grande capacidade de construção de políticas públicas e coordenação das mesmas, com subordinação dos militares aos diplomatas, o que nunca ocorreu (Alsina Jr., 2009, p. 183).

O problema brasileiro é que, por vários motivos (incluindo a relativa segurança do país, dado o seu isolamento geográfico e poucos rivais de peso na vizinhança), as questões de segurança e defesa nunca receberam a devida atenção e as Forças Armadas nunca tiveram, no século XX, capacidade significativa de projeção de poder, o que obrigou, inevitavelmente, a que as questões internacionais fossem deixadas aos diplomatas.

Uma comparação das ações militares brasileiras no Cone Sul nos séculos XIX e XX pode nos dar alguma luz a respeito. No século XIX, apesar de as forças militares brasileiras serem modestas, elas eram bastante significativas no contexto regional. A Marinha, especialmente, tinha capacidade razoável de atuação na bacia do Prata, e o Império usou a força inúmeras vezes na região, com o ápice do processo durante a Guerra do Paraguai. Dispondo da retaguarda adequada, os diplomatas brasileiros não hesitavam em utilizar, quando necessário, a força, e mesmo o Barão do Rio Branco, já na República, sabia que as duas metades se complementavam.

Na verdade, avançando a reflexão para além do Brasil e pensando no contexto regional, fica a pergunta se a região é relativamente pacífica e, por isso, dedica poucos recursos às suas forças armadas ou se, pelo contrário, seu baixo investimento militar implica poucos conflitos, por falta de meios.

Todos os dados indicam a pouca relevância do continente em termos estratégicos mundiais (Fraga, 2007). É evidente que fatores objetivos, como a presença hegemônica dos Estados Unidos, a ação efetiva dos Estados da região na busca de soluções rá-

pidas para crises (Scardamaglia, 2008) ou a ausência de focos de conflitos — culturais ou econômicos — mais sérios (como no Oriente Médio ou na Ásia), ajudam a explicar a paz relativa na região. As carências e problemas (tráfico de drogas, criminalidade, subdesenvolvimento etc.) das sociedades e Estados do continente também explicam por que os militares acabaram por se voltar mais a tarefas policiais, ou mesmo à política, em outras épocas, abandonando a sua função central, que é a preservação da soberania e a defesa dos interesses nacionais frente a outros Estados, o que significa pensar a guerra contra outras forças armadas.

Não obstante, a falta de poder efetivo para o conflito interestatal também é elemento importante para que as forças armadas da região se concentrem mais em tarefas outras (incluindo missões de paz da ONU ou assistência social) do que nas que as definem.

De qualquer modo, já que a renúncia à força e/ou a manutenção das forças armadas como unidades auxiliares da polícia é uma opção e não um destino, resta perguntar se é a correta ou não. À medida que melhoram as condições econômicas de alguns países da região, especialmente os do Brasil, a recuperação da capacidade militar seria fator de progresso ou de retrocesso frente aos objetivos de maior influência nas decisões globais e paz regional?

Reequipamento militar: fator de força ou fraqueza?

A política externa pouco agressiva e conciliatória brasileira poderia ser classificada como um típico caso de uso bem-sucedido

do do *soft Power* para a busca dos objetivos nacionais. Um efeito disso é a aceitação mais ou menos tranquila da liderança brasileira entre os vizinhos. Ainda que possa ser argumentado que essa liderança é relativa justamente por ser mais retórica do que real, fato é que ela se afirma e não tem causado receios excessivos na região. A ascensão geopolítica brasileira também não parece estar causando nenhum alarme entre as grandes potências, pelo contrário. Assim, poderíamos afirmar que a renúncia à força é, em essência, positiva.

Não obstante, o problema central é que ela não resolve todas as questões e dilemas, especialmente quando o relacionamento se dá com um Estado realmente poderoso, como os EUA. A hipótese de guerra entre Brasília e Washington é remota, mas o poder americano domina o Atlântico Sul, está firmemente ancorado na Colômbia e em outros países (Bertonha, 2005; Scardamaglia, 2009) e o pacifismo brasileiro não vai conseguir que Washington lhe ceda o monopólio estratégico ao sul do Panamá. Como bem indicado por Derghougassian (2009), a renúncia à força pode ser eticamente defensável e trazer ganhos, mas gera igualmente, frente ao forte, uma assimetria que enfraquece e nem sempre leva a bons resultados.

Do mesmo modo, uma política excessivamente baseada na negociação pode sinalizar fraqueza e gerar mais danos do que benefícios. Veja-se o exemplo da crise do gás boliviano em 2006. Mesmo que levemos em conta que, em essência, a resposta brasileira à nacionalização do gás boliviano tenha sido correta (Bertonha, 2006), há alguma validade na afirmação de que o Itamaraty agiu

de forma excessivamente complacente no início, pois, se as negociações eram o único caminho, não parece correto tê-las iniciado numa posição de subserviência, de plena aceitação de tudo. Além disso, alguns termos e afirmações do governo boliviano assumiram uma conotação antibrasileira e mereceriam resposta imediata. Apenas depois, pressionado pela opinião pública, é que o governo reagiu, mas com atraso.

Em outras palavras, a resposta do governo Lula à questão foi essencialmente correta, mas talvez um pouco mais de decisão e pressão, desde o início, tivesse sido adequada. Num primeiro momento, a Petrobras parece ter ficado sem nenhum apoio governamental para reagir ao fato consumado e, como já indicado, hesitação e plena aceitação de tudo não são boas maneiras de iniciar qualquer negociação.

Talvez o mesmo possa ser dito da questão do *Mercosul*. O bloco não consegue avançar em direção a uma maior integração, e os países menores, como Uruguai e Paraguai, parecem cada dia mais descontentes. Já a Argentina está mais preocupada em proteger seu fluxo comercial com o Brasil através de barreiras (totalmente inconsistentes com o próprio espírito de um bloco econômico) do que em aprofundar a associação. Mesmo a associação recente da Venezuela pode ser mais um fator de fraqueza do que de força para o bloco.

Com efeito, a decadência do projeto “bolivariano” de Hugo Chavez, simbolicamente representado pela sua morte, eliminou uma potencial liderança alternativa ao Brasil na região. Por outro lado, essa decadência está a gerar uma imensa instabilida-

de, a qual poderá envolver o Brasil e o *Mercosul* em problemas imensos, potencialmente danosos para si mesmo.

O Brasil e sua política externa não podem ser responsabilizados por tudo isso. No entanto, como o maior e mais poderoso país do continente, cabe sim ao Brasil alguma responsabilidade pelos problemas na integração latino-americana. Todo e qualquer projeto de união sul-americana — essencial para o progresso da região, sua integração competitiva no mercado globalizado e a sua projeção internacional — só pode se dar ao redor do Brasil; portanto, só a liderança brasileira pode conduzir esse projeto ao sucesso. O Brasil, no entanto, parece hesitar na hora de fazer valer a sua força e a sua influência para acelerar e manter o processo.

É correta a posição brasileira de não querer impor a hegemonia à força no continente e de ceder quando possível frente às demandas de nossos vizinhos mais pobres ou simplesmente descontentes. Mas essa ansiedade por demonstrar a boa vontade pode ser identificada como fator de fraqueza e nenhuma liderança se sustenta assim.

A renúncia a uma hegemonia militar no continente sul-americano também parece se encaixar nesse raciocínio, sendo mais contraprodutiva do que válida. Afinal, uma capacidade real de intervenção nos arredores quando da crise boliviana, por exemplo, poderia ter dado não apenas mais opções ao Presidente da República, como levado o próprio governo boliviano a uma maior moderação.

Não estou sugerindo bombardear Montevidéu para impedir o Uruguai de deixar o *Mercosul*, conquistar o gás boliviano

com colunas blindadas ou bloquear o porto de Buenos Aires para colocar novamente a Argentina dentro do projeto de união continental. Mas uma posição mais firme (ainda que a definição de “firmeza”, claro, possa ser complicada) pode ser necessária em certos momentos, até para fazer o projeto de integração avançar.

Dessa forma, minha conclusão é de que a postura pacífica do Brasil frente aos seus vizinhos e ao mundo e o seu esforço em negociar e arbitrar as controvérsias é um mérito do país e uma tradição a ser defendida e preservada. A aquisição, pelo país, de uma capacidade militar crível não seria, contudo, uma renúncia a esta política, mas, pelo contrário, um reforço da mesma.

Como já indicado por Myamoto (2009, p. 29), a possibilidade de o país fazer reivindicações mais firmes no cenário internacional sempre foi bloqueada por duas variáveis: poder (econômico, político e militar) pequeno e inexistência de chances propiciadas pelas grandes potências. Uma força militar mais estruturada diminuiria estas desvantagens e permitiria uma maior credibilidade à política externa brasileira.

Realmente, o discurso, a retórica e as boas intenções não bastam para equacionar um problema central que é a ausência de força. Brasília pode procurar se impor como ator digno de nota no cenário do Oriente Médio, por exemplo, mas, dada a pequena capacidade (não só militar, mas também ela) do país para interferir e servir de árbitro, ele acaba arcando com os custos sem ter o retorno.

Também quando do terremoto do Haiti, esta situação ficou visível. Os EUA,

quando decidiram ajudar os afetados pela calamidade, o fizeram com recursos amplos, incluindo um porta-aviões, um navio-hospital, helicópteros e toda a parafernália necessária para encaminhar a ajuda. Frente a essa demonstração de poder militar, ainda que destinada a fins humanitários, o governo brasileiro teve de aceitar, ao menos num primeiro momento, uma posição secundária no comando da ajuda internacional aos flagelados. Frente a poder material ostensivo, mesmo em missões humanitárias, boa vontade e simpatia não são suficientes.

Subscrevo, pois, totalmente as conclusões de Alsina Jr. (2009, p. 187-189) de que, sem poder militar, o país é constrangido em suas relações e na sua autonomia frente às grandes potências e que o próprio *soft Power* nacional e sua diplomacia perdem credibilidade. Concordo, igualmente, com a sua conclusão de que a posse de uma limitada, mas crível, capacidade de dissuasão convencional seria útil para os interesses da política externa e de desenvolvimento brasileiros.

Perceber isto é compreender como o poder militar é efetivo também quando não utilizado. Recuperando reflexões de Nye (2004, p. 31) e Alsina Jr. (2009, p. 175), percebemos como o poder militar tem uma faceta prática, direta e outra simbólica, ao demonstrar ao outro os seus limites. Dessa forma, ele nem precisa ser usado para funcionar, mas precisa ser crível, ou seja, ele não pode existir simbolicamente sem uma base material real. Discutir, pois, qual o sistema militar de que precisamos para nossos fins políticos e simbólicos atuais é, portanto, uma questão central neste momento.

Os objetivos estratégicos do Brasil e a capacidade militar requerida

Rosendo Fraga (2009) apresenta a atual política de defesa brasileira como articulada em torno de três dimensões. A primeira, local ou nacional, significaria o Estado reafirmando seu papel como detentor do monopólio da violência no território nacional e na ocupação plena deste. A segunda, regional ou sul-americana, implicaria estabilidade e paz no continente, enquanto a terceira, global, indicaria um desejo de afirmação global como potência de respeito.

No primeiro nível, problemas de ordem interna, como o combate ao narcotráfico, estão presentes. No segundo nível, estariam os conflitos com os EUA a respeito, por exemplo, da reativação da IV Frota ou das bases colombianas e o esforço para moderar Hugo Chávez e criar estruturas regionais de defesa. No terceiro, por sua vez, estaria a explicação para o esforço do país para adquirir um submarino de propulsão nuclear, que demonstraria ao mundo que o Brasil está em outro patamar tecnológico e estratégico.

Tenho dúvidas se a política de defesa nacional está tão articulada e ponderada como indicado por esse autor, mas ele consegue resumir muito bem os problemas e questões centrais a serem abordadas em qualquer estratégia de defesa nos anos a seguir.

Se pensarmos no momento atual, as hipóteses de conflito interestados são bastante moderadas. O mundo tem uma superpotência (os Estados Unidos) e várias potências médias, e isso mantém a estabilidade. Desde o fim da Guerra Fria, quase não ocorreram

guerras entre estados, e parece pouco provável alguma alteração no curto prazo, ainda que a questão da Ucrânia pareça nuanciar um pouco essa conclusão.

Nesse cenário, dado que a única força militar, a americana, capaz de colocar o Brasil militarmente na parede não tem interesse nisso (já que nossas incompatibilidades são poucas e negociáveis), a necessidade imediata de um aparato de força — possivelmente, nuclear — capaz de confrontar Washington é pequena.

Se levarmos em conta, além disso, que não temos, nas vizinhanças, nenhum inimigo capaz de nos ameaçar enquanto Estado soberano e que os riscos à segurança nacional por parte de traficantes ou bandos armados são moderados, diria que não temos um desafio imediato ou uma ameaça real ao território nacional. Potencialmente, os riscos sempre existem, ainda mais num contexto de crescente escassez dos recursos minerais, alimentares e energéticos de que o país tem abundância, mas são apenas potenciais.

No tocante ao segundo objetivo chave, a manutenção da paz e da ordem na América do Sul, o cenário é menos róseo. A América do Sul, como já indicado, é bastante pacífica, com as guerras, desde 1950, sendo esporádicas e pouco mortíferas. Seus problemas de segurança, além disso, são de pouca importância em termos mundiais.

Isso não significa, contudo, a ausência de fatores de conflito, a formação inevitável de uma comunidade regional estável e pacífica e nem que a violência não esteja presente (Scardamaglia, 2008; Alsina Jr., 2009). Para tanto, é fundamental que o Brasil, como potência líder, conte com o poder mili-

tar necessário para ação além-fronteiras tanto em missões de manutenção de paz como na defesa dos interesses nacionais, além de deixar claro, simbolicamente, que exerce a liderança também nesse campo.

Por fim, para conseguir credibilidade como ator capaz de participar das decisões globais, o Brasil precisa adquirir vetores de poder adequados. Um aparato nuclear está fora de discussão, mas alguma capacidade de ação — aérea, naval e terrestre — para participação em ações coletivas fora do continente seria, provavelmente, desejável, com equipamentos modernos e compatíveis aos utilizados pelas grandes potências. Um ou mais submarinos de propulsão nuclear parecem ser especialmente adequados — além de serem um instrumento de dissuasão de importância — para este objetivo.

Essa seria, portanto, a capacidade militar que, creio, o Brasil deveria perseguir no médio prazo, ou seja, a de uma potência militar média. Isso significa força adequada para a defesa do território e do espaço aéreo nacionais contra ameaças assimétricas e alguma dissuasão contra estados mais poderosos; capacidade de ação plena em caso de necessidade de alguma ação de estabilização no entorno sul-americano e alguma global, em associação com outras potências. Uma força que seria adequada para as pretensões locais e mundiais do Brasil e que daria sustentação a estas.

Resta verificar agora se Forças Armadas brasileiras, hoje, se aproximam desse mínimo sugerido e se os passos recém-tomados pelo governo brasileiro — através da publicação do documento *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008, de sua revisão de 2012 e dos

acordos assinados com a França em 2009 — indicam avanços nessa direção.

O poder militar brasileiro hoje e no futuro imediato

Em 2007-2008, a capacidade militar brasileira parecia ter chegado ao fundo do poço. Em artigo que escrevi então (Bertolina, 2008), indicava como a situação chegava a ser dramática. Apesar de dispor de 300 mil homens em armas, a máquina militar brasileira estava quase parando por falta de equipamento moderno, manutenção e treinamento. O Exército tinha apenas tanques alemães e americanos de segunda mão e blindados dos anos 1970, dos quais apenas trinta por cento estavam operacionais. Sua artilharia antiaérea ainda tinha capacidade de mira e disparo manuais, e sua artilharia de campo era obsoleta.

A Força Aérea dispunha apenas de aviões leves ou já obsoletos, como os F-5, e estava recebendo alguns Mirage-2000 supersônicos. Das suas 719 aeronaves, apenas 267 estavam voando, com o resto nos parques de manutenção ou no chão por falta de peças. A FAB não tinha aviões modernos, helicópteros de ataque, mísseis ar-ar de médio alcance e nem mísseis ar-superfície, e seus pilotos treinavam apenas oitenta horas por ano.

Na Marinha, menos de metade dos navios e submarinos estava em condições de uso, e poucos navios eram novos. O projeto do submarino nuclear continuava caminhando a passos lentos, e as poucas aquisições previstas não compensariam as unidades que dariam baixa. O moral dos soldados e oficiais das três forças, frente a soldos baixos

e pouco prestígio, também não era dos mais altos.

Para os analistas internacionais (Calle, 2007), era o Chile a força militar mais moderna e bem treinada do continente então, ainda que numericamente inferior a outras. No informe anual do *Military Power Review* (Calle, 2007, p. 34-35) daquele ano, já se considerava que o Chile havia chegado a terceiro em força militar na AL, atrás de Brasil e Peru e quase superando este. A Venezuela havia saído de sétimo para quinto e Argentina caído de terceiro para quarto. O prognóstico era que, se o Brasil não reagisse, perderia o posto de primeira potência militar da região.

Essa reação acabou por vir. A partir de 2007, Parlamento e Executivo aumentaram os recursos para finalizar projetos antigos, como o submarino nuclear e vetores para colocação de satélites no espaço, e para resgatar a indústria bélica. O orçamento militar também aumentou 50% para 2008 (Comparative, 2008), e programas vários de reequipamento das forças foram lançados. O governo Lula também acenou com o aumento do gasto em defesa de 1,5% para 2,7% do PIB e lançou uma *Estratégia Nacional de Defesa*, a ser comentada a seguir.

O Exército priorizou a aquisição de uma nova família de veículos blindados sobre rodas, a colocação em operação das novas brigadas de operações especiais, de selva e blindadas, capacidade antiaérea, de comunicações e pontes e embarcações para operações ribeirinhas. A Marinha quer o submarino nuclear, modernização e construção de submarinos convencionais, novos torpedos, helicópteros e sistemas de comando

e controle, enquanto a Força Aérea reabriu as negociações para novos caças, começou a modernizar os AMX e adquiriu uns cem Super Tucano para treinamento e operações de contrainsurgência. Além disso, com a chegada de armamentos realmente inovadores, como alguns helicópteros de ataque MI-35 russos (ainda que haja notícias de que essa compra tenha sido casual, baseada em negociações comerciais com os russos), a força começa a entrar num novo patamar tecnológico e operacional.

Não está claro, no meu entender, o que levou o governo Lula a privilegiar uma área que tinha sido praticamente esquecida no seu primeiro mandato. Calle (2007 e 2009) menciona que, com a transição política, a questão do rearmamento ficou em segundo plano. Depois, dado o verdadeiro colapso militar da Argentina e as crises econômicas dos anos 80 e 90, não haveria motivo e nem recursos para armamentos.

Naquele momento, ainda segundo esse autor, não apenas a situação econômica e fiscal do país melhorou, como preocupações várias surgiram — crescimento do crime organizado, consolidação de Chávez na Venezuela, sinais de crescente interesse internacional pelo petróleo e pelas matérias-primas brasileiras, ascensão do nacionalismo indígena na Bolívia e reforço da presença americana na Colômbia e outros países —, o que demandou um reforço na capacidade militar.

Outros autores, como Noro (2009) e Oliveira (2008, p. 142), indicam como fontes do novo surto de compras brasileiro a grande crise na FAB em 2007 e o crescente rearmamento e tensão na região amazônica

e andina. No entanto, ainda que todos estes fatores — e mais a presença no Ministério da Defesa de uma personalidade dinâmica e ativa como o ministro Jobim — tenham sido, provavelmente, de importância, o fluxo de acontecimentos que levou o governo Lula a uma reviravolta na área de defesa ainda não está claro. O que está claro, contudo, é que essa nova preocupação, mesmo que não tenha tido origem exclusivamente nas ambições geopolíticas regionais e mundiais do Brasil, tem um efeito substancial na mesma.

De qualquer modo, não deixa de ser espantoso que um ex-líder sindical, que iniciou sua carreira política no governo militar, o presidente Lula, tenha sido o líder da recuperação do poder militar nacional, numa situação quase inversa à da Argentina, citada. Lá, os militares perderam a sua força política, e os governos democráticos tendem a ter uma postura de confronto com as FFAA, o que explica, em boa medida, como elas chegaram a uma situação operativa, logística e moral crítica (Bertonna, 2007; Hang, 2007, Calle, 2007 e Corbacho, 2008).

De qualquer modo, apesar das recentes compras de armamentos, a máquina militar brasileira ainda é, evidentemente, uma força bastante limitada e distante do mínimo desejado. Para aproximar esta realidade do desejável, creio que seriam necessários novos investimentos e, especialmente, um cuidado maior no planejamento dos mesmos, o que implica uma ênfase na qualidade em detrimento da quantidade e uma revisão em alguns pontos da *Estratégia Nacional de Defesa*, aprovada em 2008 e revista em 2012.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e a revisão de 2012

Retomando e ampliando reflexões já feitas (Bertonha, 2008a e 2009b), tendo a ver, neste documento, um avanço substancial em termos de pensar o sistema de defesa que queremos e de que precisamos.

A avaliação que o documento faz da situação das Forças Armadas no presente momento também é, em essência, correta: equipamento precário e ultrapassado tecnologicamente, concentração de tropas em áreas estrategicamente menos sensíveis, pouca coordenação entre as várias forças, compras baseadas em oportunidades e não em necessidades, sistema de mobilização deficiente, complexo industrial militar quase inexistente e dependência, em equipamentos e tecnologia sensíveis, do exterior.

Algumas das soluções apresentadas também são de difícil discordância: ênfase na defesa da Amazônia, com consequente desconcentração das Forças Armadas e remoção de unidades de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados centrais; maior coordenação entre as várias forças, incluindo política de compras comum e, onde for possível, harmonização do equipamento e ênfase em flexibilidade e agilidade, com uso maciço de tecnologia.

Também é válido, na END, o reconhecimento de que é impossível, para um país com as limitações econômicas do Brasil, ser forte em todos os setores, com o consequente estabelecimento de prioridades de atuação para cada força. E essas prioridades também são, a meu ver, exatamente as corretas no momento atual, ou seja, a negação do

uso do mar territorial por potências hostis, a vigilância e controle do espaço aéreo e a formação de brigadas do Exército móveis e flexíveis para ação imediata em todo o território nacional, mas com ênfase na Região Norte.

O documento, portanto, tem estes pontos fortes. Pede colaboração entre militares e civis e destaca a necessidade de atualização tecnológica. Também define claramente os problemas das forças, indica as prioridades e estabelece as linhas de ação visando à solução dos primeiros e o atendimento das segundas. Mesmo assim, ele peca, dentro da minha análise, por algumas debilidades estruturais, que diminuem um pouco o seu valor.

O primeiro senão que faço é que, apesar de o documento estabelecer prioridades, permanecem algumas propostas que fogem das mesmas e representam desvio de recursos e esforços. Uma delas é a de que a Marinha terá de continuar mantendo alguma capacidade de projeção de poder. Não é um objetivo absurdo e é até desejável frente aos objetivos internacionais brasileiros nos anos vindouros. O único problema é que projetar poder é das tarefas mais complexas e caras para uma Marinha, pois implica não apenas num Corpo de Fuzileiros Navais em permanente prontidão, mas navios de grande porte e algum tipo de navio-aeródromo. Haveria recursos para uma Marinha de ataque e uma de dissuasão? Parece pouco provável, o que indica que a questão ainda precisa ser trabalhada.

Do mesmo modo, busca-se reverter a tendência de profissionalização das Forças Armadas em favor do recrutamento com-

pulsório e até mesmo o fortalecimento dos tiros de guerra. É uma posição compreensível dentro de uma visão das Forças Armadas e, especialmente, do Exército, como construtor da nacionalidade e formador do cidadão. Mas é questionável, se o objetivo é formar unidades móveis, altamente treinadas e dotadas de meios tecnológicos avançados. Afinal, mesmo sendo verdade que o recrutamento militar proporciona mão de obra a custo baixo, tais soldados são de eficiência discutível e comprometem recursos que seriam mais bem empregados em outros projetos. Assim, num contexto de recursos limitados, fica a dúvida se é uma diretriz sábia.

Priorizar e investir menos em pensões, salários e números em favor de tecnologia, mobilidade e instrumentos adequados para objetivos claros é realmente fundamental. O Brasil, como outros países da América Latina, gasta em excesso com salários, pensões e outras despesas de custeio (Donadio, 2007; Comparative, 2008, p. 48-49 e Bertonha, 2008), e, sem reduzir isso, não há como bancar uma melhora qualitativa das FFAA. A END não parece preocupada com esse ponto; pelo contrário.

Por fim, a premissa básica do documento é a de que o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo, mas

sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.

Essa premissa é, no mínimo, questionável. Como já indicado páginas atrás, um estado que ambiciona uma posição de destaque no mundo não pode simplesmente se

recusar a exercer poder. Assim, ao imaginar que o exercício do poder é automaticamente algo negativo e a que o Brasil renuncia para todo o sempre, simplesmente perdemos a nossa credibilidade frente aos vizinhos e a comunidade internacional.

Na atualização do documento, em 2012, alguns floreios retóricos foram removidos, e enfatizou-se ainda mais a necessidade de investir em tecnologia espacial, nuclear e de informação. Também se detalhou melhor o funcionamento do Estado-Maior Conjunto e se ressaltou a necessidade de uma capacidade de resgate marítimo em caso de acidentes no Oceano Atlântico. A ênfase, contudo, continua na proteção das fronteiras, da Amazônia e do controle do território, do espaço aéreo e naval.

Enfim, entre pontos positivos e negativos, a simples formatação desses documentos é um imenso avanço para a área, simplesmente porque temos, agora, sólidos pontos de partida para a discussão do que precisamos, em termos militares, para o Brasil dos próximos anos e décadas. A mesma sensação de avanço e caminhada na direção correta vem quando examinamos os acordos estratégicos com a França de 2009.

Os acordos com a França em 2009

A parceria estratégica entre Brasil e França tem já alguns anos, e seus limites são mais do que evidentes. Em primeiro lugar, não está claro quais são os fins da mesma. Um desejo de oposição simbólica aos Estados Unidos e de manifestar independência frente a Washington parece estar presente, mas nem Paris nem Brasília teriam interesse

em levar esta oposição para o campo estratégico e militar, já que Washington é aliado preferencial de ambos.

Do mesmo modo, é questionável se Paris abandonaria suas alianças chave, como a OTAN, a União Européia ou sua relação de afinidades e diferenças com os Estados Unidos, em favor do Brasil. Efetivamente, até quanto os estados francês e brasileiro estariam dispostos a investir em torno dessa aliança? Paris e Brasília parecem prontas a aceitar alguns ônus, mas só até certo ponto (Rudzit e Nagami, 2009). A aquisição, pela FAB, dos caças Gripen em detrimento dos Rafale e o esfriamento das relações entre Paris e Brasília no governo Dilma confirmam, de qualquer forma, como essa parceria era mais circunstancial do que de longo prazo.

Mesmo assim, os acordos de aproximação efetivamente implementados atendem perfeitamente os objetivos estratégicos e militares do Brasil atual. Eles permitiram, em termos geopolíticos e simbólicos, um distanciamento do poder americano, mas sem causar temores excessivos em Washington. Uma parceria estratégica com a Rússia ou a China teria acendido inúmeras luzes vermelhas entre os americanos, mas uma com a França, nem tanto. Assim, simbolicamente, reafirmou-se a independência e a nova confiança brasileiras sem assustar Washington.

Em termos práticos, a compra de material bélico francês atendeu perfeitamente os objetivos do país. Os helicópteros e outros equipamentos franceses darão às Forças Armadas a mobilidade requerida para expedições de curto alcance. Contudo, o crucial, com certeza, são os submarinos e, especialmente, o submarino nuclear. A disponibili-

dade de uma ou mais unidades do mesmo e a capacitação para a sua construção e manutenção darão ao país a capacidade de dissuasão mínima frente às grandes potências, da qual precisaremos no futuro próximo. E, mais importante, colocarão o país num novo patamar estratégico, rompendo com a idéia de sermos o único BRIC desarmado e dando uma nova capacidade de atuação internacional ao país. Carros de combate alemães, novos veículos de combate sobre rodas, material naval italiano ou equipamento de guerra eletrônica dos EUA podem ser úteis, mas estes aviões, helicópteros e submarinos serão a base do poder militar de que o país precisa no momento imediato.

Com os novos caças, os submarinos nucleares e as compras planejadas de navios e equipamento naval da Itália, Espanha e Estados Unidos, além disso, o Brasil teria, de longe, a mais poderosa força naval do continente em 2020. Simbólica e praticamente, seria o rompimento das idéias anteriores de um equilíbrio no continente e o estabelecimento de um tipo de hegemonia.

Em termos globais, além disso, o país passaria a contar efetivamente no campo estratégico e poderia colaborar com armas e homens em operações internacionais de seu interesse. O Brasil deixaria a condição, expressa anteriormente, de única potência emergente desarmada, o que alavancaria quaisquer possíveis pretensões brasileiras a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU (apesar de isto não garantir, claro, que esse pleito será atendido) e em outros foros.

É também relevante a preocupação em garantir que não sejam adquiridas apenas as armas, mas a tecnologia, o que, no de-

vido momento, pode permitir ao Brasil fabricar seus próprios submarinos nucleares, além de formatar, no médio prazo, a criação de uma verdadeira força de caças nacional de quinta geração. Não é à toa que foi com a França que a parceria estratégica foi firmada, pois ela parecia a mais disposta a ceder nesse aspecto.

Claro que nem tudo é perfeito. Teremos realmente a massa crítica intelectual e empresarial para absorver a tecnologia francesa, e ela será transferida na íntegra? Adquirir tanto material de um único fornecedor também pode trazer dificuldades no futuro, caso as relações com Paris, por algum motivo, se deteriorem. Mesmo assim, os acordos com a França foram, a meu ver, coerentes com as necessidades militares do país hoje e permitem, na prática, que algumas questões pendentes na END, levantadas no item anterior, sejam equacionadas na prática. Eles indicam, além disso, uma maturidade do país no planejamento em longo prazo, que deve ser comemorada.

Conclusão

Certas confusões conceituais são especialmente danosas nas relações sociais e entre as instituições e estados. No campo escolar, após anos de governos militares, muitos pedagogos tendem a ver todo e qualquer tipo de autoridade como autoritarismo, o que leva a questionamentos do papel do professor e tem levado a crises imensas nas salas de aula. O mesmo poderia ser dito, talvez, para a questão da autoridade paterna e materna nas famílias.

No campo das relações internacionais,

uma confusão a ser evitada é aquela entre o exercício do poder e o imperialismo, como se toda e qualquer autoridade fosse negativa e levasse à formação de um Império, que tratará seus subordinados a ferro e fogo e dominará outros povos. Isso é algo a ser evitado. Mas estar no topo do mundo é ter poder e exercê-lo, e se recusar a fazê-lo é simplesmente voltar à base e até ser manipulado pelos outros. Assim como autoridade não é autoritarismo, exercer poder não é automaticamente imperialismo e esquecer estas distinções pode se tornar complicado, até para o bem comum.

Nesse sentido, a proposta deste artigo é que, na sua busca por melhor posição no cenário internacional (necessária até para o seu próprio desenvolvimento), o Brasil deve usufruir os seus razoáveis recursos em termos de *soft Power* (cultura, simpatia, língua) e a sua mais que louvável tradição diplomática e pacífica, mas que não pode esquecer os aspectos *hard Power*, como a força econômica e a militar. Sem a presença destes, os vínculos culturais ou a diplomacia se tornam menos importantes ou críveis e, por si só, não podem mudar a realidade.

Na verdade, a demanda para nossa futura estrutura militar é pequena, sendo a nossa situação estratégica realmente privilegiada. Sem inimigos na região e pouco ameaçados por inimigos extrarregionais, não precisamos de mais do que uma pequena, mas crível, capacidade de dissuasão (aérea e naval) para garantir nossa segurança. A partir daí, o importante é garantir alguma capacidade de projeção de poder e hegemonia simbólica no continente sul-americano e, em menor escala, global, de forma a dar susten-

tação à melhor inserção internacional brasileira e romper a idéia de que somos os únicos entre os BRICs que não precisam ser levados em conta quando a questão é estratégica.

Nós temos uma economia suficientemente forte para sustentar os gastos necessários e forças militares com estrutura e a massa crítica necessárias para absorverem novos armamentos e tecnologias. Se as Forças Armadas, além disso, optarem pela qualidade em vez da quantidade, os custos para a sociedade serão diminuídos, enquanto a adequação delas para os objetivos internacionais

do Brasil crescerão. O grande dilema, claro, é que, se os planos e projetos eram perfeitamente factíveis no governo Lula, quando a economia crescia, o cenário se torna menos róseo no momento atual. Com efeito, com a economia brasileira voltando ao seu padrão de “voo da galinha” e o inevitável impacto fiscal, quais projetos serão mantidos e quais serão cancelados? E, nesse ajuste, a resultante será, ainda, adequada para os objetivos da END nacional? O cenário era positivo, mas cinco anos foram suficientes para torná-lo, infelizmente, imprevisível.

Referências

- ALSINA JR., João Paulo Soares. *O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 52, N. 2, 2009. p. 173-191.
- BERTONHA, João Fábio. *A presença militar norte-americana no Paraguai: perigo ou paranóia?* **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 63, 2005. p. 3-5.
- _____. *O gás boliviano, o Mercosul e a liderança brasileira na América do Sul. Um sonho desfeito?* **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 70, 2006. p. 2-4.
- _____. *O poder militar argentino e o equilíbrio geopolítico na América do Sul*. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 80, 2007. p. 18-21.
- _____. *El poder militar brasileño y sus dilemas en el viraje del siglo XXI*. **Temas del Cono Sur – Dossier Integración**, N. 44, 2008. p. 3-8.
- _____. *Uma política de defesa sul americana?* **Temas del Cono Sur – Dossier Integración**, N. 48, 2008a. p. 2-4.
- _____. *Rússia: ascensão e queda de um Império. Uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XXI*. Curitiba: Juruá, 2009.
- _____. *As fontes do poder americano no século XX* In DINIZ, Eugênio. **Estados Unidos – Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2009a. p. 109-122.
- _____. *Uma estratégia de defesa nacional*. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, N. 103, 2009b. p. 24-28.

CALLE, Fabian. *El rearne regional – Brasil se suma a la tendencia*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 27, 2007. p. 34-37.

_____. *Estrategia de defensa brasileña – La proyección internacional*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 16-17.

A **COMPARATIVE Atlas of Defense in Latin America**. Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2008.

CORBACHO, Alejandro. *De la disuasión a la defensa defensiva*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 32, 2008. p. 76-78.

DERGHOUGASSIAN, Khaticik. *El poder blando del pacifismo de una potencia emergente*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 35.

DONADIO, Marcela. *Seguridad Nacional, Inc. Americas Quarterly*, vol. 1, n. 2, 2007. p. 84-88.

FRAGA, Rosendo. *El equilibrio militar*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 27, 2007. p. 38-41.

_____. *Tres magnitudes*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 33.

GRATIUS, Susanne. **Brasil en las Américas. Una potencia regional pacificadora?** Madrid: Fride, 2007.

HANG, Júlio. *Argentina y sus vecinos: un llamado de atención*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 27, 2007. p. 42-44.

MYAMOTO, Shiguenoli. *O Brasil e a comunidade dos povos de língua portuguesa (CPLP)*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol.52, N. 2, 2009. p. 22-42.

NORO, Lauro. *Un gigante de pie. La defensa de Brasil*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2009. p. 26-37.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Elicer Rizzo de. *National Defense: actors and policy*. In **A Comparative Atlas of Defense in Latin America**. Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2008. p. 141-43.

RUDZIT, Gunther e NAGAMI, Oto. *Relação estratégica Brasil-França: questões a serem respondidas*. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. Vol. 110, 2009. p. 16-18.

SCARDAMAGLIA, Virginia. *Una región libre de conflictos?* **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 3, N. 32, 2008. p. 44-48.

_____. *Matrimonio por conveniência*. **DEF (Desarrollo, Defesa, Energia, Medio Ambiente)**, Vol. 4, N. 49, 2008, p. 46-50.

Biblioteca do Exército

Tradição e Cultura



Desde sua criação, em 1881, a Biblioteca do Exército (BIBLIEC) tem sido importante vetor de difusão cultural. Seu acervo de consulta está à disposição do público civil e militar, com obras sobre História Militar, Relações Internacionais, Geopolítica, Estratégia e outros assuntos correlatos.

Em 1937, iniciou um programa editorial que firmou a tradição pela qualidade de suas publicações, as quais são distribuídas aos seus assinantes e também disponibilizadas para venda avulsa.

Seja um assinante da BIBLIEC! Receba livros e revistas a preços com desconto.

As publicações da BIBLIEC são obras de natureza profissional-militar e de cultura geral.

Livros da Coleção General Benício e revistas são disponibilizados para civis e militares mediante assinatura, uma forma de aquisição que oferece ao cliente as seguintes vantagens:

- ✓ comodidade de recebimento em seu endereço, por via postal;
- ✓ preço com expressivo desconto;
- ✓ pagamento facilitado para militares (em até 12 vezes);
- ✓ pagamento mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

	Assinatura anual	Valor (R\$)
Coleção Gen Benício	Completa – 10 livros	280,00
	Compacta – 5 livros	150,00
Revistas	A Defesa Nacional (quadrimestral)	40,00
	Revista do Exército Brasileiro (quadrimestral)	
	Revista Militar de Ciência e Tecnologia (trimestral)	

Visite nossa homepage
www.bibliex.ensino.eb.br

assinantes@bibliex.ensino.eb.br / vendas@bibliex.ensino.eb.br

Tel.: (21) 2519-5715 e 2519-5716 / 2519-5732 e 2457-4747

Fax.: (21) 2519-5569

A África e o entorno estratégico brasileiro

*Marcelo de Jesus Santa Bárbara**

Introdução

O presente artigo tem por objetivo caracterizar as avaliações e percepções estratégicas do Brasil sobre a África no contexto atual. Para tanto, procedeu-se a uma revisão bibliográfica a respeito da relação Brasil-África a fim de conceituar, em primeiro lugar, o que se entende por entorno estratégico brasileiro, para então apresentar qual o lugar destinado à África pelo estado brasileiro nesse cenário. A seguir, examinam-se a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012a) e o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012n), ou seja, a documentação oficial produzida na área de defesa ao longo das administrações de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

O conceito de entorno estratégico brasileiro

O conceito de entorno estratégico, que serve como ponto de partida para o presente capítulo, é definido como uma área de irradiação de liderança e projeção de influência por parte de um estado (FIORI, 2014, p. 2). Com efeito, ao se estabelecer o que é o entor-

no estratégico brasileiro, segundo essa concepção, permite-se não restringi-lo a uma determinada região¹ do mundo.

A concepção de entorno estratégico sugere que áreas definidas como tal expressem um conjunto dinâmico de relações estratégicas, sejam elas diplomáticas, econômicas ou militares, que têm limite geográfico dado pelo alcance dos interesses, capacidades (militares, logísticas, econômicas etc.) e principais objetivos políticos e estratégicos de um estado.

No caso do Brasil, esse quesito está oficialmente estabelecido na PND e na END, aprovadas pelo Congresso Nacional em 1996 e 2005 e, respectivamente, 2008 e 2012.

Com efeito, José Luís Fiori (2014), cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dentro de uma tradição realista das relações internacionais, pontua que as relações entre os estados são assimétricas, mas a tessitura de poder resultante dessas relações é mutável. Ou seja, a ascensão e queda das potências será uma constante no sistema internacional anárquico. Assim sendo:

A história das relações internacionais ensina que nunca existiram países com “vocações inapeláveis”, nem povos que tenham

* Capitão do Quadro Complementar de Oficiais (Magistério em Geografia), mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

nascido com o “destino manifesto” ou “revelado” de mandar, converter ou civilizar o resto da humanidade. Ensina também que todos os países que projetaram sua influência e poder para fora de suas fronteiras nacionais e acabaram liderando suas regiões ou o próprio sistema mundial, em algum momento, também foram sociedades periféricas. Mas foram sociedades que se colocaram, como objetivo fundamental, a mudança de sua posição dentro da hierarquia de poder e da distribuição da riqueza internacional. Além disso, foram sociedades que se mobilizaram e atuaram de forma unificada, para enfrentar e superar seus momentos de dificuldade e suas situações de inferioridade, mantendo seu objetivo estratégico por longos períodos de tempo, independentemente das mudanças internas de governo. (FIORI, 2014, p. 1)

O Brasil, definido na END como um país pacífico por tradição e convicção, também almeja ocupar espaço de destaque no cenário internacional. Busca tradicionalmente modificar as estruturas de poder conformadas ao fim da Segunda Guerra Mundial (CERVO, 2008), mas não deseja obter hegemonia no contexto internacional. Depreende-se de tal fato que o objetivo político-estratégico brasileiro seria livrar-se das limitações (econômicas, tecnológicas e militares) impostas por limitações de diferentes ordens inerentes aos países em desenvolvimento situados na periferia do sistema.

Em suma, o que está em jogo por trás da política de segurança e defesa (dominantes) é a permanência do Brasil na situação periférica ou a possibilidade de desempenhar papel relevante nas relações internacionais, na suposição de que apenas diplomacia e economia não bastam. (CERVO, 2008, p. 119)

Para isso, existe certo consenso na bibliografia consultada a respeito do fato de o Estado brasileiro manter alguma continuidade e conexão em sua tentativa de obter posição de influência no sistema internacional, condizente com atributos de poder como grande território, recursos naturais, população e posição geográfica.

Desde os primeiros anos do século XX, uma das maiores aspirações da política externa brasileira tem sido o reconhecimento internacional condizente com a crença de que o Brasil deveria assumir seu papel natural de grande país nas questões mundiais. (LIMA; HIRST, 2009, p. 1)

A tentativa de ser um país que exerça influência no cenário internacional tem sido calcada mais nas formas “brandas” de poder, como a cultura e a música, do que na valorização do poder em sua forma mais “bruta”, notadamente a militar e a econômica (LIMA; HIRST, 2009, p. 1). Com efeito, o historiador da Universidade de Brasília (UnB) Amado Luiz Cervo (2008) já havia mostrado que é possível encontrar-se um primeiro conexão na dinâmica de inserção internacional do Brasil, que é representado pela relação entre a obtenção de segurança e paz regional associada à busca pelo desenvolvimento econômico.

Destarte, Cervo (2008) delimita três momentos para enfocar como a questão da segurança internacional é relevante para o Brasil. Do final da Segunda Guerra até o ano de 1989, a inserção internacional de segurança brasileira estava “visceralmente” vinculada à política exterior e a um projeto nacional baseado em objetivos permanentes

e estratégicos, conforme a visão da DSN da Escola Superior de Guerra (ESG). Ao mesmo tempo, o país possuía forte vinculação econômica e militar aos Estados Unidos, mas não de forma monolíticaⁱⁱ.

O Estado brasileiro, contudo, a partir de 1991, seguindo a via da segurança multilateralizada, optou pelo “banimento” dos objetivos permanentes e o resultado teria sido a redução de autonomia decisória no cenário internacional. O Brasil envolvia-se com entusiasmo na segurança cooperativa ou segurança multilateralizada, a ponto de ela exercer influência sobre sua política de defesa, aqui vista como o resultado de mútuas concessões de natureza pragmática ou ideológica, refletindo um temporário equilíbrio de forças no cenário político interno e externo (PROENÇA; DINIZ, 1998). Ao mesmo tempo, Cervo (2008, p. 118) afirma que os Estados Unidos transitaram da propensão à segurança multilateralizada, sob a égide da ONU, ao unilateralismo, feito de visão própria e de iniciativas autônomas, tudo à base de uma doutrina de ataque preventivo. Atualmente, o Brasil busca a formulação de questões cruciais acerca da segurançaⁱⁱⁱ. Esse aspecto vai muito além de seu campo militar, ou seja, se a segurança parece ser uma preocupação de longa duração na visão dos formuladores da política e da estratégia nacional, uma concepção ampliada ou de amplo espectro defende, por exemplo, que, por meio da ideia de securitização, determinado tema, como a migração, a pirataria e o meio ambiente, passe, na percepção de agentes securitizadores (o Estado, por exemplo), a necessitar de medidas extraordinárias para ser enfrentado. Essas medidas devem ir além

dos procedimentos políticos usuais (BUXAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 25-30).

O Estado brasileiro, com efeito, percebe os problemas de segurança regional de forma distinta daquela dos Estados Unidos da América – EUA (LIMA; HIRST, 2009), como exemplificado com as questões e divergências que envolvem a presença norte-americana no combate ao narcotráfico e a guerrilha estabelecida na Amazônia colombiana, bem como a discordância dos EUA em relação à simpatia brasileira pelos regimes bolivarianos da Venezuela e da Bolívia. Por isso, e por motivos diversos, não se pode deixar de frisar que as relações entre Brasília e Washington transitam entre “boas” e “calmas”. Nunca é demais lembrar que, apesar de o Brasil se situar na América do Sul, área de influência norte-americana, almeja o *status* de potência regional, fato que eventualmente o coloca em divergência com os EUA no panorama América do Sul. Em relação à África, Maria Regina Soares de Lima, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), e a doutora em Estudos Estratégica Mônica Hirst, atual diretora executiva da Fundação Centro de Estudos brasileiros em Buenos Aires, frisam que:

A promoção, por parte do Brasil, de laços mais próximos com nações árabes e africanas é uma característica da política externa atual e uma que remete ao legado autonomista. Desde os anos 1960, a política externa brasileira tem buscado, de tempos em tempos, desenvolver a identidade africana do país, ainda que esse impulso tenha sido baseado mais em uma história simbólica e afinidades culturais do que em interesses econômicos e valores políticos compartilhados. (LIMA; HIRST, 2009, p. 68)

A busca pelo desenvolvimento, além da questão da segurança, da reconciliação e da estabilidade regional (CERVO, 1999), foi outro aspecto recorrente da PEB da segunda metade do século XX. O autor em questão definiu o desenvolvimentismo como um paradigma que deu nova funcionalidade ao setor externo brasileiro. Tal fato transcorreu à luz de três outras noções de fim: (a) realizar interesses de uma sociedade complexa; (b) conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; (c) prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não doutrinária.

O processo de inserção internacional do Brasil também foi construído politicamente com forte base no Direito Internacional, isto é, pauta-se pelo respeito à soberania, pela não intervenção e solução pacífica das controvérsias. Por isso, Lima (2010), no artigo *Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro*, destaca que o Brasil, país que se percebe como territorialmente satisfeito, renunciou desde o século XIX a qualquer pretensão de projeção de poder militar ou anexação territorial em seu ambiente regional:

País com professada ambição internacional, desde sua constituição como Estado independente. O Brasil renunciou, contudo, a partir da implantação da República, a qualquer ambição militar regional. Desde então, tem mantido como princípio constitutivo de sua política externa a defesa da não ingerência nos assuntos internos dos outros países, pedra de toque da tradição jurídica latino-americana, bem como projetado uma identidade internacional calcada na moderação e na prudência. (LIMA, 2010, p. 401-402)

Para Maria Regina Soares de Lima (2010), com efeito, a identidade internacional brasileira é calcada na moderação e na prudência¹⁰. A ambição de alcançar posição de destaque no cenário internacional não estaria acompanhada de uma postura militarista-expansionista ou de projeção de poder em âmbito regional. As elites brasileiras que compõem a comunidade de política externa compartilham a percepção de que considerações econômicas são mais importantes do que as relacionadas à projeção de poder militar.

A tal respeito, Maria Regina Soares de Lima e Mônica Hirst (2009) pontuam dois grandes momentos de transformação de conjunturas durante o século XX. O primeiro foi a crise do modelo agrário-exportador e a adoção do modelo de desenvolvimento por substituição das importações (ISI). E o segundo, o esgotamento do modelo de industrialização protegida e sua substituição por um modelo de integração competitiva ao mercado global. A partir da segunda metade do século XX, como ressalta Paulo Fagundes Vizentini (2013), professor titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a industrialização e o desenvolvimentismo mudaram gradativamente a agenda internacional do Brasil e o alcance de sua política externa:

Entre avanços concretos e projetos frustrados, finalmente na passagem do século XX para o XXI, o Brasil parece ter alcançado a posição de potência emergente, com uma economia de expansão e uma projeção mundial reconhecida pelas potências tradicionais. (VIZENTINI, 2013, p. ix)

O economista Luís Antônio Mattos Filgueiras (2007), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que a economia brasileira da era Lula foi marcada por forte vulnerabilidade externa nas esferas monetário-financeira, tecnológica e comercial. Apesar de sua visão crítica sobre a economia política do governo Lula, a maior parte dos autores consultados afirma uma forte preferência pela inserção internacional e sem alinhamentos automáticos tem marcado a atual política externa brasileira, não só no tocante ao seu entorno estratégico como também à sua posição na arquitetura de poder mundial. Cabe frisar que o Brasil, ao longo do século XX, foi a única nação sul-americana a participar da Primeira Guerra Mundial (1914-18) como beligerante, o que lhe deu condições de participar da Conferência de Paris, em 1919. Além disso, buscou, desde o início do processo, lutar pela reformulação do sistema internacional de segurança coletiva inaugurado pela Liga das Nações, bem como participar dos principais fóruns multilaterais criados desde a constituição do sistema da ONU, após 1945.

O país é membro fundador das Nações Unidas e um dos 23 fundadores do Acordo Geral para Tarifas e Comércios (GATT, na sigla em inglês), bem como um das 56 nações representadas na Organização Internacional do Comércio (OIC) em Havana. (LIMA; HIRST, 2009, p. 51)

Ao mesmo tempo:

Durante a Guerra Fria, o Brasil adotou posição discreta em questões de paz e segurança internacionais e foi apenas no período subsequente que o país assumiria

uma atitude mais proativa. Em contraste, tem sido consistentemente ativo em negociações sobre comércio e desenvolvimento desde 1945. (LIMA; HIRST, 2009, p. 51)

O Brasil, então, assumiu e renova constantemente a identidade de intermediário indispensável entre os “fortes” e os “fracos” (LIMA, HIRST, 2009). Logo, o nexo entre a diplomacia e a defesa se deve a uma definição política do Estado. Portanto, conforme Lima e Hirst (2009), é necessário não só definir claramente os objetivos de inserção internacional, como estabelecer, no plano interno, os mecanismos institucionais necessários à articulação das principais burocracias responsáveis pelas funções militares e diplomáticas no plano internacional.

Conclui-se parcialmente que, embora o Brasil seja um país tradicionalmente pacífico, não abriu mão de projetar influência no cenário internacional, visando descongelar as estruturas de poder consolidadas ao final da Segunda Guerra Mundial. Assim, tentou conciliar sua busca por desenvolvimento econômico com a necessidade de obter paz e segurança em seu entorno, adotando no atual período uma estratégia multilateralista para expandir seu raio de ação internacional. No âmbito regional, o entorno estratégico é o espaço que resulta dessa projeção de influência econômica, militar e política do Estado brasileiro. Por isso, a seguir, discute-se como a África é representada na PND, na END e no LBDN.

O lugar da África no entorno estratégico do Brasil sob a ótica do Ministério da Defesa (MD)

O Estado brasileiro caracterizou a relevância estratégica da África na documentação oficial produzida no âmbito do MD, a partir da década passada. Passou a estabelecer e nortear as dimensões da defesa e da segurança brasileiras, a fim de impulsionar o estabelecimento de relações estrategicamente mais próximas com os países sul-americanos e africanos, bem como tornou pública à comunidade internacional sua postura estatal no domínio da defesa e da segurança regional. Cabe discutir como a África é caracterizada, respectivamente, na PND, na END e no LBDN.

A PND é o documento que estabelece os objetivos políticos perseguidos pelo

Brasil no tocante à área de defesa e segurança. A PND de 2012, ao tratar do “ambiente regional e o entorno estratégico”, apresenta um entorno estratégico que

extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região. (BRASIL, 2012 p. 12)

O ambiente regional ou entorno estratégico é uma área de influência que extrapola a América do Sul para incorporar à esfera de influência do Brasil áreas situadas no Caribe, na África e a Antártica. Observe-se a **Figura 1**:



Figura 1 – Mapa do entorno estratégico brasileiro segundo a PND (2012)

Fonte: Política Nacional de Defesa (PND) 2012

A PND (2012) regionalizou o entorno estratégico onde o Brasil, como “potência pacífica”, deve aprofundar seus laços de integração com os países vizinhos e ribeirinhos ao Atlântico. Para isso, busca a intensificação dos processos de regionalização e cooperação com parceiros da América do Sul e da costa africana. Com efeito, os países “lindeiros” da África estão na linha de frente dos interesses brasileiros. Além disso, nesse conjunto regional formado por relações comerciais transatlânticas, atribuiu-se prioridade ao estabelecimento de laços entre, de um lado, os países sul-americanos; e do outro, a África Austral e os países africanos de língua portuguesa. Assim:

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração [...] a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. (BRASIL, 2012, p. 12)

A PND (2012) estabelece que as políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro (leia-se pela convergência de ações entre os campos militar, diplomático e econômico) devem contribuir para a consecução dos objetivos da defesa nacional, devendo observar como diretrizes estratégicas ações relacionadas à cooperação regional, visando:

XIX – atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira; XX – intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul; e

XXI – contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa. (BRASIL, 2012 p. 20-21)

Os objetivos citados na PND serão executados por meio da intensificação dos processos de regionalização e cooperação com os países da América do Sul e da costa africana, pela criação de órgãos regionais e multilaterais de resolução de controvérsias, pela integração das bases industriais de defesa e reformas nas organizações internacionais visando à sua maior legitimidade.

A END é o documento oficial que recomenda a maneira como os objetivos políticos serão executados. Datando de 18 de dezembro de 2008, foi assinado o Decreto nº 6.703, que aprovou a END, atualizado em 2012. Se a Política Nacional de Defesa estabelece o que fazer, a END é o instrumento que tem o propósito de orientar o Estado na consecução dos objetivos nacionais de defesa estabelecidos pela PND. E no caso aqui discutido, como deve ser estabelecida a relação Brasil-África no âmbito das questões que envolvem a presença do EB.

A END, assim como a PND, preconiza o estreitamento da cooperação entre o Brasil e os países sul-americanos, mas afirma que tal atitude deve-se estender também aos países do entorno estratégico (BRASIL, 2012a, p. 28), inserindo a África no processo. Assim, o entorno estratégico também representa na END um conjunto de relações (internacionais) brasileiras que se estenderia para além da América do Sul. Daí resultaria, por exemplo, a necessidade de aumentar “a participação do Brasil em

operações internacionais em apoio à política exterior do país” e, ao mesmo tempo, “o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica” (BRASIL, 2012a, p. 30-31).

Destarte, caberia ao MD e ao MRE promover a convergência entre as atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do Brasil. Assim:

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso, particularmente com a América do Sul e países lindeiros ao Atlântico Sul. (BRASIL, 2012a, p. 36)

Assim como na PND, a ideia de manutenção da estabilidade regional é fato crucial tanto para a América do Sul como para os países lindeiros da África, o que amplia o alcance dos interesses estratégicos brasileiros, projetando a questão da segurança e da defesa para além do continente, mas ainda deixando vagos, sob o ponto de vista geográfico, a extensão e os limites dessa projeção. Contudo, novas referências serão feitas ao longo do documento no tocante às ações e ao alcance geográfico do interesse brasileiro sobre o continente africano. São exemplos disso a referência à

intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC),

ou ainda, à “consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)”, e mesmo ao

incremento na interação inter-regionais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a cúpula América do Sul-Africa (ASA) e o Fórum de Diálogo IBAS.

Logo, as ações estratégicas que vão orientar a relação brasileira com o continente africano remetem à priorização do relacionamento com o “entorno estratégico” e a CPLP, a fim de contribuir para a manutenção da estabilidade regional:

1. O ministro da Defesa e o ministro das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do país.
2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear **e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa** (grifo nosso).
3. O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, **com ênfase na pesquisa e desenvolvimento** (grifo nosso). (BRASIL, 2012a, p. 55-56)

O LBDN foi uma iniciativa governamental visando a tornar públicas à comunidade internacional as diretrizes e ações que norteiam a defesa e a segurança brasileiras. Ao incluir referências à África, o LBDN am-

plia o escopo de interesses brasileiros, definindo que a defesa nacional tem caráter eminentemente dissuasório e está organizada para que o Brasil esteja livre de ameaças como o terrorismo e os crimes transfronteiriços. Além disso, almeja o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno, que possibilite soluções pacíficas para as controvérsias que eliminem as hipóteses de conflito militar na região.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Na relação com outros países, o Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África (grifo nosso). (BRASIL, 2012b, p. 12)

A ideia-base do documento é que um ambiente regional pacífico e percebido como seguro contribui para o desenvolvimento de todos os países do entorno regional, cuja estabilidade é objetivo nacional (BRASIL, 2012b, p. 37). O Brasil é o país com a maior costa atlântica e por isso tem interesse direto na estabilidade regional, uma vez que a circulação de mercadorias importadas e exportadas pelo país depende fundamentalmente das rotas existentes no entorno,

relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do Nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte. A rota do cabo

da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também o melhor acesso marítimo à Antártica. Para além do pré-sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa vem de países na faixa equatorial do Atlântico. (BRASIL, 2012b, p. 35)

O documento apregoa que o Atlântico Sul tem uma “identidade histórica”, que deve ser resgatada por meio da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), visando ao aproveitamento do potencial de desenvolvimento econômico da região. Por isso, é objetivo constante, segundo o LBDN, intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas de outras nações, particularmente com as da América do Sul e da costa ocidental da África, e reforçar laços com outros países que interagem em fóruns de concertação, como a cúpula ASA, o IBAS e o Fórum Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul (BRICS), além de parcerias tradicionais. A estratégia adotada pelo Estado brasileiro é a da cooperação entre as Forças Armadas.

Conclusão

Pode-se concluir que a PND, a END e o LBDN inserem o continente africano no entorno estratégico brasileiro, destacando as relações de cooperação do Brasil, com relevô para as mantidas no âmbito da CPLP e da ZOPACAS. Também enfatizam a importância do multilateralismo, por meio da presença do Brasil na cúpula ASA. A ideia-força nos documentos do MD é que o Atlântico Sul aproxima a África do Brasil, e que a área deve ser mantida como uma zona de paz e

segurança. O continente africano é visto com papel de grande influência na formação do Brasil e, por isso, também se preconiza “es-

pecial atenção” à África, devido ao crescente fluxo de investimentos e comércio entre os dois lados do Atlântico.

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa** (versão encaminhada ao Congresso Nacional para apreciação em 17 jul. 2012). Brasília: Ministério da Defesa, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b.
- BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional de Defesa**. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Brasília, DF: 2005, atualizada em 2012. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Uinversidade de Brasília, 2011.
- _____. **Relações internacionais**: teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FIORI, José Luis. **O Brasil e o seu entorno estratégico na primeira década do século XXI**. Revista Carta Maior, 2014. Disponível em www.cartamaior.com.br/detalheImprimir.cfm?conteudo_id=28080&flag_destaque_longo_curto=C
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
- LIMA, Maria Regina Soares. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson A. ETCHEGOYEN, Sérgio W. e ALSINA, João Paulo (Org.), 2010.
- LIMA, Maria Regina S.; HIRST, Mônica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew *et al.* **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- PROENÇA Jr. Domício; DINIZ, Eugênio. **Política de defesa no Brasil**: uma análise crítica. Brasília: UnB, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

-
- ¹ A diferença entre o conceito de região e a regionalização é um debate longo na Geografia acadêmica. Tratando da questão da diferenciação de áreas, a visão tradicional sobre o conceito de região, representada por autores como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne, respectivamente, percebia a região como uma “individualidade”, um método de “diferenciação de áreas” ou uma “morfologia da paisagem” (HAESBAERT, 2004, p.18). A regionalização, dando mais liberdade ao conceito, seria um instrumento de análise do geógrafo de recortar de forma coerente o espaço geográfico.
 - ² Conforme a distinção estabelecida por Amado Luiz Cervo em relação às três fases representadas por Costa e Silva, Médici e Geisel (2008, p. 132).
 - ³ A segurança é um estado ou condição em que se estabelece a nação — está a cargo da nação e de todas as suas forças disponíveis. Já o conceito de defesa é definido como um conjunto de meios e ações que compõem a segurança nacional e está a cargo das Forças Armadas, conforme preceito Constitucional (CERVO, 2008, p. 119).
 - ⁴ Círculos políticos e intelectuais brasileiros não valorizam a dissuasão nuclear como fonte de prestígio internacional e/ou regional. Desde o século XIX, a presença brasileira na América do Sul tem representado um fator de estabilidade e paz que contribui para o perfil da região como zona relativamente pacífica (LIMA; HIRST, 2009, p. 70).
 - ⁵ Criada em 1986 pelas Nações Unidas, por meio da Resolução nº 41/11, **de iniciativa do Brasil**, (grifo nosso), a ZOPACAS conta, atualmente, com 24 membros — África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do país.

As comunidades islâmicas no Brasil e a Segurança Nacional

Giovani Dalarosa Amaral*

Introdução

A presença islâmicaⁱ no Brasil remonta ao descobrimento. Pedro Álvares Cabral contou com a ajuda de dois árabes muçulmanos, Chuhabidin Bin Májid e o navegador Mussa Bin Sáte, que acompanhavam as embarcações que cruzaram o Atlântico (JERRAHI, 2003). Além disso, o Brasil recebeu diversas ondas migratórias motivadas por incentivos internos ou externos, de acordo com acontecimentos da história mundial.

Em um esforço de reação à possível perda de identidade religiosa e cultural, os imigrantes muçulmanos formaram comunidades e iniciaram a fundação de centros religiosos, associações benéficas e a construção de mesquitas e escolas. O polo inicial desse processo foi a cidade de São Paulo (JERRAHI, 2003).

Para que se possa compreender melhor a discussão deste artigo, serão abordados alguns conceitos básicos sobre a religião islâmica, terrorismo internacional e segurança nacional, procurando esclarecer as características do mundo muçulmano sob a ótica ocidental.

As bases das tradições islâmicas estão contidas no Alcorão, nos costumes árabes e

nas interpretações dessas fontes pelos teólogos islâmicos. Em árabe, *Al'Qur'an*, significa “A Recitação”. Esse livro sagrado muçulmano é composto por 114 *suratas* (ou capítulos) e registra “a palavra literal de Deus Altíssimo, transmitida aos seres humanos no idioma árabe e revelada ao Profeta *Muhammad*ⁱⁱ durante 23 anos” (IBEI, 2014).

A palavra Islã, cuja transliteração correta a partir do idioma árabe é Islam, significa “submissão”. Para o islamismo, “a submissão sem reservas à vontade de Deus Altíssimo é a verdadeira fonte de paz” (IBEI, 2014).

A Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro (SBMRJ) afirma que o Islam não é só uma religião, mas um sistema de vida completo. O islamismo fornece diretrizes escritas sobre todos os assuntos relevantes para o ser humano, tendo o seu próprio sistema político, econômico, jurídico, penal, social e moral (SBMRJ, 2014).

Fala-se também do radicalismo islâmicoⁱⁱⁱ ou fundamentalismo islâmico,^{iv} como forma de combater a agressão, que supostamente seria feita pelos ocidentais à identidade árabo-muçulmana. Além disso, o fundamentalismo tem a finalidade de transformar um sistema político e social de um estado usando a *sharia*,^v ou seja, a interpretação unívoca imposta à sociedade (ÉTIENNE, 2003).

* O autor é major de Cavalaria, aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

O vocábulo *jihad* significa “esforço ou empenho”. De acordo com a crença islâmica, existem dois tipos: o *jihad* maior e o *jihad* menor. O primeiro, e mais difícil, se refere à luta que o ser humano trava consigo mesmo no seu cotidiano, ao tentar manter-se na senda reta, resistir às tentações de pecados e evitar cometer faltas. O segundo caso é mais abrangente, pois se refere ao comportamento de um indivíduo perante seus semelhantes. Esclarecer o Islã, ajudar um necessitado ou visitar um doente são exemplos do segundo tipo (SBMRJ, 2014).

Outro aspecto do *jihad* menor é o direito à autodefesa pelo confronto armado, permitida por Deus aos seguidores do Islam. A tradução do Alcorão diz que: “Combattei, pela causa de Deus, aqueles que vos combatem; porém, não pratiqueis agressão, porque Deus não estima os agressores” – Alcorão 2:190 – (SBMRJ, 2014).

No século XXI, vários países do mundo, que têm grandes comunidades islâmicas em seu território, tiveram sua segurança nacional abalada por atentados oriundos de grupos fundamentalistas radicais. Entre eles, os EUA sofreram os ataques às torres gêmeas do centro financeiro do World Trade Center e ao Pentágono americano, em 11 de Setembro de 2001, e na Maratona de Boston, em 2013; a Espanha sofreu a explosão de bombas em seu sistema ferroviário da capital, em 2004; a Inglaterra sofreu um atentado a bomba no metrô de Londres, em 7 de julho de 2005, e teve um soldado morto e quase degolado no meio da rua, em 2013; a França teve, na cidade de Toulouse, soldados e outros cidadãos mortos, em 2012, e sofreu recentemente o ataque ao periódico

Charlie Hebdo, na capital, por vingança a uma publicação alegada pela comunidade muçulmana internacional como desrespeitosa. Todos esses países e seus aliados vivem em alerta contra o terrorismo.

A mudança da modalidade de terrorismo internacional, que passou de sequestros para atentados por explosivos contra alvos indiscriminados e inocentes, torna a população civil cada vez mais vulnerável e insegura.

Os agentes do terror se utilizam da mídia internacional para divulgar seus atos e mais rapidamente atingir seus objetivos. A transmissão via satélite, a Internet e a presença da televisão em praticamente todas as camadas da sociedade no mundo contribuem para o aumento do potencial publicitário do terrorismo. A repercussão da mídia serve tanto para aumentar o medo e a sensação de insegurança na população, quanto para fazer propaganda e incentivar o recrutamento de novos militantes muçulmanos adeptos a essa modalidade de protesto. Os grandes eventos, como as olimpíadas, tornam-se atrativos para o terrorismo internacional, pois se estima que mais de dois bilhões de espectadores assistam ao vivo aos eventos esportivos (SIMIONI, 2012).

Apesar do histórico pacífico das políticas interna e externa brasileiras, a proximidade das Olimpíadas de 2016, a ascensão do Brasil como ator global e as portas de entrada à possível presença de extremistas entre-meados nas comunidades islâmicas podem gerar impactos à Segurança Nacional¹.

A Segurança Nacional é atribuição fundamental do Estado moderno, que tem como agentes a diplomacia, as forças armadas, os órgãos de segurança pública e

de defesa civil e os serviços de inteligência. Esses agentes trabalham para manter a integridade do território nacional, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra todo o tipo de ameaça ou agressão.

Como resultado das observações e dos conceitos mencionados, pode-se questionar se as comunidades islâmicas presentes no Brasil são uma ameaça à segurança nacional e quais os possíveis reflexos da existência dessas comunidades para a segurança nacional. Para responder aos questionamentos, este artigo buscou analisar as principais características das comunidades islâmicas no Brasil bem como traçar paralelos entre estas e as comunidades muçulmanas presentes em outros países, que possuem implicações relacionadas à segurança, fruto das ações de radicais islâmicos.

Islamismo no Brasil

A primeira onda migratória de muçulmanos no Brasil foi durante o Período Colonial. A escravidão no Brasil atraiu forçosamente grandes contingentes de africanos, entre eles os muçulmanos do Norte da África, que serviram de mão de obra para abastecer os ciclos econômicos coloniais brasileiros. Foram alguns desses muçulmanos africanos que lideraram a Revolta do Malês.

Um novo contingente de muçulmanos, os de origem árabe, começou a chegar ao Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. Após a abolição da escravidão, o Brasil adotou uma política de imigração para suprir a mão de obra escrava. A produção cafeeira de São Paulo atraiu

sírios, libaneses e palestinos, que vieram ao Brasil no intuito de fazer fortuna e retornar aos seus países de origem. No entanto, esses muçulmanos passaram a trabalhar como vendedores itinerantes, conhecidos como mascates, e não diretamente nas lavouras. Esses árabes chegaram a representar 90% dos vendedores itinerantes em São Paulo (KARAM, 2009).

No Oeste do Paraná, na região da tríplice fronteira, a partir de 1951, o incentivo à exportação fez crescer o comércio de miudezas, artigos de confeções e manufaturas dos nacionais. Nos anos 1980, os árabes, em sua maioria muçulmanos, dominavam cerca de 80% das 600 empresas exportadoras de Foz do Iguaçu (KARAM, 2009).

A migração recente foi intensificada devido aos conflitos e instabilidade política no Oriente Médio, como a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), o Conflito Palestino-Israelense (desde 1948) e a violência decorrente da invasão Anglo-Americana do Iraque, em 2003. Novas levas de muçulmanos passaram a chegar ao Brasil nos anos que se seguiram, em ondas migratórias, que continuaram trazendo novos contingentes de libaneses e palestinos, além de, em menor número, sírios, egípcios, marroquinos, sudaneses e nigerianos. Os novos imigrantes se juntaram às comunidades estabelecidas que professavam a mesma religião e tinham costumes semelhantes (PINTO, MONTENEGRO, 2008).

Os imigrantes foram bem recebidos no Brasil, um país hospitalício, com tradição pacífica e multicultural. Essa tradição é evidenciada no artigo 4º da Constituição Federal brasileira, que contém os princípios que regem suas relações internacionais, entre

Estado	Muçulmanos	População	Porção por um milhão de habitantes
São Paulo	9.884	31.546.473	313
Paraná	4.360	8.443.299	516
Rio Grande do Sul	2.734	9.135.479	299
Rio de Janeiro	1.207	12.783.761	94

Tabela 1 – Repartição da população total por estados que têm mais de 1.000 muçulmanos

Fonte: WANIEZ; BRUSTLEIN, 2001

elas a prevalência dos direitos humanos, a não intervenção, a defesa da paz e o repúdio ao terrorismo e ao racismo; bem como, no artigo 5º, que garante os direitos individuais e coletivos, inclusive os de crença religiosa.

As regiões com maiores concentrações de muçulmanos coincidem com as que têm grandes comunidades de origem árabe: o Estado de São Paulo em primeiro lugar, seguido do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas todas as unidades da federação têm pessoas que se declararam seguidoras da religião islâmica (IBGE, 2014). A **Tabela 1** apresenta a densidade de muçulmanos em relação à população desses estados.

Os muçulmanos encontram-se em maior número absoluto na cidade de São Paulo e região metropolitana, principal área de migração árabe no final do século XIX e começo do XX.

Porém, a maior proporção de muçulmanos no Brasil é a do Estado do Paraná, com 516 muçulmanos por milhão de habitantes. Contribui significativamente para

isso a cidade de Foz do Iguaçu, cidade de médio porte na fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina. Essa região altamente permeável, chamada de Tríplice Fronteira, é favorável ao comércio. A criação do Mercosul permitiu livre circulação de bens, pessoas, capitais e serviços entre os países do Cone Sul, o que facilita, além do comércio, a migração.

Portanto, a imigração muçulmana no Brasil foi incentivada, inicialmente, pelo Estado, em seguida, pela prosperidade econômica brasileira e pelas oportunidades de o imigrante viver num país pacífico, longe dos conflitos internacionais. Os muçulmanos formaram comunidades concentradas nas cidades, e a maior parte está ligada ao comércio.

Além da migração, verifica-se uma outra causa da expansão da religião islâmica no Brasil: os convertidos por intermédio do matrimônio. Em uma rápida busca na rede mundial de computadores, observam-se diversos sítios eletrônicos que promovem casamentos entre mulheres brasileiras e homens

muçulmanos estrangeiros.^{xii} Nesse caso, uma das condicionantes para a mulher que contrai matrimônio com um muçulmano, é que ela deva converter-se ao islamismo e seguir rigorosamente, juntamente com seus descendentes, as leis e os costumes muçulmanos. Nesse contexto, pode-se afirmar que os casamentos por agências podem ser usados como forma de disseminar a religião islâmica.

O número de muçulmanos no Brasil cresceu 29,1% de 2000 a 2010, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A comunidade passou de 27.239 pessoas para 35.167. Ressalta-se que, no mesmo período, a população brasileira aumentou em 12,3%, ou seja, o aumento da população foi, percentualmente, menor do que a metade da expansão do número de muçulmanos no país (IBGE, 2014).

O perfil recente da comunidade islâmica no Brasil apresenta a população muçulmana quase totalmente urbana, cerca de 99,4%, e masculina, aproximadamente 60%. O nível de educação dos muçulmanos é muito mais elevado do que o do conjunto da população urbana brasileira: o índice de alfabetização é maior que 90%; entre estes, cerca de 13% possuem nível superior (WANIEZ; BRUSTLEIN, 2001).

Existem cerca de 80 associações islâmicas, mesquitas e salas de oração espalhadas pelo Brasil. A grande maioria é chamada de Sociedade Beneficente Muçulmana, cuja denominação indica sua intenção pacífica de viver e cultivar a religião do Islã. Porém, o esforço em preservar a identidade e a herança religiosa da comunidade islâmica trouxe um efeito negativo,

tornando-a fechada e pouco conhecida no país (JERRAHI, 2003).

De maneira geral, verifica-se que, nas comunidades muçulmanas, é comum que os convertidos ao islamismo sigam o líder espiritual que os converteu. Dessa forma, essas pessoas acreditam que a melhor interpretação do Alcorão é aquela ministrada por intermédio de seu líder, abrindo espaço para interferências culturais, personalismo ou ao radicalismo (MARQUES, 2011).

O islamismo no Brasil sofre forte influência das culturas árabe e persa, que impõem costumes e práticas não previstas no Alcorão, por não haver uma fronteira distinta entre cultura e religião. O grau de restrições para as mulheres muçulmanas depende da origem cultural; e a necessidade do xiita, ao fazer suas orações, de ter que estar em contato físico com a terra de Meca^{xiii} são exemplos do efeito da cultura sobre a religião. Existe uma problemática questão de distinguir o que é cultural na religiosidade dos muçulmanos (MARQUES, 2011).

Portanto, o crescimento do número de muçulmanos no Brasil é bem maior do que a média brasileira, e essa comunidade crescente é aglutinada pelas associações. A população muçulmana concentra-se em comunidades, que podem desequilibrar a proporção local da região anfitriã. Além disso, as comunidades islâmicas cultivam fortemente a cultura e a religião do Islam, apresentando dificuldade de incorporar os costumes e a cultura dos brasileiros.

Em relação às atividades econômicas, a ocupação dos muçulmanos no Brasil está concentrada no setor comercial e no setor de prestação de serviços, respectivamente, com cerca de 60% e 10%. Dentro desse uni-

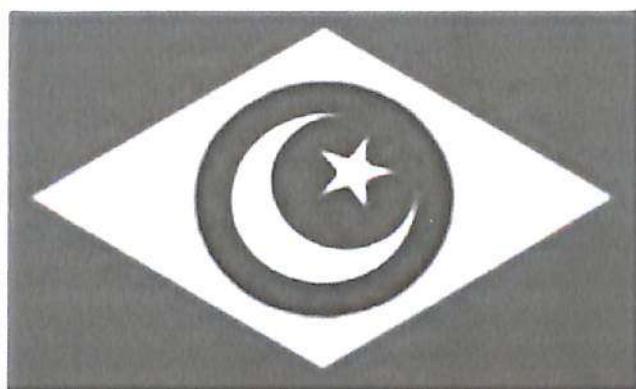
verso, 40% são empregadores e outros 30% ocupam-se do trabalho autônomo. Nota-se também que cerca de 28% trabalham em empresas com mais de 10 empregados, e outros 62,8%, em empresas menores ou sozinhos. Infere-se que o perfil do muçulmano economicamente ativo no Brasil é o de comerciante independente ou o de patrão de uma empresa que emprega menos de 10 pessoas (WANIEZ; BRUSTLEIN, 2001).

As comunidades muçulmanas vivendo no Brasil possuem bom grau de organização. Além das diversas Sociedades Beneficentes espalhadas pelo território nacional, os muçulmanos passaram a tentar organizar um partido político com a finalidade catalisar eleitores muçulmanos ou simpatizantes e pressionar o poder legislativo local (câmaras municipais) a conceder tratamento especial aos seguidores do Islã. Entre as principais aspirações, estão a obrigatoriedade da dispo-

nibilidade de comida *Halal*^{ix} nos mercados e o uso do *Hijab*^x.

O pedido feito pela câmara municipal de Foz do Iguaçu ao DETRAN/PR — para autorizar as mulheres muçulmanas tirarem a foto para Carteira Nacional de Habilitação usando véu — é um exemplo da dificuldade da comunidade muçulmana de assimilar a cultura e leis laicas. Além disso, algumas associações fazem apologia à adoção da *sharia*, como uma alternativa para solucionar os problemas econômicos e sociais do Brasil. A **Figura 1** apresenta as organizações islâmicas do Maranhão.

A expressiva porcentagem de muçulmanos em Foz do Iguaçu tende a demandar maior atenção para a segurança na região do Cone Sul. Nesse sentido, Arthur Victória, do Centro de Estudos de Política e Estratégias Nacionais (CEPEN), afirma que as agências internacionais de segurança têm relatado



Partido Islâmico do Brasil PIB



Figura 1 – Símbolos do Partido Islâmico do Brasil e da Cooperativa Halal

Fonte: <http://islam-maranhao.blogspot.ca/2011/05/pib-partido-islamico-brasileiro.html>

que a atividade islâmica radical na América do Sul está intimamente ligada ao tráfico de drogas e tráfico de armas na região, particularmente na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Organizações fundamentalistas islâmicas, como o Hamas^{xi}, o Hezbollah^{xii} e Al Gama'at Al Islamayya,^{xiii} usam ativamente a Região da Tríplice Fronteira como uma base de apoio. Além disso, Victória (2014) aponta outro problema, o Hezbollah e membros de outros violentos grupos islâmicos começaram a colocar seus agentes na América do Sul, para recrutamento de muçulmanos imigrantes ou convertidos para a causa extremista (VICTÓRIA, 2014).

Do exposto, destaca-se que os imigrantes muçulmanos foram importantes para a interiorização e popularização do comércio varejista, concentram-se nas regiões Sudeste e Sul, em especial nas fronteiras do Brasil; além disso, o crescimento percentual da população islâmica é maior que o dobro do nacional, criando nichos islâmicos, cujos líderes interpretam os textos do Alcorão sob influência da cultura de origem. Por sua vez, os seguidores do Islã cumprem normas rígidas de comportamento, com forte resistência em absorver a cultura do país anfitrião, tendendo ao isolamento. Com relação aos reflexos para a segurança, na região de Foz do Iguaçu, foram identificadas atividades de grupos radicais islâmicos, que podem estar ligados ao financiamento e ao recrutamento do terrorismo. Finalmente, algumas dessas características de povoamento de muçulmanos e de impactos para o Brasil podem ser observadas em outros países.

Ações dos radicais islâmicos no mundo ocidental

A Europa está se tornando cada vez mais islâmica. A corrente migratória recente começou nos anos 1960 e se acelerou nos anos 1990. As maiores fontes de imigrantes são o Norte da África e o Oriente Médio. A imigração contínua e acelerada acontece por diversos motivos: neles incluem-se novos imigrantes, reunificação familiar, casamentos, estudantes financiados pelas universidades europeias e refugiados. Além disso, a taxa de natalidade dos nativos europeus, em média, é menor do que a dos muçulmanos. Existe, ainda, a prática da poligamia islâmica, que tende a aumentar as taxas de natalidade (PEW, 2011).

O número de muçulmanos já é bastante para que eles exijam que a sociedade europeia aceite ou mesmo adapte o estilo de vida nativo ao estilo de vida islâmico. Como consequência, criam-se sociedades paralelas e, cada vez mais, antagônicas. Elas acabam se agrupando em “guetos islâmicos” (as “zonas proibidas”) onde os muçulmanos se tornam maioria crescente e onde a *sharia* é implementada passo a passo. Em alguns países, como a França, o número de muçulmanos já é suficiente para decidir uma eleição local (TAPSON, 2011).

Na Grã-Bretanha, existem cerca de 85 tribunais da *sharia* em operação. Um grupo islâmico chamado “Muçulmanos contra os Cruzados” lançou uma ambiciosa campanha para transformar 12 cidades britânicas em estados independentes islâmicos, incluindo Birmingham, Leeds, Liverpool, Manchester, e o que o grupo chamou de “Londonistan”.



Figura 2 – Folheto da campanha de islamização da Grã-Bretanha

Fonte: KERN, 2011

Essas regiões têm sido inundadas por folhetos anuncianto: “Você está entrando em uma zona controlada pela *Sharia*. Regras islâmicas são aplicadas” (KERN, 2011).

Um exemplo da crescente influência muçulmana nos costumes e na vida dos europeus, observou-se quando a Comunidade Europeia aceitou a pressão de grupos islâmicos e retirou legislação que obriga a identificação da origem do abate do gado, levando ao crescimento do mercado de carne *halal*, abatida segundo os preceitos islâmicos. Como é mais econômico para os grandes abatedouros promover apenas um tipo de abate, a carne *halal* está se tornando o principal tipo de carne (nos supermercados, restaurantes e escolas) sem existirem alternativas ou até mesmo indicação do tipo de abate (KERN, 2011).

Na França, os professores são aconselhados a evitar autores considerados ofensivos aos muçulmanos, incluindo Voltaire. Além disso, a história do Holocausto pode, em muitos casos, não ser ensinada

para não ferir a sensibilidade muçulmana (CLARK, 2007).

As leis, os valores e princípios da civilização ocidental estão dando lugar, lentamente, à pressão islâmica incessante, que tende à “aniquilação” cultural, como foi feito na Turquia, Bangladesh, Líbano e Kosovo. Cada concessão resulta no estabelecimento de um novo aspecto da lei islâmica e, de certa forma, à perda da identidade nacional (WARNER, 2011).

Portanto, os muçulmanos têm migrado principalmente para a Europa Ocidental, em busca de novas oportunidades. Esses imigrantes dão preferência para os países que possuem alguma ligação com sua origem pela colonização ou por seus países terem sido um protetorado daqueles no passado. A expressiva migração e a imposição dos costumes islâmicos sobre a cultura do país anfitrião contribuem para o aparecimento de sociedades paralelas. A formação desses grupos — que ficam à margem da legislação e em número suficiente para ditar suas re-

gras locais — constitui um risco para a soberania nacional. Entre outros fatores, porque tais grupos levam à insegurança, que pode ser gerada pelo desconhecimento, preconceito e pela ação dos extremistas, que são a minoria entre os muçulmanos, porém, com grande visibilidade, por conta da repercussão midiática dos atentados. Os atos terroristas influem na mente da população do país atacado, recaindo sobre o estado a responsabilidade de retomar o ambiente seguro. (SIMUMONI, 2012).

Nos Estados Unidos, os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono foram recebidos com surpresa e revolta pelo governo e pelo povo norte-americano. Do ponto de vista islâmico radical, o 11 de setembro de 2001 foi uma reação direta contra os aspectos “profanos” da política externa dos EUA no Oriente Médio, como a ocupação da “terra sagrada” (Arábia Saudita) ou o apoio aos inimigos do Islã (Israel), conforme um pronunciamento de Bin Laden (BARBOSA, 2002).

Naquele mesmo país, o atentado à Maratona de Boston, em 2013, ocorreu por meio de duas bombas de fabricação caseira, que foram detonadas próximo da linha de chegada da prova. Os terroristas, de origem muçulmana, eram dois irmãos nascidos na Chechênia, que viviam legalmente nos Estados Unidos desde 2003. Eles não estavam ligados a grupos terroristas e agiram para “defender o Islã”. Um dos autores deixou um recado dentro do barco onde foi capturado. O texto afirmava que o atentado foi realizado como vingança pelas guerras lideradas pelos EUA no Iraque e no Afeganistão e dizia que, quando um muçulmano é

atacado, todos os muçulmanos são atacados (PEREIRA, 2013).

Portanto, os terroristas, normalmente, escolhem locais com grande concentração de pessoas, que possuem cobertura pela mídia, como eventos desportivos. Os agentes do terror organizados em grupos ou aqueles que agem por conta própria, se utilizam das interpretações radicais e fundamentalistas, como o *jihad*, para justificar seus atos. Observa-se que as ações terroristas são motivadas por vingança à postura e intervenção da política externa dos países atacados em relação aos países de maioria muçulmana.

Na Europa, os reflexos da Primavera Árabe foram percebidos pelo acirramento das tensões entre os europeus não islâmicos e imigrantes muçulmanos. Acredita-se que a crise econômica que assola a Europa, desde 2008, tem um papel fundamental para o aumento do número de jovens que são recrutados por grupos extremistas. Os jovens, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, procuram algo que os entusiasme, que pode ser uma aventura em algum lugar em guerra, como o Afeganistão ou a Síria. A grande preocupação dos países ocidentais é quanto ao destino desses jovens após o fim dos conflitos. Caso voltem para a Europa, poderão combater as autoridades ocidentais para instalar a ordem islâmica (RFI, 2013).

Na Espanha, os atentados de 11 de março de 2004, em Madri (11-M), foram o pior ataque terrorista na história da Espanha. Ocorreram dez explosões quase simultâneas em quatro composições ferroviárias, na hora de maior movimento, pela manhã. Morreram 191 pessoas e mais de 1.700 fi-

caram feridas (BBC, 2004). Esses atentados foram idealizados em Karachi, Paquistão, no final de 2001, motivados por vingança ao desmantelamento de uma célula terrorista, que a Al Qaeda tinha estabelecido sete anos antes na Espanha (REINARES, 2014).

Além da motivação terrorista, as condições para a execução foram favoráveis. Entre elas, pode-se afirmar que estavam presentes os desajustes judiciais, o limitado conhecimento sobre o novo terrorismo internacional por parte do Ministério Público Espanhol e a inexistência de uma legislação adequada (REINARES, 2014).

Após o 11-M espanhol, houve uma mudança fundamental na política de segurança antiterrorista da Espanha. Desde então, foram detidas naquele país mais de 370 pessoas acusadas de envolvimento com o terrorismo internacional. O Centro Nacional para Coordenação de Medidas Antiterroristas monitora atividades suspeitas para tentar descobrir, a tempo, os planos de possíveis atentados no país. A Espanha não é, contudo, somente alvo de terroristas, mas também uma estação de logística para a preparação de atentados em todo o mundo, onde os combatentes islâmicos são recrutados e passam por um treinamento ideológico (KOCH, 2009).

Observa-se que, no exemplo da Espanha, os terroristas se aproveitaram das condições de fragilidade jurídica do estado, à época, para organizar um grande atentado, que marcou a história daquele país. As medidas de inteligência, posteriormente adotadas, foram eficientes para antecipar as ações terroristas e reduzir o risco de uma nova ameaça aos cidadãos espanhóis.

Em um outro país europeu, na França, em janeiro de 2015, dois homens encauzados e armados com fuzis AK-47, invadiram a sede do periódico Charlie Hebdo, bradando pelos corredores da redação do jornal “Alá é grande!” e “vamos vingar o profeta Maomé!”, e mataram a tiros 12 pessoas responsáveis pelas charges satíricas em que aparecia a figura do profeta Maomé. Os terroristas Chérif Kouachi e Said Kouachi, franceses descendentes de argelinos, viviam na França como cidadãos comuns (TEXEIRA; CARNEIRO, 2015).

Na Inglaterra, no dia 7 de julho de 2005, quatro jovens muçulmanos britânicos detonaram os explosivos que traziam junto a seus corpos em três vagões do metrô e um ônibus em Londres, deixando 56 mortos e mais de 700 feridos de onze nacionalidades. Em outra ação, porém com outras características, em maio de 2013, dois homens atropelaram o soldado britânico Lee Rigby e depois tentaram arrancar sua cabeça com golpes de facas de açougueiro, enquanto bradavam *Allah akbar!* (Alá é grande!). Ainda com as armas em punho, Michael Adebolajo justificou-se para a câmera do telefone celular de uma mulher, que passava pela rua do bairro de Londres:

Nós juramos por Alá que nunca deixaremos de lutar contra vocês. O único motivo pelo qual fizemos isso é porque muçulmanos morrem todos os dias.

O vídeo de dez segundos foi exibido em todo o mundo. Michael Adebolajo, cidadão britânico, descendente de nigerianos, foi criado em uma família cristã, mas se converteu ao Islã em 2003 e adotou o nome

de Mujaheed. Começou a participar de um grupo radical, que foi banido na Inglaterra em 2010, e seu maior interesse era saber em que situações o uso da violência poderia ser justificado (WATKINS, 2013).

Atualmente, diante da vigilância constante dos serviços de inteligência e do desmantelamento de grupos fundamentalistas em países como o Afeganistão e o Iêmen, os ataques organizados, com alto poder de destruição e com potencial para atingir muitas vítimas, tornaram-se mais difíceis nos países desenvolvidos. Assim, resta aos radicais recorrer a outros meios, como bombas feitas com panelas de pressão e rolamentos, como ocorreu em Boston, ou fuzis, como aconteceu em Paris. Esses eventos foram atribuídos aos chamados “lobos solitários”, terroristas que agem sozinhos e que, por não terem ligações com as redes terroristas, são quase invisíveis até o primeiro atentado (WATKINS, 2013).

Portanto, percebe-se, claramente, nos exemplos de França e Inglaterra, a motivação por vingança, em retaliação às políticas externas daqueles países. Além disso, os ataques foram organizados e executados por cidadãos franceses e ingleses, porém, muçulmanos de origem ou convertidos. Ficou evidente, também religião islâmica para justificar o terrorismo. Em todos os casos, possivelmente, os seguidores extremistas do Islã participavam, normalmente, dos cultos nas mesquitas como qualquer outro muçulmano comum.

Conclusão

As comunidades islâmicas estão presentes em muitos países do ocidente, inclu-

sive no Brasil. Essas comunidades seguem os preceitos transcritos pelo profeta Maomé no livro Alcorão. Os muçulmanos afirmam que o Islã não é só uma religião, mas um sistema de vida completo, fornecendo diretrizes escritas sobre o seu próprio sistema político, econômico, jurídico, penal, social e moral.

Retomando os questionamentos que nortearam este artigo, buscou-se saber se as comunidades islâmicas presentes no Brasil são uma ameaça à segurança nacional e quais os possíveis reflexos da existência dessas comunidades para a segurança nacional. Para responder a essas questões, podem ser inferidos do que foi exposto — e por meio da comparação entre o que ocorre nas comunidades islâmicas vivendo no Brasil e em outros países ocidentais — os aspectos que podem gerar riscos ou ameaças à segurança nacional.

Entre esses aspectos, o crescimento percentual da população islâmica é maior do que o dobro do percentual da população brasileira. Da mesma forma, o crescimento da população muçulmana, em relação ao da população nativa europeia, é expressivamente maior, fruto da imigração massiva e constante muçulmana e pela baixa natalidade do povo europeu. Em alguns casos, a concentração de muçulmanos se apresenta em número suficiente para ditar suas regras locais na Europa. A formação de “guetos islâmicos” contribui para a implementação da *sharia*, constituindo um risco para a soberania nacional.

As comunidades islâmicas seguem rigidamente os preceitos da cultura e a religião do Islã sem, no entanto, incorporar os costumes e cultura dos brasileiros. Da mesma

forma, na Europa, os líderes muçulmanos interpretam os textos do Alcorão e impõem os costumes islâmicos sobre a cultura do país anfitrião. A pressão da comunidade muçulmana, exercida quando estão em maioria local, gera instabilidade social e risco da perda da identidade nacional pela aculturação.

O Brasil ainda não possui legislação específica que tipifique os crimes ligados ao terrorismo, fato que pode ser explorado pelos grupos radicais. No exemplo da Espanha, os terroristas se aproveitaram das condições de fragilidade jurídica do estado, à época, para organizar um grande atentado, conhecido como 11-M. A lacuna jurídica brasileira pode vir a facilitar o ingresso de agentes radicais islâmicos bem como o financiamento do terrorismo internacional por meio da prática dos crimes correlatos ao terrorismo.

A região de Foz do Iguaçu concentra a mais expressiva comunidade muçulmana no Brasil. Nessa cidade, foram identificadas atividades de grupos radicais islâmicos que podem estar ligados ao financiamento e ao recrutamento para o terrorismo. Nos exemplos da Europa, os ataques foram organizados e executados por cidadãos franceses e ingleses, porém, muçulmanos de origem ou convertidos. Ficou evidente, também, a interpretação do fundamento radical da religião islâmica para justificar o terrorismo. Em todos os casos, possivelmente, os seguidores extremistas do Islã participavam, normalmente, dos cultos nas mesquitas como qualquer outro muçulmano comum.

O Brasil tem sediado grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo. Em 2016, sediará as Olimpíadas, na cidade do Rio de Janeiro,

um evento desportivo de grandes proporções, que será acompanhado pela mídia internacional. No caso americano, os terroristas escolheram a Maratona de Boston, local com grande concentração de pessoas e que possuiu cobertura pela mídia internacional. Os agentes do terror, organizados em grupos ou aqueles que agem por conta própria, podem utilizar-se das Olimpíadas para cometer atos de extrema covardia, o que as torna um evento de alto risco potencial para a segurança.

Os princípios das relações internacionais do Brasil, contidos no artigo 4º da Constituição Federal, como o da não intervenção, podem evitar antagonismos com o mundo islâmico. Porém, observa-se que as ações terroristas na Europa e EUA são motivadas por vingança à postura e intervenção da política externa dos países atacados em relação aos países de maioria muçulmana. A mudança da postura da política externa brasileira pode vir a ser um risco para a segurança nacional.

Portanto, a simples presença das comunidades islâmicas no Brasil não se constitui em uma ameaça à segurança nacional, porém, os extremistas muçulmanos podem utilizar-se da conjuntura brasileira favorável para agir.

Ficaram evidenciados, como possíveis reflexos da existência dessas comunidades para a segurança nacional, a necessidade de um eficiente sistema de inteligência, capaz de reduzir os riscos e prevenir as ameaças. As medidas de inteligência, posteriormente adotadas pelos países que sofreram ataques, foram capazes de antecipar as ações terroristas e reduzir o risco de uma nova ameaça aos cidadãos.

A manutenção do respeito mútuo à liberdade de credo, assegurado pela Constituição Federal, como o contido no inciso VIII, do artigo 5º, deve pautar as relações entre brasileiros não muçulmanos e as comunidades muçulmanas, evitando-se a imposição dos costumes islâmicos aos que praticam outras religiões.

A conservação e, se possível, o aumento da capacidade operativa dos meios de defesa do Brasil podem garantir a integridade e a soberania nacional. As Forças Armadas brasileiras têm papel importante no combate

ao terrorismo, ainda que isso venha a se configurar em ações episódicas, quando os Órgãos de Segurança Pública se revelarem insuficientes, diante de suas dificuldades materiais e estruturais.

Por fim, o conhecimento, o respeito e a tolerância mútua devem pautar as relações entre a sociedade brasileira e as comunidades islâmicas residentes no Brasil, construindo laços de amizade e harmonia e evitando, assim, que sua presença possa constituir, futuramente, risco à segurança nacional.

Referências

- BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 45 n.1 jan./jun. 2002. Disponível em <[dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000100003](https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000100003)>. Acesso em: 28 mar 2014.
- BBC Brasil. **Madri pára pelos desaparecidos. 12 de março, 2004.** [s.l.] Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040312_madriparentebc.shtml>. Acesso em: 27 mar 2014.
- BEARMAN, P. Et al. **Encyclopaedia of Islam, “Sharia.”** 2. Ed. Brill Online, 2014. Disponível em : <referenceworks.brillonline.com/entries/encyclopaedia-of-islam-2/sharia-COM_1040> . Acesso em: 03 abr 2014.
- BRASIL. Decreto nº 5484 de 30-06-2005. **Política Nacional de Defesa**, Brasília, 2005.
- CLARK, Laura. **Teachers drop the Holocaust to avoid offending Muslims.** Mail online, April 2007. Disponível em: <www.dailymail.co.uk/news/article-445979/Teachers-drop-Holocaust-avoid-offending-Muslims.html#ixzz3CJVO1dzq>. Acesso em: 03 set 2014.
- ÉTIENNE, Bruno. **L'islamisme comme idéologie et comme force politique.** *Cités*, n. 14, p. 45-55, fev 2003. Disponível em: <www.cairn.info/revue-cites-2003-2-page-45.htm>. Acesso em: 14 mar 14.
- INSTITUTO Brasileiro de Estudos Islâmicos (IBEI). **Islamismo.** Disponível em: <www.ibeipr.com.br/ibei.php?path=islamismo>. Acesso em: 01 abr 2014.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Senso populacional 2000.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros_resultados_amostra/brasil/pdf/tabela_1_1_2.pdf>. Acesso em: 14 mar 2014.

JERRAHI, Sheikh Muhammad Ragip al-. **História da presença Islâmica no Brasil.** In: Palestra para o Congresso “El Islam em las dos Orillas”, Sevilha, 2003. Disponível em: <www.masnavi.org/jerrahi/Artigos__Palestras/Historia_da_presenca_Islamica/_historia_da_presenca_islamica_.html>. Acesso em : 24 fev 2014.

KARAM, John Tofik. Fazemos qualquer negócio. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** s.l. jul 2009. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/fazemos-qualquer-negocio>. Acesso em: fev 2014.

KERN, Soeren. **Europe Goes Halal.** Gatestone Institute. USA, 2011. Disponível em: <www.gatestoneinstitute.org/1799/europe-goes-halal>. Acesso em: 03 set 2014.

_____. **Britain’s “Islamic Emirates Project”.** Gatestone Institute. USA, 2011. Disponível em: <www.gatestoneinstitute.org/2278/britain-islamic-emirates-project>. Acesso em 12 nov 2014.

KOCH, Marc. **Espanha continua na mira do terrorismo islâmico.** Deutsche Welle Internacional. German, 11 mar 2009. Disponível em: <dw.de/p/H9ji>. Acesso em: 27 mar 2014.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. Os muçulmanos no Brasil. **Etnográfica** [Online], v. 15 .n1, out 2011. Disponível em:<[//etnografica.revues.org/777](http://etnografica.revues.org/777)>. Acesso em: 24 fev 2014.

PEREIRA, Edson. Terrorismo 2013 - bombas na Maratona de Boston e o atentado em Londres. Maio de 2013. Disponível em: <www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/terrorismo-2013-bombas-na-maratona-de-boston-e-o-atentado-em-londres/70906/>. Acesso em: 27Jan15.

PEW, Research Center. **The Future of the Global Muslim Population, Projections for 2010-2030.** In: The Pew Forum on religion and public life, 2011. Disponível em: <www.pewforum.org/2011/01/27/the-future-of-the-global-muslim-population>. Acesso em: 03 set 2014.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. MONTENEGRO, Silvia. **As comunidades muçulmanas na tríplice fronteira: identidades religiosas, contextos locais e fluxos transnacionais.** In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26. Porto Seguro, BA. 2008. Disponível em: <www.abant.org.br/conteudo/ANALIS/CD_Virtual_26_RBA/forums_de_pesquisa/trabalhos/FP%2002/FP02%20As%20comunidades%20mu%C3%A7ulmanas%20na%20Triplice%20Fronteira....pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

REINARES, Fernando. **O atentado de 2004 na Espanha foi tramado em 2001 no Paquistão.** El País. Espanha, mar 2014. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2014/03/07/politica/1394224760_628015.html>. Acesso em: 01 set 2014.

RÁDIO França Internacional (RFI). **Extremistas islâmicos ameaçam França e Níger de novos atentados.** El País. Espanha, mai 2013. Disponível em: <www.portugues.rfi.fr/mundo/20130524-extremistas-islamicos-ameacam-franca-e-niger-de-novos- atentados>. Acesso em: 10 Mar 14.

SOCIEDADE Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro (SBMRJ). **Islam no Brasil.** Disponível em: <sbmrj.org.br/wp>. Acesso em: 30 abr 2014.

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. A relação simbiótica entre mídia, terrorismo e grandes eventos esportivos. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, n. 25, 1 quadrimestre, 2012.

TAPSON, Mark. The Rise of Islamic No-Go Zones. **FrontPage Magazine**, 2011. Disponível em: <www.frontpagemag.com/2011/mark-tapson/the-rise-of-islamic-no-go-zones/>. Acesso em: 03 set 2014.

TEIXEIRA, Duda. CARNEIRO, Felipe. Contra as trevas. **Revista Veja**, 14 de janeiro de 2015. Ed. 2408. Disponível em: <[//veja.abril.com.br/acervo/home.aspx](http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx)>. Acesso em: 27Jan 2015.

VICTÓRIA, Artur. **América do sul** - sinopse sobre islamismo. Centro de Estudos Políticos e Estratégias Nacionais (CEPEN). s. l. Disponível em: <www.cepen.org/web1/index.php/artigos/409-america-do-sul-sinopse-sobre-o-islamismo>. Acesso em: 27 mar 2014.

WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro. PUC Rio, v. 1, n. 2, p. 155-180 - jan./jul. 2001

WATKINS, Nathália. Com sangue nas mãos. **Revista Veja**, 29 de maio de 2013. Ed 2323., p.87. Disponível em: <[//veja.abril.com.br/acervo/home.aspx](http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx)>. Acesso em: 27Jan 2015.

WARASAT Hussain Foundation. **Hijab**. Pakistan. Disponível em: <www.teachislam.com/content/view/4211/153/>. Acesso em: 01 abr 2014.

WARNER, Bill. **The Annihilation of Civilizations**, s. l., 2011. Disponível em: <www.politicalislam.com/blog/the-annihilation-of-civilizations/>. Acesso em: 04 set 2014.

WHITTAKER, John David. **Terrorismo - um relato**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, 488 p.

WOŁOSZYN, André Luís. **Terrorismo global**: aspectos gerais e criminais. Biblioteca do Exército Ed.Rio de Janeiro, 2010, 164p.

ⁱ O termo islâmico(a) e muçulmano(a) são sinônimos: aqueles que seguem a religião do Islã.

ⁱⁱ Profeta Maomé para a cultura brasileira.

ⁱⁱⁱ Radicalismo islâmico: movimento nascido em 1929, no Egito, com o grupo Irmandade Muçulmana. Inicialmente voltado para problemas de ordem social e religiosa. Atualmente prega a destruição da cultura ocidental como forma de impedir sua dominação e a influência sobre a cultura muçulmana e também para purificar o Islã (WHITTAKER, 2005).

^{iv} Fundamentalismo islâmico: Surgiu após a 1^a Guerra Mundial da necessidade de proteger o Islã da influência ocidental, como resultado da dominação militar e econômica. Só admitem uma interpretação literal das Escrituras como fundamental ou original (WHITTAKER, 2005).

^v *Sharia*: Sharīa (a.) derivado da raiz shara'a, tendo primeiro significado principal a relação entre religião e lei religiosa. Sharīa é designada pelos árabes como a profética religião em sua totalidade (a lei e religião de Moisés) (BERAMAN, 2014). Tradução do autor.

^{vi} Segurança Nacional "é a condição em que o Estado, a sociedade e os indivíduos sentem-se livres de riscos, pressões ou ameaças" (BRASIL, 2005).

^{vii} São exemplos: <www.singlemuslim.com/about/brazil-muslim-marriage.html>; <www.shaadi.com/matrimony/muslim-brazil-matrimony>; <www.muzmatch.com/single-muslim-marriage.aspx/Brazil-Muslim-Women>; <www.lovehabibi.com/muslims/brazilian-muslims>.

-
- ^{viii} Na entrada das mesquitas xiitas, existe uma caixa com pequenos “tijolos” feitos com a terra da região de Meca.
 - ^{ix} *Halal*: significa “permitido” para os seguidores do Islã. A comida é produzida de acordo com os preceitos islâmicos (KERN, 2011)
 - ^x *Hijab*: véu islâmico. É a cobertura de todo o corpo da mulher com exceção do rosto e das mãos. Existem duas correntes básicas sobre a interpretação do versículo corânico referente ao uso do *hijab*. “Ó Profeta, dize a tuas esposas, a tuas filhas e às mulheres dos crentes que (quando saírem) se cubram com suas ‘jalabib’, ...” (Alcorão, surata 33:59) (WARASAT, 2014).
 - ^{xi} *Hamas*: Tem origem da Irmandade Muçulmana, em 1988. Seu objetivo é estabelecer o Estado Palestino e eliminar o Estado de Israel. Atualmente domina a Faixa de Gaza (WOLOSZYN, 2010)
 - ^{xii} *Hezbollah*: significa “Partido de Deus” em árabe. É um movimento político, religioso e militar criado em 1982 pela ala militante de um grupo religioso xiita. Seu objetivo expresso era o alijamento das influências externas (expulsão do Exército israelense do Sul do Líbano) e a criação de um Estado islâmico (WHITTAKER, 2005).
 - ^{xiii} *Al Gama'at Al Islamaya*: organização criada na década de 1960, no Egito, formada por estudantes da Irmandade Muçulmana. Na década de 1980, passou a atuar com ações terroristas para derrubar o governo pró-occidental do presidente Osni Mubarak (WHITTAKER, 2005).

A aviação durante a Batalha de Boquerónⁱ

Renato Javier Angulo Aponte*

Antecedentes e contexto histórico

A Guerra do Chaco foi um conflito bélico entre o Paraguai e a Bolívia durante os anos 1932-1935, finalizando em 14 de Junho de 1935. Ambos os países disputavam a titularidade de uma vasta região, que vai desde as primeiras encostas andinas, descendo até o rio Paraguai, no centro da América do Sul. O território em disputa está dividido, ao Sul pelo rio Pilcomayo e ao Norte pela selva e banhados do grande Pantanal do estado brasileiro de Mato Grosso. É uma região árida e quente, com setores muito pantanosos.

Os conflitos começaram logo após a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, quando a Argentina pretendia esse território, que acabou sendo outorgado ao Paraguai em um laudo arbitral internacional a cargo do presidente dos Estados Unidos Rutherford Hayes, em 12 de novembro de 1878. Essa decisão foi duramente contestada pela Bolívia.

Tanto o Paraguai quanto a Bolívia ocupavam escassamente o território em disputa, e haviam fundado pequenas co-

lônias militares, conhecidas com o nome de fortins. A maior localidade boliviana se encontrava muito próxima da cordilheira e sobre o rio Pilcomayo, sendo chamada Villa Montes. O outro grande polo de ocupação era o Fortim Muñoz, na região do estero Patiño, que era um banhado do rio Pilcomayo (Figura 1). O Paraguai mantinha no centro da região chaquenha, desde o ano de 1926, uma numerosa colônia de imigrantes menonitas, procedentes da Europa e do Canadá, protegidos por uma tênue linha de posições militares, sendo a mais importante a de Isla Po'í.

Um protocolo, firmado em 19 de julho de 1915, ordenava a manutenção do *status quo* no avanço de ambos os exércitos. Mas esse acordo não foi respeitado pela Bolívia, e ocorreria, em 1928, um grave incidente, quando tropas paraguaias tomaram e incendiaram o fortim boliviano chamado Vanguardia, que estava dentro da faixa paraguaia. A Bolívia tomou represálias e capturou três fortins paraguaios, entre eles Boquerón. Em seguida, bombardeou Baía Negra com sua aviação sem causar danos.

* Advogado, bacharel em Direito pela Universidade Nacional de Assunção, com pós-graduação em História Militar pelo Instituto de Altos Estudos Estratégicos do Ministério da Defesa do Paraguai. É vice-presidente da Associação Cultural Mandu'arã, do Paraguai, membro honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto de Investigações Históricas e Culturais de Corrientes, Argentina. Realiza pesquisas sobre o material bélico utilizado na Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança e na Guerra do Chaco. Também investiga a história da aviação paraguaia desde seu início até a atualidade.

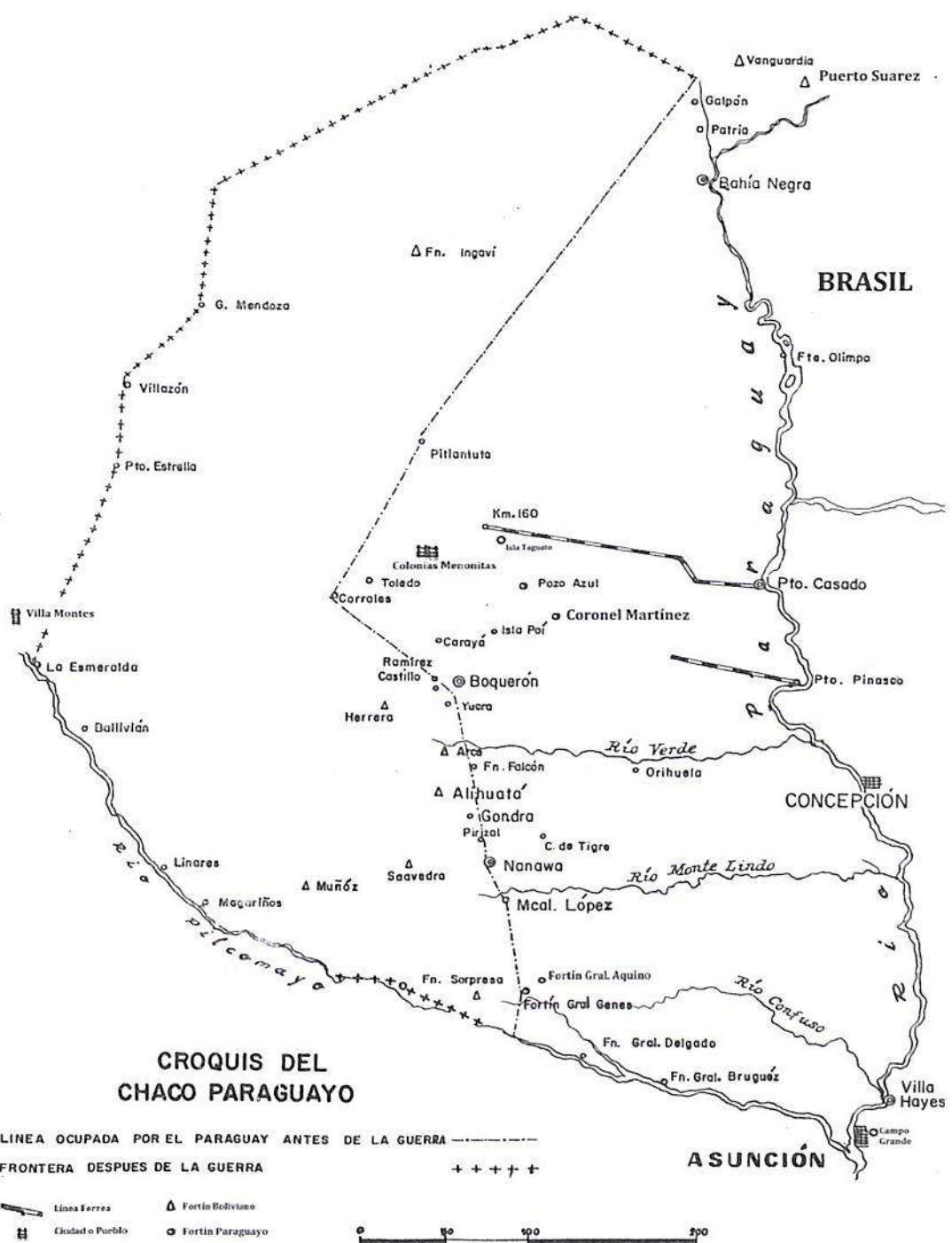


Figura 1 – Croqui do Chaco Paraguayo

Fonte: *Fortines de la Guerra del Chaco*, de Juan Carlos Joy

Posteriormente, logrou-se interromper o conflito através da via diplomática, devendo ambas as partes devolver as posições capturadas. Ainda assim, apesar do esforço internacional da Sociedade das Nações e da diplomacia paraguaia, acabou por se impor a política boliviana de pisar forte no Chaco, adotada pelo presidente Daniel Salamanca, tendo como início do conflito o ataque boliviano à guarnição paraguaia da laguna Pitiantuta, em 15 de junho de 1932.

Ambas as forças mobilizaram suas tropas para o território chaquenho e, sobre elas, seus aviões também foram participar do conflito. Essa é a história da participação de ambas as forças aéreas na primeira campanha da Guerra, conhecida como Boquerón, em honra do fortim que seria palco dos acontecimentos bélicos. Essa campanha vai desde o início das hostilidades até a rendição das tropas bolivianas, em 29 de setembro do ano de 1932.

O material de voo da Arma Aérea Paraguaia

O Paraguai necessitava de um avião capaz de suportar as duras condições climáticas do país e operar em pistas sem preparação. Necessitava contar com um aparelho de reconhecimento e que pudesse servir como bombardeiro. Daí, a opção pelo Potez 25 A2, por recomendação da Missão Militar Francesa, que operava no país desde 1926. Esse aparelho também foi utilizado pelo Uruguai e pelo Brasil.

Foram encomendados sete deles em 10 de fevereiro do ano de 1928. Os dois primeiros chegaram em 9 de outubro de 1929. Os



Figura 2 – Avião Potez 25 A2 da Arma Aérea Paraguaia
Fonte: *Fortines de la Guerra del Chaco*, de Juan Carlos Joy

restantes foram chegando nos meses subsequentes, menos um, que, ainda embalado em caixas, foi acidentalmente destruído no porto uruguaião de Montevidéu, ao desprender-se do guindaste que o descarregava do barco. O aparelho contava com seguro e foi substituído em novembro de 1932 (HAGEDORN; SAPIENZA, 1997, p. 30).

Rapidamente serviram para treinar os pilotos paraguaios na Base Aérea de Campo Grande, localizada entre as cidades de Assunção e Luque, a 10 quilômetros do centro da capital. No ano em que chegaram, se perdeu em um acidente o Potez, com o serial Nº 2.

Os aparelhos eram biplanos, do tipo sesquiplano, que significa que as asas inferiores eram de tamanho menor que as asas superiores, totalmente de madeira, forrados com lona, com uma enorme superfície alar (Figura 2). Estavam pintados totalmente de verde oliva, como a versão francesa. Montavam uma metralhadora Vickers, que era disparada pelo piloto, e uma dupla, da marca Madsen, na torreta do observador (SHARPE, 2002, p. 261). Em alguns casos, foram artilhados, com mais uma,

no piso da cabina do observador. Sua capacidade de bombas era de 200 quilos. O Paraguai não as adquiriu, tendo que fabricá-las artesanalmente nos arsenais de Guerra e Marinha. Pesavam, cada uma delas, quase 15 quilos e eram de fragmentação. Também se construiu uma bomba incendiária de 20 quilos à base de gasolina (BOZZANO, 1976, p. 62). Em sua configuração de observador, levava uma potente câmara da marca Zeiss. Sua velocidade de cruzeiro era de 180km/h, e sua velocidade máxima era de 220km/h.

Para servir de avião caça, a fim de proteger os bombardeiros, adquiriu-se o moderno Wibault Type 73 C1, que era um monoplano, totalmente metálico. Destes, foram encomendados sete aparelhos em 20 de dezembro de 1927. Esses aviões começaram a chegar ao Paraguai em julho de 1929 (HAGEDORN; SAPIENZA, 1997, p. 82).

Esses aparelhos tiveram seus motores modificados na fábrica, trocando o motor em “estrela” pelo Lorraine-Dietrich de 450 HP, que era utilizado nos Potez, por recomendação de uma missão técnica argentina, que assessorava a missão paraguaia de aquisição de material bélico na Europa. Tal mudança — que, na teoria, era para padronizar a manutenção e fazer os motores intercambiáveis com os demais aparelhos — causou modificações terríveis nas condições de voo dos aparelhos. Primeiramente, por colocar o radiador debaixo da fuselagem, diminuindo a aerodinâmica e a velocidade. Além disso, o peso do motor fazia com que o avião tivesse um centro de gravidade bastante difícil de manejar. Para cúmulo dos males, o radiador tendia a trincar em consequência das altas temperaturas, perdendo todo seu líquido refrigerante, superaquecendo excessivamente

o motor e obrigando os pilotos a aterrissar de emergência.

Todas estas modificações fizeram do Wibault paraguaio um caça lento e pouco manobrável, com uma velocidade máxima de apenas 200km/h e a velocidade de cruzeiro ainda muito menor. Montava como armamento duas metralhadoras Vickers, sobre o *cowling* do motor. Estava pintado de verde oliva e com as cores nacionais nas asas. Para o início da guerra, o Paraguai contava com seis desses aparelhos, porque um deles, o de serial Nº 4, havia caído, no ano de 1931.

O material de voo da Força Aérea Boliviana

O Breguet 19, de procedência francesa, foi o primeiro avião de combate moderno adquirido pela Bolívia. Foi utilizado, em 1928, em ações de represálias pela tomada do fortim boliviano Vanguardia por parte dos paraguaios. A Bolívia chegou a adquirir sete aparelhos, mas no ano de 1932, só três deles estariam operativos. Eram aparelhos *biplace* de bombardeio, tinham uma velocidade máxima de 214km/h, com uma autonomia de voo de cruzeiro de 800 quilômetros. Estavam artilhados com uma metralhadora frontal e outra na carlinga do observador (SHARPE, 2002, p. 96).

Posteriormente, os bolivianos procuraram melhorar seu material de voo para que se substituíssem os velhos aviões de reconhecimento Fokkers. Para tanto, decidiram adquirir, da casa Vickers da Inglaterra, um novo aparelho de reconhecimento e bombardeio. O candidato foi o Vickers Vespa Type 149, que foi um dos aviões mais versáteis da Aviação boliviana. No total se adquiriram



Figura 3 – Avião Vickers Scout boliviano

Fonte: HAGEDORN; SAPIENZA, 1997. p. 79

seis, encomendados à fábrica no ano de 1927. Os primeiros aparelhos chegaram em março de 1929, e o restante, em julho (HAGEDORN; SAPIENZA, 1997. p. 42). Estavam pintados totalmente de cor alumínio, com o *cowling* do motor em preto. Grandes emblemas com as cores nacionais identificavam a procedência do avião. Podiam ser artilhados com metralhadoras e várias bombas de distintos pesos. Sua velocidade máxima era de 224km/h (DONALD, 1997, p. 250). Tem-se certeza de que três deles foram mobilizados em 17 de julho de 1932. E pelo menos outros três operavam nas bases do Chaco, como Porto Suárez e Muñoz.

A Bolívia adquiriu, além disso, o caça do mesmo fabricante do anterior, denominado Vicker Type 143, Scout (**Figura 3**). Estes foram encomendados junto com os Vespas, mas chegaram em setembro e dezembro, também do ano de 1929. Eram aparelhos velozes, alcançando os 241km/h, sendo os mais velozes dos aviões utilizados neste período da Guerra do Chaco. Portavam duas metralhadoras Vickers, em ambos os costados da fuse-

lagem, disparando para frente. Por sua vez, podiam levar até cincuenta quilos de bombas em cada asa inferior. Estavam pintados totalmente de alumínio natural com os emblemas nacionais nas asas e nos costados da fuselagem. A Bolívia contou com apenas três aparelhos no inicio das hostilidades. Dois deles se haviam perdido em acidentes de treinamento antes do inicio das hostilidades, e um terceiro se perdeu em maio de 1932 (HAGEDORN; SAPIENZA, 1997. p. 80).

As explorações aéreas da Força Aérea Boliviana no território chaquenho

O Paraguai descobriu uma enorme lagoa em março de 1931 — à qual chamou Pitiantuta — e, considerando que era uma posição estratégica pelas possibilidades que tinha de proporcionar o líquido vital a um grande número de pessoas, decidiu ocupá-la. Mas, em 25 de abril de 1932, o major boliviano Oscar Moscoso, depois de sobrevoar o território chaquenho em um Vickers Vespa, observou o lago e as precárias posições paraguaia, que não passavam de uns ranchos. Após receber a informação sobre a estratégica posição da laguna e da ocupação paraguaia, o Comando boliviano ordenou que a mesma fosse tomada pela força.

O ataque se deu em 15 de junho, quando o major Moscoso atacou com um pelotão a escassa guarnição paraguaia de cinco soldados, pois esta se encontrava em fase de substituição. A posição foi capturada pelos bolivianos, que prepararam várias trincheiras e fortificações, inclusive limparam um lugar próximo à lagu-

na para que servisse de pista de aterrissagem de emergência. A guarnição aumentou a quase 150 soldados, duas metralhadoras pesadas e 16 metralhadoras leves. Em 20 e 21 de junho de 1932, aviões Breguet aterrissaram na pista da laguna para descarregar víveres e munições.

Os paraguaios tentaram uma primeira recuperação no dia 15 de julho sob o comando do capitão Abdón Coronel Palacios, que, com pouco mais de 400 soldados, atacou as posições bolivianas. Contou, além do mais, com o apoio de metralhadoras e morteiros, mas foram rechaçados. No dia seguinte, os paraguaios regularam suas armas e houve um ataque geral, logrando romper as primeiras linhas de defesa, para logo expulsar de suas posições as demais tropas bolivianas, que abandonaram a laguna para retirar-se em direção a Muñoz.

A fim de colaborar com o retraimento boliviano, o Comando enviou, para servir de guia a seus soldados, um aparelho Breguet 19, a comando do capitão Leónidas Rojas, que sobrevoou a zona da laguna Chuquisaca ou Pianttuta. Ficando sem combustível, essa aeronave aterrissou perto do Fortim Camacho, em uma ravina, onde sofreu alguns danos, como a quebra da hélice. Em 29 de junho, outro Vickers Vespa sobrevoava a zona de conflito, a fim de certificar-se das posições paraguaias e de suas intenções.

O traslado da Aviação boliviana ao teatro de operações

A fim de somar-se ao esforço bélico realizado pela IV Divisão e unir-se à esquadilha de aviões Breguet, o Comando boliviano ordenou, em 17 de julho de 1932, a transferência da Esquadilha de Caça, composta por três

aviões Vickers Scout, ao teatro de operações chaquenho, voando desde a Base de El Alto, em La Paz. Os aparelhos eram pilotados pelo major Jorge Jordán, o capitão José Coello e o capitão Luis Ernst Rivera.

Também foi movimentada a Esquadilha de Reconhecimento e Bombardeio, com três aparelhos Vickers Vespa Type 149, pilotados pelo capitão Luis Paravicini, levando Alejandro Robles como observador; pelo tenente Juan Antonio Rivera, com o mecânico José Ardiles; e pelo tenente Elías Belmonte, que levava Lucas Bustillos como mecânico. A Esquadilha Vickers chegou no dia seguinte a Muñoz, fazendo escala na Base de Villa Montes.

A Flotilha do Lloyd Aéreo Boliviano também se trasladou a Muñoz, onde estabeleceu seu Terminal Aéreo, com quatro aviões Junkers F13 e três Junkers W 34ci, que transportaram vários altos oficiais a esse ponto para formar parte do 1º Corpo de Exército, a comando do general Carlos Quintanilla.

No total, a Bolívia contava, no Chaco, com três aviões de caça, oito aviões de ataque e reconhecimento e sete aviões de transporte na frente de guerra. A principal base era a do Fortim Muñoz, embora houvesse outras duas ligeiramente preparadas nos fortins Arce e Camacho, além de uma bem mais ao Norte, nas proximidades do rio Paraguai, em uma localidade conhecida como Porto Suarez. Esta se encontrava muito próxima à fronteira brasileira.

A aviação boliviana no avanço para Boquerón

Em consequência da perda da laguna Pianttuta, o Comando boliviano decidiu tomar, em represália, os fortins paraguaios de

Toledo, Corrales e Boquerón, que constituíam a linha mais avançada da ocupação paraguaia na parte central do Chaco, também conhecida como “Linha Casado”, por sua proximidade com o fim da via férrea pertencente à Empresa Taninera Carlos Casado Ltda. Por sua vez, essa linha de pontos defensivos servia como proteção do sistema de comunicação Porto Casado-Casanillo-Campo Esperança-Vila Militar. Na Vila Militar, também conhecida como Isla Po’í, estava acantonado o Regimento de Infantaria (RI) Nº 4, Curupayty, pertencente à 1ª Divisão de Infantaria. Essa Divisão também tinha à sua disposição o Regimento de Cavalaria (RC) Nº 2, Coronel Toledo, com assento em Campo Esperança, resguardando a entrada das colônias menonitas. Cabia a essas duas unidades defender esse amplo setor.

Em 27 de julho de 1932, onze dias depois da retomada da laguna Pitiantuta por parte dos paraguaios, um destacamento boliviano, sob o comando do coronel Enrique Peñaranda, com 470 homens, atacou o Fortim Corrales, defendido por apenas oito soldados paraguaios. Antes de haver-se iniciado o ataque, uma esquadrilha de três aviões bolivianos lançou suas bombas às nove da manhã. Os defensores, diante do esmagador número de forças, optaram pela retirada em direção ao Fortim Toledo.

No dia seguinte, às quatro da tarde, o mesmo destacamento se lançou à conquista do Fortim Toledo. Aquela posição estava defendida por um pelotão de 30 soldados sob o comando do 2º tenente Luis C. Yegros, mais os recém-chegados de Corrales no dia anterior. Primeiramente, antes do assalto, uma esquadrilha de três aviões lançou suas bombas sobre as posições paraguaias. A infantaria se lançou

ao ataque, mas foi repelida até bem entrada a noite, ocasião aproveitada pelas forças de Yegros, que haviam perdido dois soldados mortos e possuíam cinco feridos, para poder escapar em direção à colônia menonita de Trébol. Ali, um esquadrão do RC Nº 2 os substituiu (FERNÁNDEZ, 1956, p. 91).

No dia 29 de julho, o avião Vickers Vespa com *serial* Nº 5 decolou de sua base de Muñoz para realizar uma missão de observação e bombardeio do fortim paraguaio de Coronel Martínez, localizado a nordeste das posições capturadas. Ali, recebeu fogo de terra, que danificou seu sistema de combustível. Para maior dificuldade do piloto, o dia se apresentava com fortes ventos na direção sul, que o afastaram bastante de seu rumo. Finalmente, quando se dirigia de novo a sua base, já com pouco combustível, teve que realizar uma aterrissagem de emergência nas proximidades do fortim paraguaio General Aquino, no setor do estero Patiño.

Naquele lugar, o aparelho se danificou tanto que ficou inoperável. Seus tripulantes, Elías Belmonte e Armando Saavedra, como observador, foram capturados.

A maioria dos autores, tanto bolivianos como paraguaios, estão de acordo que o aparelho foi danificado em suas partes vitais e teve que aterrissar de emergência. Ainda assim, discordam quanto ao dia e o lugar ocorrido. O coronel Fernández assinala que foi no dia 31 de julho, depois do assalto boliviano a Boquerón, e que o avião boliviano ali foi atingido. Por sua vez, o piloto e historiador boliviano Alberto Paz Soldán não nos dá uma data em seu livro, mas afirma que foi em um reconhecimento sobre o Fortim Coronel Martínez. Entretanto, as partes de combate dos defensores paraguaios, não mencionam haverem atirado contra os aviões

atacantes, razão pela qual descarto que haja ocorrido em 31 de julho. O concreto é que o aparelho caiu por terra e seus tripulantes foram capturados.

No dia seguinte, copiosas chuvas atrasaram as operações. Enquanto isso, o Fortim Boquerón se aprestava para receber um ataque a qualquer momento.

Em 31 de julho de 1932, com as primeiras luzes do dia, decolou da Base Aérea de Muñoz um Vickers Vespa de bombardeio, com o serial Nº 6, a comando do capitão Luis Paravicini, escoltado por dois aviões de caça Vickers Scout, pilotados, o de serial Nº 7, pelo major Jorge Jordán, e o Nº 12, pelo capitão José P. Coello. Essa esquadrilha devia apoiar o ataque das tropas do tenente-coronel Aguirre ao fortim paraguaio de Boquerón.

Sobrevoando as posições bolivianas, que, para evitar a confusão com tropas inimigas, já haviam estendido mosquiteiros detrás de suas posições, o avião de Paravicini se lançou em picada, separando-se da formação e lançou suas bombas, que caíram perto do perímetro do fortim.ⁱⁱ Os outros dois aparelhos restantes desceram em picada metralhando as posições defensivas visíveis e os tetos das instalações.

Em seguida, os infantes bolivianos se lançaram ao assalto e, depois de uma curta refrega, encontraram o fortim abandonado. Os atacantes não se deram conta de que os paraguaios se encontravam ocultos na mata que rodeava as instalações. Dali, os paraguaios atacaram os novos ocupantes, matando o tenente-coronel Aguirre e vários soldados. Posteriormente, as tropas paraguaias escaparam por uma trilha oculta na mata.

Dessa maneira, a aviação boliviana provou em combate seus meios aéreos, que logo

foram utilizados amplamente, para fustigar as concentrações de tropas paraguaias e as colunas de infantaria que marchavam para a frente de combate.

O traslado da Aviação paraguaia ao teatro de operações

Atendendo as feições que iam tomando os acontecimentos e diante da necessidade de transmitir ordens o mais rápido possível da capital ao Posto de Comando da 1^a Divisão de Infantaria, a comando do tenente-coronel Estigarribia e desdobrado no Chaco, o presidente Eusebio Ayala determinou que suas instruções fossem levadas por via aérea pelo capitão Ramón Avalos Sánchez. Para tanto, um avião Potez 25 partiu, pela primeira vez sob o comando do 1º tenente Trifón Benítez Vera, trasladando o citado oficial (ZÁRATE MONGES, 1988, p. 75).

No dia seguinte, estando o aparelho à disposição do Comando, realizou um amplo reconhecimento sobre a via férrea da companhia de Carlos Casado, que se estendia por 160 quilômetros no interior do território chaquenho, em busca de um lugar seco e descampado onde se pudesse instalar uma pista de aterrissagem e as instalações para o funcionamento de uma base aérea. O lugar escolhido foi o posto de Palo Santo, no quilômetro 145 da via férrea. Nas proximidades, se encontrava uma lagoa seca, que foi selecionada para tal fim. Encontrava-se a quatro quilômetros da estação do trem (ZÁRATE MONGES, 1988, p. 76).

Em 6 de agosto, chegaram os primeiros dois aparelhos. Tratava-se de dois aviões de caça Wibault Type 73 C.1, com os seriais

Nº 1 e 2. Seriam a primeira dotação da base que seria chamada Isla Taguató. No dia 8 de agosto, chegariam três aviões Potez, com os seriais Nº 4, 5 e 6, a comando do 1º tenente Atilio Ibáñez Rojas e dos tenentes Isidoro Jara e Román García. Ficava constituído o Primeiro Grupo de Aviação, com três aviões de reconhecimento e bombardeio e dois aviões de caça. A maioria deles, entretanto, sofreu danos no trem de aterrissagem, devido ao péssimo estado do terreno escolhido. Estas avarias dificultariam que os mesmos pudessem ser utilizados amplamente neste período.

Ao longo do mês de agosto, o tenente Trifón Benítez seria o encarregado de transmitir as notas e de transportar o oficial de ligação entre o comandante-em-chefe, em Assunção, e o Posto de Comando do tenente-coronel Estigarribia.

Ao mesmo tempo, um grupo de mecânicos de aviação foi chegando à base aérea pelo trem de Porto Casado, assim como o pessoal técnico. Ademais, transportaram-se barris de combustíveis e lubrificantes.

O primeiro bombardeio da Arma Aérea Paraguaia

Em 4 de agosto de 1932, depois de uma marcha de 40 quilômetros, o suboficial Julio Orozco, com um pelotão do Regimento de Infantaria (RI) Nº 5, Campero, do Exército Boliviano, chegou ao fortim paraguaio Carayá, a escassos 25 quilômetros de Isla Po'i. O posto já havia sido abandonado por seus defensores, sendo capturado e rebatizado pelos bolivianos como Fortim Huijay. Dessa maneira,

o avanço boliviano se concentrava sobre o principal núcleo de concentração de tropas paraguaiaias (CASABLANCA, 2000, p. 70).

A missão desse destacamento era observar o movimento das tropas paraguaiaias nesse setor, pelo que, em 7 de agosto, seus efetivos foram aumentados a quase cinquenta soldados, com uma metralhadora pesada e duas leves, a comando do capitão Abel Velazco Mango, a fim de servir de posto avançado nesse ponto.

O tenente-coronel Estigarribia tinha o RI Nº 4 – Curupayty no posto de Campo Esperança desde o dia 9. Em 15 de agosto, uma patrulha desse regimento, em missão de reconhecimento pelo caminho que levava ao antigo Fortim Carayá, topou com uma patrulha boliviana que vinha com as mesmas intenções, ocorrendo assim as primeiras escaramuças (VELILLA, 1960, p. 31).¹⁹ Nesse mesmo dia, às dez da manhã, um Potez aterrissava em Campo Esperança (VELILLA, 1960, p. 31), trazendo ordens para o comandante do Regimento. Estas determinavam que esperasse um reforço do RC Nº 2 para logo reconquistar Carayá.

No dia seguinte, partiu um forte destacamento, de 450 homens, formado por um batalhão do RI Nº 4 paraguaio a comando do capitão Julio B. Jara, com um esquadrão de RC Nº 2. Uma coluna marchava pelo caminho que levava à Vila Militar de Isla Po'i e a outra, por uma trilha estreita, que conduzia à colônia menonita de Trébol.

No dia 17 de agosto, em horas da madrugada, eram atacados os postos de

observação bolivianos, obrigando seu retraimento aos arredores do fortim. Por sua parte, o Comando, ordenou a participação de uma esquadrilha de aviões para colaborar na recaptura do fortim.

Ao clarear o dia, partiam da base de Isla Taguató os três aviões de bombardeio Potez 25, com seus porta-bombas cheios, para cooperar com o assalto da infantaria. Voaram como pilotos os tenentes aviadores militares: Atilio Ibáñez Rojas e, como artilheiro, Trifón Benítez Vera no Potez Nº 4; no Nº 5, Carmelo Peralta como piloto e, como artilheiro, Román García; e no Nº 6, como piloto, Isidoro Jara e, como artilheiro, Emilio Rocholl, sendo esta a primeira missão de combate da Arma Aérea Paraguai (BOZZANO, 1976, p. 88).

Os aviões se apresentaram sobre a vertical do fortim e lançaram todas suas bombas, para, em seguida, passar a voar sobre outro posto boliviano conhecido como Poço Valencia, onde não encontraram atividade inimiga, retornando depois a sua base.

Depois do bombardeio, as tropas paraguaias realizaram fogo sobre as defesas bolivianas. Os escassos defensores bolivianos, diante da evidente superioridade de elementos de combate e incapaz de resistir com alguma possibilidade de êxito, se retiraram pela trilha que leva ao Fortim Boquerón. Ficaram abandonadas a metralhadora pesada e as duas leves, assim como seis mortos; além disso, foram capturados quase meia dúzia de feridos. O destacamento do capitão Jara reforçou os postos de defesas e rebatizou o fortim como Coronel Hermosa.

A guerra pelo ar durante a Batalha de Boquerón

Com a ordem do Governo paraguaio de retomar o Fortim Boquerón e de passar à ofensiva que permitisse criar um cinturão defensivo em torno de Isla Po'i, o tenente-coronel Estigarribia ordenou às forças sob seu comando a retomada de Boquerón.

A aproximação começou no dia 7 de setembro de 1932. No dia seguinte, grandes colunas paraguaias marchavam pelo caminho velho e pela nova trilha em direção a seu objetivo. O avanço foi descoberto pela manhã por um Vickers Vespa boliviano, que observou uma coluna em formação cerrada e se lançou em picada metralhando-a (HAGEDORN; SAPIENZA, 1997, p. 43). Eram tropas do RI Nº 3 paraguaio, que repeliu o agressor com rajadas das metralhadoras pesadas Colt. Nesse mesmo dia, o tenente-coronel Marzana foi alertado de que tropas inimigas se aproximavam em grande número. Os bolivianos tomaram suas precauções e se prepararam para um iminente ataque dos paraguaios nas próximas horas.

Entretanto, no mesmo dia, mas em Campo Grande, partiam dois aviões Wibault, pilotados pelos tenentes Walter Gwynn e Leandro Aponte, escoltando o Potez Nº 3, que levava como passageiro o major *honoris causa* (HC) Vicente Almonacid. Esse aparelho era pilotado pelo tenente Atilio Ibáñez. Essa formação se dirigiu à cidade de Concepción, onde o diretor da Aeronáutica se reuniu com uma delegação estrangeira proveniente do Brasil, buscando conseguir apoio em matéria aeronáutica. Posteriormente, deco-

laram em direção a Isla Taguató, mas, pouco tempo depois, o Potez teve que descer perto de Porto Sastre, até que aterrissou em um terreno que parecia limpo, mas que se mostrou ser muito acidentado, provocando que o avião sofresse avarias, capotando e danificando sua estrutura. Ambos os tripulantes saíram ilesos do acidente. Os caças paraguaios, sem ter o plano de voo, tiveram que aterrissar ao lado do avião sinistrado. Ali foram informados de que seu objetivo seguinte era participar da retomada de Boquerón. Os caças puderam chegar no dia seguinte a Isla Taguató. Enquanto isso, o Potez foi desarmado e levado por rio para Assunção, em uma das canhoneiras, e dali para Campo Grande, onde seria reparado. Antes do início da batalha, o Paraguai perdia um precioso aparelho, ficando com apenas quatro aviões de bombardeio.

No dia 9 de setembro de 1932, teve início a épica batalha dos vinte dias pelo Fortim Boquerón. As peças da artilharia paraguaia foram as primeiras a abrir fogo, com 12 canhões entre os pesados de 105mm e os de 75mm., todos do sistema francês da firma Schneider. Posteriormente, a infantaria se lançou ao ataque, sendo recebida por uma potente barreira de fogo de armas automáticas, disparadas das bem preparadas posições boliviianas.

Às nove da manhã, a aviação paraguaia fez sua aparição sobre o campo de Boquerón. Voavam em missão de reconhecimento e bombardeio os tenentes Emilio 5 e Nº 6, tendo como artilheiros os tenentes Román García e Carmelo Peralta. Ambos os Potez voavam sem escolta em direção a Yu-

cra. As bombas foram lançadas no fortim, sem que se verificassem impactos diretos. As peças Semag da artilharia antiaérea boliviana dispararam sem êxito contra os bombardeiros. Os aparelhos seguiram seu caminho em direção à retaguarda boliviana.

Em pouco tempo, a Oeste, apareceram três pontos negros. Eram dois Vickers Scout, pilotados pelo major Jorge Jordán e o capitão Luis Ernst Rivera, que escoltavam o Vickers Vespa Nº 6, pilotado pelo tenente Luis Paravicini, que voava em missão de reconhecimento. Os dois caças bolivianos se lançaram atrás da presa. Os bombardeiros paraguaios viraram 180° e se dirigiram à Base de Isla Taguató.

Em poucos minutos, os caças bolivianos alcançaram os bombardeiros paraguaios em retirada sobre a vertical do Fortim Boquerón. Ali, ambos lançaram-se em picada por trás da formação paraguaia, abrindo fogo. Essa manobra, obrigou a que os Potez se separassem, sendo perseguido cada um deles por um caça. O major Jordán disparou longas rajadas em face dos lentos giros do Potez do tenente Rocholl, esgotando toda sua munição. O piloto paraguaio foi atingido no braço esquerdo. Enquanto isso, o tenente Vera, havia logrado escapar do capitão Ernst Rivera depois de uma picada longa, descendo até as copas das árvores e conseguindo chegar a Isla Taguató.

Enquanto isso, Rocholl baixou até os 300 metros de altura, enquanto o artilheiro Román García assumia o comando da aeronave e, após difíceis manobras, avistava Isla Po'i. O avião aterrissou nas imediações do posto de comando, e dali o piloto ferido foi transferido a um posto de socorro. O apre-

lho apresentava varias perfurações no leme de cauda e na asa. Por sua parte, os três aviões bolivianos, depois de um reconhecimento, se retiraram a sua base em Muñoz.

No dia seguinte, às 10h da manhã, partiram de novo dois Potez — o Nº 4 e o Nº 6 — em missão de reconhecimento e bombardeio em Boquerón, Yucra e Castillo, para avaliar a situação das tropas. Depois de uma curta estada no céu do fortim, os pilotos Román García e Tomás Ruffinelly observaram que dois aviões de caça bolivianos vinham contra eles, razão pela qual decidiram rapidamente descer ao nível das copas das árvores, até sua base em Isla Taguató. Tal manobra era uma recomendação do major HC Almonacid, com base em suas próprias experiências em combate durante a Primeira Guerra Mundial, como medida para escapar dos caças mais velozes, em aviões lentos, permitindo usar o ângulo morto das metralhadoras defensivas, que não podiam apontar para baixo. Tal técnica foi utilizada com excelentes resultados ao longo de toda a guerra, por parte dos aviadores paraguaios.

Nesse momento, o Paraguai contava com apenas dois aviões Potez em condições de operar no Chaco. Entretanto, tinha quatro aviões de caça Wibault em Isla Taguató.

Às 13h, chegaram dois aviões bolivianos, que lançaram bombas sobre a reta que levava a Isla Po'i. Em seguida, um deles lançou uma mensagem lastrada no interior do reduto boliviano em Boquerón, avisando que as tropas paraguaias mostravam um reagrupamento em sua base de partida.^{iv} Tal informação afinal mostrou-se falsa porque, embora as forças paraguaias tivessem sofrido muitas baixas, o tenente-coronel Estigarribia

ordenara, nesse dia, que se iniciasse o cerco ao fortim e se tomassem as medidas necessárias para uma guerra de sítio.

Nas primeiras horas do dia 11 de setembro, a artilharia paraguaia, lançou um forte ataque, logrando danificar uma das peças Semag dos bolivianos.^v Às 10h da manhã, dois aviões de reconhecimento paraguaios voaram sobre as posições. Depois, à uma hora da tarde, a aviação boliviana fez o mesmo.

No dia 12, às nove horas, uma patrulha de dois aviões Potez, fez sua aparição no teatro de operações. Os aviões paraguaios receberam fogo antiaéreo e de metralhadoras pesadas, mas, como voavam muito alto, os bolivianos não conseguiram atingi-los. Depois, dirigiram-se a Yucra, onde observaram tropas bolivianas e, posteriormente, regressaram a sua base para relatar as informações.

Quase simultaneamente, dois aviões bolivianos pareceram perseguí-los, mas se detiveram para bombardear nas proximidades do fortim. O tenente-coronel Marzana ordenou que se lhes fizessem sinais de que estavam com pouca munição. O observador de um dos aparelhos reconheceu o sinal e acusou o recebimento da mensagem. Posteriormente, na parte da tarde, apareceram dois aviões de reconhecimento bolivianos sobre o céu de Boquerón. Depois de explorar a zona Yucra-Boquerón, desceram em direção ao fortim e lançaram uma mensagem lastrada com um croqui de todo o setor, que serviu de referência ao comandante da artilharia boliviana para regular seus tiros sobre as tropas atacantes. Perto do meio-dia, chegaram à base paraguaia dois aviões de caça Wibault, que ainda estavam em Campo Grande.

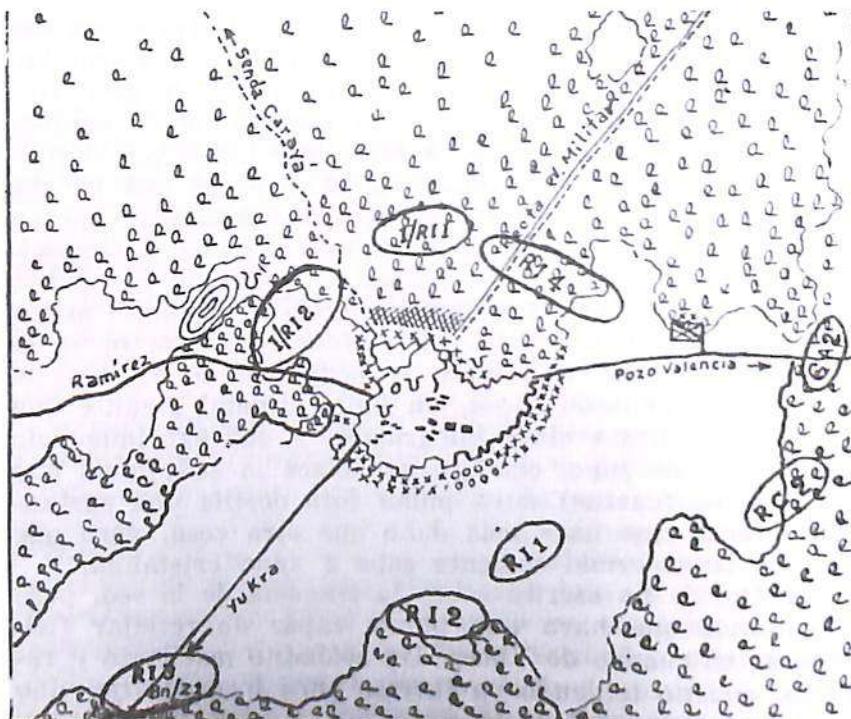


Figura 4 – Mapa de Boquerón, com as posições ocupadas por ambos os exércitos no dia 13 de setembro de 1932

Fonte: FLORENTÍN, 1984, p. 202

No dia seguinte, vários mecânicos chegaram por trem, para reforçar a guarnição de Isla Taguató, atendendo a que a quase totalidade de aparelhos de combate do Paraguai se encontravam no teatro de operações.

Nesse mesmo dia, às 18h, dois aviões bolivianos atacaram as posições do RI Nº 3 e do Batalhão de Sapadores Nº 1 paraguaios, que haviam cortado o caminho Yucra-Boquerón, lançando várias bombas de 50 quilos. Tal ataque precedeu a um assalto das forças bolivianas, que lograram, em grande número, romper o cerco e levar víveres ao fortim sitiado.

No dia 14, às 7h da manhã, uma esquadrilha mista paraguaia partiu de Isla Taguató com dois Potez e dois Wibault em missão de reconhecimento sobre os fortins circundantes

a Boquerón. Voavam nos Potez o tenente Trifón Benítez Vera e o tenente Isidoro Jará, como artilheiro, e o tenente Román García, tendo como artilheiro o tenente Carmelo Peralta. Os Wibaults estiveram a comando dos tenentes Arturo Escario e Gregorio Morinigo, voando o Nº 2 e Nº 1 desses aparelhos. Chegaram à vertical de Boquerón às 7h30. Ao serem avistados, foram fustigados de Boquerón pelo fogo das duas peças antiaéreas Semag, que tiveram que mudar de posição quando as bombas caíram muito perto (MARZANA,

1991, p. 179). Posteriormente, foram ao setor de Yucra, onde lançaram outra carga de bombas nesse setor sobre as tropas bolivianas que tentavam romper o cerco.

A aviação boliviana, não se deixou impressionar e, às 9h da manhã, três aviões bolivianos bombardearam as posições inimigas visíveis nos arredores de Yucra, onde as tropas paraguaia pressionavam com força seus adversários, sem poder rechaçá-los havia cinco dias. Depois, lançaram uma mensagem lastrada sobre o Fortim Boquerón, contendo um croqui e uma proclamação, na qual o Comando em Muñoz informava que novos reforços tentariam romper o cerco nos dias seguintes.

No dia 15, também sairia uma esquadrilha paraguaia de bombardeio, composta de três

aparelhos, que lançaram bombas no caminho Yucra-Boquerón. Afirma o coronel Fernández que varias delas caíram sobre suas tropas. A uma hora, apareceram dois aviões bolivianos de bombardeio, que lançaram sua carga no mesmo setor. À tarde, chegou de Campo Grande o Potez Nº 1, para ser utilizado na frente.

Enquanto isso, a situação do fortim, cercado havia vários dias, se tornava desesperadora, pois a munição e o alimento começavam a escassear. O Comando do 1º Corpo de Exército boliviano ordenou o suprimento aéreo das tropas cercadas. No dia 16, às 10h, dois aviões deixaram cair, nas proximidades das posições bolivianas, cinco fardos, contendo pão e munições. Entretanto, muitos cartuchos se deformaram, porque caíram de grande altura. Dessa maneira, se iniciou a ponte aérea boliviana. Enquanto isso, outro grupo de aviões bombardeava as tropas paraguaias recém-chegadas por barco a Porto Casado, sem lhes causar baixas (STAGNI, 1986, p. 46).

Com a chegada do Regimento de Infantaria Nº 6, se pretendia romper a resistência do Fortim Boquerón. Eles eram os cadetes da Escola Militar e tomaram posição para assaltar as trincheiras bolivianas de Boquerón. Para apoiar o ataque geral ordenado para o dia 17 de setembro às 7h, decolaram um Potez, a comando do tenente Carmelo Peralta, com o tenente Román García como artilheiro, escoltado por dois Wibaults, pilotados pelo tenente Leandro Aponte e o tenente Tomás Ruffinelly. Depois de lançar suas bombas dentro do setor do reduto, o Potez realizou um amplo giro sobre a batalha, para verificar se o cerco paraguaio estava fechado. O artilheiro conseguiu detectar que havia uma faixa livre no setor localizado em direção aos fortins bolivianos Ramírez e Castillo,

por onde passavam as tropas bolivianas. Tal faixa também foi observada pelo piloto Leandro Aponte, que decidiu aterrissar diretamente em frente ao quartel-general das tropas paraguaias em Isla Po'í, informando ao tenente-coronel Estigarribia. Este, por sua vez, ordenou que se tomassem as providências para habilitar uma pista em Isla Po'í com a possível brevidade.

Mais tarde pela manhã, dois aviões bolivianos realizaram uma observação do setor para, em seguida, retirar-se a sua base. Enquanto isso, em terra, se travavam sangrentos combates que buscavam romper a resistência de parte a parte. O RI Nº 6 foi obrigado a retroceder, quando foi surpreendido em sua retaguarda por tropas bolivianas que tentavam ingressar no fortim. O ataque geral paraguaio não teve êxitos e recebeu novamente várias baixas em seus assaltos frontais às trincheiras bolivianas. O assalto foi desbaratado, quando tropas bolivianas saídas de Yucra, tentando ingressar no fortim, surgiram às costas do RI Nº 6 paraguaio, que se encontrava em plena manobra de ataque. De imediato, o RI Nº 6 viu-se entre dois fogos e teve que abandonar suas posições, o que permitiu que várias frações bolivianas ingressassem no reduto.

À tarde, o RI Nº 2 – Ytororó paraguaio contra-atacou e fechou a brecha deixada pelo RI Nº 6, voltando a completar o assédio. Aproveitou-se a chuva do dia seguinte para poder reagrupar forças e reforçar as posições que bloqueavam os acesos ao fortim.

Também se transferiram vários meios para realizar voos desde a Vila Militar. A situação das tropas paraguaias era confusa. O cerco aparentava estar fechado, mas ainda se observavam infiltrações. As patrulhas davam informações contraditórios. O tenente-coronel Estigarribia

tomou a decisão de ordenar um cuidadoso reconhecimento aéreo. Para fazê-lo, designou o tenente Heriberto Florentín, que era um dos maiores conhecedores da zona, por haver servido em tempo de paz em Boquerón. O oficial designado se apresentou no dia seguinte na Vila Militar de Isla Po'í e dali decolou no Potez Nº 5 comandado pelo tenente Carmelo Peralta. Por sua vez, o tenente Román García ia como artilheiro, apertado com Florentín na cabine posterior (FLORENTÍN, 1984, p. 225). Realizaram várias voltas sobre o fortim, sendo capazes de detectar as posições inimigas e levantar um croqui para posteriormente trabalhar em conjunto com a artilharia. Em seguida, sobrevoaram Yucra e ali dispararam sobre um caminhão que se dirigia àquela localidade. Em seguida, deram outra volta para metralhar o gado encerrado em um curral. Com essa ação, decidiram regressar à Base de Isla Po'í.

No dia 20, os paraguaios entregaram os croquis e os informes, e novamente um Potez alçou voo, outra vez a comando do tenente Carmelo Peralta, levando Florentín e com García como artilheiro. Coordenaram uma regulagem de tiros com a Artilharia, que deveria lançar três tiros em direção ao setor ocupado pelos RI Nº 2 e RI Nº 1 paraguaios. O avião sobrevoou o fortim, e Florentín anotou no croqui as três colunas de fumaça das granadas que explodiram. De imediato, o piloto realizou uma brusca queda de asa, descendo até as copas das árvores. Por trás, no horizonte, se divisavam dois aviões bolivianos que haviam saído em perseguição ao avião paraguaio. Mas este chegou sem inconvenientes a sua base de partida.

Entretanto, os aparelhos bolivianos se acercaram do fortim e lançaram víveres de muita altura, devido à potente barreira de fogo das armas automáticas dos paraguaios. Os fardos caíram nas proximidades de Boquerón, mas na zona ocupada por seus inimigos (TABORGÀ, 1970, p. 84).

A ação de regulagem de tiros seria outra vez realizada pela mesma tripulação 24 horas depois, voltando-se a anotar os tiros que foram efetuados. Também se detectou uma faixa livre a oeste do fortim, entre o RI Nº 6 e o RI Nº 2 paraguaios. Tal informação foi comunicada de imediato, permitindo por fim completar-se o cerco, depois de doze dias de combate. Nesse dia, um avião boliviano lançou uma mensagem lastrada, anunciando que a ponte aérea não cessaria, apesar das dificuldades do suprimento. Em terra, as forças bolivianas começavam a duvidar se sairiam vivas do reduto.

Em 24 de setembro, os bolivianos lograram colocar em voo dois aviões, que, com temerário arrojo, conseguiram lançar seis fardos no reduto, dos quais quatro caíram dentro, permitindo que os defensores contassem com mais algumas munições, apesar de que a maioria chegava ao solo totalmente danificada.

Enquanto isso, em terra, no exterior do cerco, as IV e VII divisões bolivianas, com cerca de 2.500 soldados, tentavam obter uma ruptura. Mas os efetivos paraguaios que cercavam Boquerón chegavam a quase 10.000 combatentes, garantindo uma enorme superioridade numérica no terreno. Dentro do fortim, cerca de 600 soldados mantinham afastados os soldados guaranis, que cada vez encurtavam mais a distância.

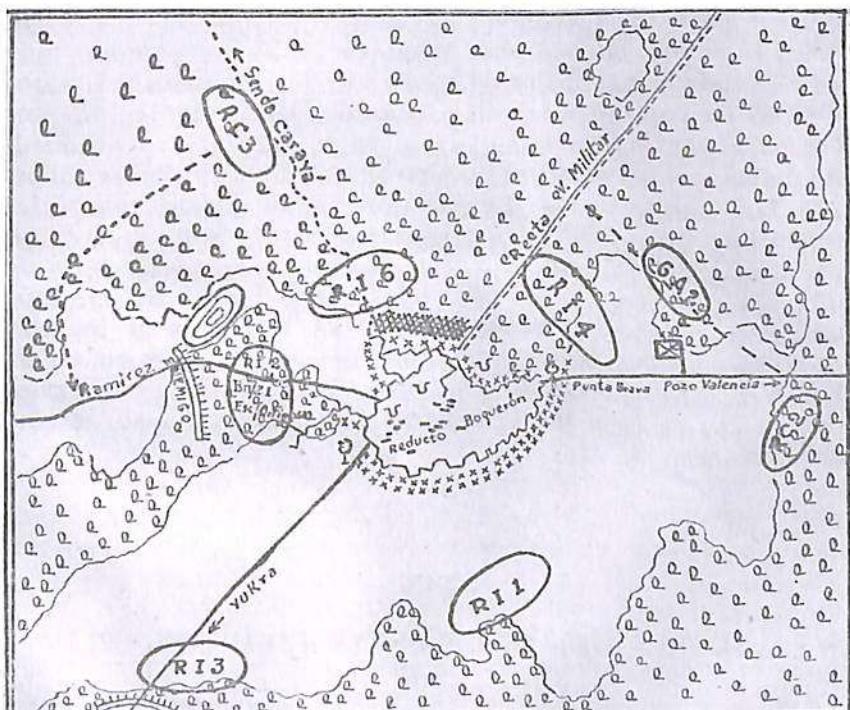


Figura 5 – Mapa de Boquerón, com as posições ocupadas por ambos os exércitos no dia 25 de setembro de 1932

Fonte: FLORENTÍN, 1984, p. 228

A 25, em vista de um novo assalto das tropas paraguaias, três aviões partiram às 16h, em missão de reconhecimento, para localizar os avanços no mapa. As armas antiaéreas do reduto já não atiraram; já não havia munições no paiol. Os aviões paraguaios sobrevoaram pelo espaço de quinze minutos. Posteriormente, apareceu a aviação boliviana com dois aparelhos, lançando seis fardos, dos quais apenas três chegaram aos ocupantes.

Ao dia seguinte, a missão da Arma Aérea Paraguaiã foi destruir um suposto cata-vento, que bombeava água do poço do reduto e a levava às trincheiras. Às 8h15, sobrevoaram três aviões paraguaios, mas não deram com o para-deiro do cata-vento. Às duas horas, se repetiria o mesmo voo, sem encontrar o aparelho. Tal informação seria comprovada como errônea

com a queda do fortim, pois não se encontraram restos do suposto aparelho de bombeamento de água. De novo, outro avião boliviano deixou cair uma mensagem lastrada pedindo às tropas que resistissem um pouco mais.

No dia 27, a aviação paraguaia recebeu a ordem de transferir todos seus aparelhos de reconhecimento a Isla Po'í. Foram postos à disposição os Potez Nº 4, 5 e 1. Os bolivianos receberam pelo ar as bênçãos do capelão Luis Alberto Tapia e uma nova mensagem do Comando, na qual ordenava que não

se retirassem de suas posições, porque a salvação já estava próxima. A realidade era outra. As extenuadas tropas que cobriam os caminhos e acesos a Lara e Castillo começaram a retirar-se para aquelas posições, abandonando as tentativas de romper o cerco. No dia 28, os mecânicos paraguaiaos transferiram as bombas e combustível, e preparou-se uma enorme missão de bombardeio para um assalto geral das tropas de terra no dia 29 de setembro.

Na manhã do ataque, soou o telefone da Base Aérea de Isla Po'í, ordenando deter o bombardeio sobre Boquerón. As tropas bolivianas se haviam rendido muito cedo da manhã, depois de vinte dias de luta, dando, assim, por finalizada a Batalha de Boquerón, a custo de enormes sacrifícios. Os aviões paraguaios decolaram e sobrevoaram o mastro da bandeira

em formação, para em seguida ir bombardear Castillo.

Como corolário, perto do meio-dia, apareceram dois aviões bolivianos, que lançaram fardos de víveres, sobre o reduto. Mas, ao observar que no mastro da bandeira agora ondulava uma vermelha, branca e azul, deram meia-volta e lançaram algumas bombas, sendo este episódio o último ato da Guerra Aérea sobre Boquerón.

Conclusões

No seu término, a primeira campanha da Guerra do Chaco deixou muitos ensinamentos a ambos os exércitos. No nível aeronáutico, não se produziram perdas totais de aparelhos ou de tripulações em combates aéreos, mas os contendores sofreram as duras lições do fogo antiaéreo, que causou inúmeros danos.

Nenhum dos contendores pôde regularmente mais de três aviões em voo, sendo incomuns as formações de quatro ou mais aparelhos. O normal no lado paraguaio era o voo de dois aviões e, no boliviano, a formação de três.

O Paraguai teve dois aviões Potez danificados consideravelmente, e que foram enviados a Campo Grande. Os dois aparelhos voltaram a voar nesse mesmo ano. Por sua vez, os caças Wibaults apresentaram grandes problemas com os radiadores, tendo um uso bastante limitado. Por último, tiveram um piloto ferido, que foi o tenente Emilio Rocholl, o qual foi enviado a Assunção para recuperação.

A Bolívia teve que lamentar a perda total de um Vickers Vespa, tendo um piloto e um



Figura 6 – Foto do Fortim Boquerón

Fonte: Arquivo do Ministério de Defesa do Paraguai

observador sido capturados. Vários aparelhos sofreram avarias na precária pista de Arce, que lhes danificava o trem de aterrissagem.

Sobre o bombardeio aéreo, tanto a aviação paraguaia quanto a boliviana não produziram, nesse sentido, efeitos demasia- do grandes. As construções de madeira do Fortim Boquerón nunca foram postas abaixo. As trincheiras não foram demolidas, mas se teve que lamentar a destruição do poço artesiano dentro do fortim. Isso se deveu aos precários meios de pontaria com os quais estavam dotados os aparelhos e o pequeno peso das bombas. Foram escassas as baixas causadas por esse meio, que, no total em ambos os lados, não superaram uma centena.

No nível moral e psicológico, a aviação teve grandes êxitos, gerando pânico nas tropas bisonhas, em especial as paraguaias, que fugiam pelas matas na presença dos aparelhos, que logravam paralisar os ataques durante as incursões aéreas. Dentro do fortim, a aviação paraguaia obrigava os bolivianos a mudarem

as posições de suas peças de artilharia e a se manterem dentro das trincheiras.

A aviação boliviana fracassou na sua tentativa de suprir o fortim com víveres e munições. Sendo seus aviões pequenos e de reconhecimento, não tinham a configuração necessária para lançar fardos por paraquedas. Por sua vez, ao ter que descer a alturas menores que quinhentos metros, estiveram expostos ao fogo antiaéreo dos paraguaios, que dificultava a aproximação. Por isso, a maioria da carga caiu fora da zona ocupada por suas próprias forças. Esse intento fracassado foi corrigido pelos paraguaios, logrando uma excelente ponte aérea quando tiveram que aterrissar na linha de fogo em janeiro do ano de 1933, durante a Batalha de Nanawa, ação que lhes permitiu decidir a batalha a seu favor.

Onde a ação da aviação obteve grandes êxitos, foi no reconhecimento. A aviação paraguaia pôde completar o cerco graças a seu meticoloso trabalho. A Arma

Aérea Paraguaia também entregou fotografias e dados importantes dos outros setores do teatro de operações ao tenente-coronel Estigarribia, que soube avaliar a situação com êxito e concentrar suas tropas no lugar indicado. Essa missão seria a principal da aviação paraguaia e a que permitiria ao Comando paraguaio as grandes vitórias dos anos de 1933 e 1934, como Campo Vía, El Carmen e Yrendague.

Por sua vez, os relatórios da aviação boliviana não foram levados em conta na medida em que a situação exigia. Por essa razão, o Comando boliviano não pôde aproveitar as informações adequadamente. Essa desconfiança se gerou nos primeiros dias da Batalha de Boquerón, quando um relatório aéreo informou que as tropas paraguaias se retiravam da frente, coisa contrária à realidade, pois tomaram o retraimento desorganizado de algumas unidades, como uma fuga do Exército Paraguaio. ☺

Referências

Fontes

Arquivo do Ministério da Defesa da República do Paraguai.

Conversações e especial agradecimento ao historiador aeronáutico paraguaio Prof. Antonio Luis Sapienza.

Conversações com o historiador uruguai Prof. Alberto Del Pino Menck, a quem também agradeço pela tutoria.

Bibliografía

ALVAREZ ALBERT, Abdón, Capitán. **Con llamas en el Aire. Fragmentos compilados y anotados sobre la participación de la aviación paraguaya en la Guerra del Chaco (1932-1935)**. Asunción: Imprenta Militar de la Dirección de Publicaciones de las FF.AA. de la Nación, 1979.

APONTE, BENÍTEZ, Leandro, Mayor (SR) Piloto Aviador Militar. **Cincuenta años de aeronáutica en el Paraguay**, 2^a Edición, Asunción: El Arte S.A., 1957.

APONTE, Leandro, Mayor (SR) PAM. **La Aviación Paraguaya en la Guerra del Chaco**, Asunción: Dirección de Publicaciones de las FF.AA. de la Nación, 1985.

- BOZZANO, José, Almirante. **Reminiscencias**. Asunción: Editorial Toledo, 1976.
- CASABLANCA, Ange-François. **Una Guerra desconocida, la campaña del Chaco Boreal**. Tomo III. Asunción: Editorial El Lector, 2000.
- DONALD, David. **The Encyclopedia of World Aircraft**. London: Aerospace Publishing, 1997
- FERNÁNDEZ, José Carlos. **La Guerra del Chaco – Boquerón**. Buenos Aires: Impresora Oeste, 1956.
- FLORENTÍN, Heriberto. **Lo que he visto en Boquerón**. Asunción: Editorial el Foro, 1984.
- JOY, Juan Carlos, **Fortines de la Guerra del Chaco**, Editorial Ateneo Año 1988.
- HAGEDORN, Dan; SAPIENZA, Antonio. **Aircrafts of the Chaco War 1928-1935**. Hong Kong, China: Schiffer Publishing, 1997.
- MARZANA, Manuel. **Memorias del General Marzana - La Gran Batalla**. La Paz, Bolivia: Producciones CIMA, 1991.
- PAZ SOLDÁN, Alberto, Gral. Div. AE (SP). **Conducción de la Fuerza Aérea Boliviana en la Guerra del Chaco**. La Paz, Bolivia: Editorial Aeronáutica de la FAB, 1990.
- SHARPE, Michael. **Biplanos, Triplanos e Hidroaviones**. Madrid: Editorial I.IBSA, 2002.
- STAGNI, Pablo, Cnel. DEM (SR). **El Ejército y la Historia – Aspectos relacionados a las misiones cumplidas por la Aviación Militar en Campaña durante la Guerra del Chaco**. Asunción: Imprenta Militar de la Dirección de Publicaciones de las FF.AA. de la Nación, 1986.
- TABORGA, Alberto. **Boquerón, Diario de Campaña**. La Paz, Bolivia: Editorial Juventud, 1970.
- VELILLA, Hernán. **Diario de Guerra**, publicado en la “Revista Cultura” por el Intendente municipal de la ciudad de Asunción Antonio E. González. Asunción: Editorial El Gráfico, 1960.
- ZÁRATE MONGES, Félix, Capitán PAM (SR). **La Aviación Paraguaya antes y durante la Guerra del Chaco**, Asunción: Impreso en Offset Leguizamón, 1988.

ⁱ Traduzido por Fernando Velózo Gomes Pedrosa.

ⁱⁱ Parte do Ten Eulálio Facetti, comandante das tropas paraguaias em Boquerón (FERNÁNDEZ, 1956, p. 91).

ⁱⁱⁱ Ver também Marzana (1991, p. 75).

^{iv} Parte do Ten Cel Marzana, comandante das tropas bolivianas em Boquerón (FERNÁNDEZ, 1956, p. 150).

^v Parte do Ten José C. Dávila (MARZANA, 1991, p. 163).

Ensinamentos da Primeira Guerra Mundial para a Infantaria brasileira

Arlindo José da Cruz Neto¹

Introdução

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, 1914 a 1918, cerca de dez homens passaram a gravitar em torno de fuzis metralhadores, divididos em duas esquadras, que progridem alternadamente, combinando fogo e movimento. Essa fração, considerada a célula da infantaria, é o grupo de combate (GC). O surgimento do GC, tal como se conhece hoje, foi decorrente da necessidade de se adequar a forma de combater da infantaria às profundas transformações tecnológicas ocorridas na ocasião, as quais mudaram radicalmente a guerra (BRASIL, 1984).

No Exército Brasileiro atual, o GC possui o efetivo de nove homens, sendo comandado por um terceiro sargento e composto de duas esquadras, cada uma com um cabo e três soldados. O GC brasileiro atual é dotado de dois fuzis metralhadores — atualmente são adotados os fuzis automáticos pesados FAP, de origem belga —, sendo um por esquadra, em volta dos quais orbitam os demais fuzileiros (BRASIL, 1980).

Na atualidade encontra-se em curso um projeto para a substituição do fuzil de dotação de todos os fuzileiros do exército.

Os atuais fuzis automáticos leves (FAL), também de origem belga, contam com 50 anos de serviço e, em virtude disso, encontram-se em estado de obsolescência. Contudo, pouca importância tem sido dada à substituição dos FAP, que se encontram em situação idêntica à dos FAL. Colocar a substituição dos fuzis metralhadores num plano secundário poderá descharacterizar a essência do GC, pois tiraria a capacidade de se realizar o fogo e o movimento no escalão mais elementar da infantaria. Tal situação implicaria um retrocesso da infantaria do EB em quase 100 anos, às táticas vigentes no período pré-Primeira Guerra Mundial.

Este trabalho se propõe a demonstrar a importância das armas automáticas para o GC. Em decorrência, irá analisar a evolução dessa fração e a relação dessa arma automática com o desempenho da infantaria.

Contextualização histórica

Desde o final do século XVII até à segunda metade do século XIX, a tática geral da infantaria em combate consistia em realizar sucessivas descargas de fuzilaria destinadas a neutralizar o inimigo, em preparação para uma carga final de baionetas. A eficácia

¹ Bacharel em Ciências Militares (AMAN/1995) e mestre em Ciências Militares (ECEME/2013). Atualmente é oficial de logística da Brigada de Infantaria Paraquedista.

desta tática obrigava a que a fuzilaria fosse permanente, de modo que o inimigo estivesse sempre debaixo de fogo. Para isso, as formações de combate eram divididas em unidades de tiro que efetuavam descargas sequenciais, de modo que estivesse sempre, pelo menos, uma a fazer fogo enquanto as restantes recarregavam, apontavam ou manobravam. A unidade de tiro básica era a companhia,ⁱ sob o comando de um capitão, secundado por um tenente e dois alferes. A tecnologia tornou obsoleta a tática das descargas de fuzilaria sucessivas.

A evolução de tecnologia militar que deu uma enorme vantagem para a defensiva e transformou a aparência do campo de batalha foi virtualmente completada nos últimos anos do século XIX. Nos anos de 1870, os exércitos europeus estavam equipados com fuzis de repetição (carregamento pela culatra e dotados de carregadores), os quais poderiam atirar tão rápido quanto o soldado pudesse operar o mecanismo de carregamento e eram letais até alcances de 1.500 metros. A artilharia sofreu mudanças similares, as quais aumentaram enormemente seu alcance, acurácia e cadência de fogo. Por volta de 1880, na artilharia surgiu um sistema de absorção hidráulica do recuo,ⁱⁱ o que diminuiu a necessidade de reapontar após cada disparo, enquanto o desenvolvimento de um propelente sem fumaça reduziu a fumigem e diminuiu o “fog da guerra”. Dessa forma, armas como o canhão de campanha francês de 75mm poderiam atirar 10 vezes em um minuto. Talvez a mais importante de todas invenções tenha sido o aparecimento de uma arma verdadeiramente automática, a metralhadora inglesa Hiram Maxim. Essa

arma foi fabricada para atirar de 200 a 400 tiros por minuto, o que significava que uma única metralhadora teria um poder de fogo superior a 500 fuzileiros com seus fuzis de repetição. Curiosamente, o calibre dessa arma já era o mesmo adotado por muitas armas automáticas modernas: 7,62mm (SALAMANDER, 1977).

Simultaneamente, os avanços estavam ocorrendo nos sistemas de fortificações de campanha. Na Guerra Civil Americana, testemunhou-se o aparecimento das redes de arame farpado, barreiras de toras de madeira e terra e vasta rede de trincheiras, em antecipação ao que ocorreria no *front oeste* da Primeira Guerra Mundial. Depois da Guerra Franco-Prussiana (1870-1), os franceses e belgas construíram novas fortificações com vários pontos fortes ao redor de cada fortaleza, a uma distância de aproximadamente 15km para permanecerem longe do alcance da artilharia. Os redutos eram construídos com dois a três metros de concreto, reforçados com aço. Esses modernos sistemas de fortalezas foram construídos para suportar uma granada da maior arma de campanha existente na ocasião, cujo calibre era de mais ou menos 225mm. Assim, pelo menos provisoriamente, encontrou-se um lugar seguro no campo de batalha.

Essa devastadora melhoria na letalidade das armas ocorreu exatamente ao mesmo tempo em que o alastramento das ferrovias e a industrialização permitiam que enormes exércitos pudessem ser transportados para o campo de batalha e mantidos lá com comida e suprimentos.

Estudiosos da guerra não ignoraram as implicações dessas rápidas mudanças no po-

der de combate e no transporte. Absorveram a experiência das guerras Civil Americana e Franco-Prussiana, e cada vez mais ficou claro que era suicídio para a infantaria avançar em formação cerrada em zonas batidas por fogos. Escaramuças e infiltrações de pequenas unidades progredindo de abrigos em abrigos pareciam ser uma solução melhor. A efetividade da baioneta era questionada, bem como o futuro do papel tradicional da cavalaria, de realizar cargas com lanças e sabres. O pensamento predominante era que dificilmente a infantaria poderia avançar sob fogo sem contar com um poderoso e aproximado apoio da artilharia, pois as metralhadoras provaram sua letalidade nas guerras coloniais das décadas de 1880 e 1890. Contudo, as transformações necessárias eram radicais, incertas e, por isso mesmo, difíceis de serem implementadas (SALAMANDER, 1977).

No Brasil, a evolução do emprego da infantaria no começo do século XX não acompanhou a Europa. No período da Primeira Guerra, vigorava a Ordenança dos Corpos de Infantaria, de 1891. As instruções existentes eram apoiadas nas táticas das guerras napoleônicas e da Tríplice Aliança. Assim, prevaleciam as formações em linha perfiladas e emassadas, as fuzilarias a comando e os dispositivos quadrados contra a cavalaria. A unidade de emprego era o pelotão, o qual possuía cerca de 26 homens e dividia-se em duas seções, com duas esquadras de seis militares cada. O papel dos sargentos era auxiliar na linha de tiro e com as formações. O fogo e movimento, já previstos na manobra da infantaria, eram realizados por seções, alternando-se as linhas de atiradores;

enquanto uma avançava a outra “executava as descargas” (BRASIL, 1891). No entanto, havia toda uma métrica a ser respeitada, o que tolhia a liberdade de manobra das frações. Os movimentos se pareciam com a ordem unida da atualidade, havendo grande similaridade entre as formações de combate da época e os comandos e procedimentos das formaturas dos dias presentes.

Os problemas da infantaria na Primeira Guerra Mundial

Após quatro meses do início da Primeira Guerra Mundial, o impasse das trincheiras tornou-se uma realidade no *front* oeste europeu, onde se confrontavam naquela ocasião, principalmente, franceses e ingleses versus alemães. O problema tático era que um punhado de metralhadoras poderia destruir o escalão de ataque de uma ofensiva antes que pudesse percorrer a distância entre as duas linhas. Para permitir o ataque da infantaria, a artilharia tinha que destruir a organização do terreno dos defensores, as redes de arame farpado, as posições de metralhadoras e o apoio da artilharia defensiva. De todo modo, mesmo que a barragem de artilharia do atacante fosse efetiva, a infantaria conseguia avançar somente 3.000m sob sua proteção. Além dessa distância, a infantaria estava por sua própria sorte, e umas poucas metralhadoras eram suficientes para sustar o avanço. Na sequência, contra-ataques poderiam levar os atacantes de volta às suas linhas iniciais. Um círculo vicioso foi criado, no qual, para que as defesas pudessem ser destruídas antes de os infantes seguirem, prolongados bombardeios, algumas

vezes com duração de semanas, eram necessários. Esse método denunciava a localização do futuro ataque e permitia aos defensores reforçar suas posições. Também congestionava a retaguarda com vasta quantidade de munição e dificultava o avanço das próprias reservas dos atacantes.

Nesse contexto, na frente oeste da Primeira Guerra, os exércitos francês, alemão e britânico buscavam desesperadamente uma solução para quebrar o impasse da prolongada guerra de trincheiras que vivenciavam. Numa tentativa de permitir o avanço da infantaria, os pelotões foram desmembrados em frações menores, e começaram a surgir os primeiros embriões do que veio a se constituir os grupos de combates.

As máquinas de matar infantes

As metralhadoras foram responsáveis pela guerra estática que entrou para história nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. No início do conflito, havia poucas metralhadoras nas unidades de linha de frente. Tropas de primeira linha de 1914, formadas por jovens bem treinados e lideradas por oficiais profissionais, eram providas na proporção regular de duas metralhadoras para cada 1.000 fuzis. Unidades de 2^a linha não as possuíam. Não havia metralhadoras em reserva e, uma vez destruídas, era difícil substituí-las. A ideia de “reserva de fogos” reforçava a percepção de que essas armas automáticas eram um pouco mais do que uma substituta mecânica de um pelotão de fuzileiros. As metralhadoras tiveram um importante papel em economizar efetivos de soldados. Contudo, o que chamou a atenção foi sua caracte-

rística de serem perfeitas para defender fortificações. Numa guerra em que a artilharia era eficaz contra o soldado em campo aberto, mas de eficiência duvidosa contra as trincheiras, a infantaria passou a ocupar pontos fortes, e a metralhadora, a ganhar importância (ENGLISH; GUDMUNDSSON, 2008).

Uma vez que os aliados (Inglaterra e França) obtiveram suficientes meios de artilharia a partir do inverno de 1914-1915, eles passaram a usar o massivo bombardeio contra as trincheiras alemãs avançadas. Contudo, como explicado anteriormente, a captura das trincheiras avançadas alemãs raramente implicava penetrações profundas, pois os batalhões de infantaria dos atacantes eram frequentemente parados por poucas dúzias de metralhadoras bem localizadas atrás das trincheiras avançadas. Além disso, um eventual rompimento das linhas alemãs não podia ser aproveitado porque a tradicional arma de exploração, a cavalaria, encontrava-se também vulnerável ao fogo automático (Ibid.).

Não levou muito tempo para os comandantes alemães entenderem que a espinha dorsal da defesa tinha mudado dos fuzileiros para as armas automáticas. A percepção era de que os infantes seriam mais úteis e menos vulneráveis se permanecessem em reserva atrás da primeira linha e longe da artilharia adversária. À frente, permaneciam guarnições isoladas, para dar o alerta inicial e proteger de pequenas investidas inimigas. Contudo, debaixo de protestos, Falkenhayn, chefe do Estado-Maior do Exército Alemão, aderiu ao ditado “mantenha o que está sendo feito”. Seu argumento era que homens isolados eram mais suscetí-

veis à covardia e a outras “doenças da alma” do soldado. Apoiava-se no princípio do valor psicológico das massas, em que a tropa seria mais bem controlada quanto mais centralizada estivesse. Assim, as trincheiras de linha da frente permaneceram apinhadas de fuzileiros (REMARQUE, 1975).

Falkenhayn falhou em entender o papel central desempenhado pelas metralhadoras no sistema defensivo alemão, não o alterando. Contudo, isso não evitou que ele reconhecesse que as metralhadoras estavam se tornando rapidamente um importante elemento nas defesas aliadas. Seu desejo de lidar com as metralhadoras inimigas o fez apoiar a adoção de táticas ofensivas baseadas em princípios inovadores. Em particular, em março de 1915, Falkenhayn tornou possível a formação de uma espécie de batalhão de assalto (*Sturmbataillon*) a partir da transformação de uma tropa de engenharia (demolições). Pensado com o fim de desenvolver técnicas para tratar com os problemas da guerra de trincheiras, o batalhão de assalto dedicou-se inicialmente a experimentar como lidar com as metralhadoras inimigas (ENGLISH; GUDMUNDSSON, 2008, p. 18).

A ideia central por trás do batalhão de assalto era o uso de grupos de especialistas (*stosstruppen*), que tratariam cada metralhadora como um problema tático independente. Carregavam uma grande variedade de armas, e as técnicas específicas também eram diferentes. O denominador comum de todas as variantes era tão simples quanto radical, o *stosstruppen* tornou-se uma unidade do exército com características próprias, capaz de combinar as ações de diferentes armas para

produzir um efeito decisivo sobre o inimigo.

A prática de dividir o pelotão em unidades lideradas por sargentos não foi uma invenção da Primeira Guerra. Essa prática existia no exército prussiano a partir de 1854, principalmente como um recurso para controlar o regime de fogos da tropa e controlar o movimento. O comandante do grupo avaliava distância, designava alvos e comandava a abertura e o cessar-fogo. Raramente, antes de 1914, o grupo atuava isolado, e quando isso ocorria não se envolvia decisivamente no combate; no máximo ganhava tempo enquanto o resto da companhia ou batalhão chegava para formar uma linha de fogo. Dessa forma, essa nova fração (*stosstruppen*) representava uma autonomia maior em relação à grande centralização das trincheiras (Ibid.).

Para atingir seus objetivos no campo de batalha, cada membro do *stosstruppen* teria primeiro de possuir seu próprio ímpeto de avançar. Uma vez à frente, ele teria de lutar sem supervisão, ativamente, para cooperar com seus colegas de grupo. Se a situação tática mudasse, como frequentemente acontecia, essa cooperação teria de tomar uma forma de improvisação. Uma solução parcial para resolver o problema de motivação foi a seleção dos integrantes. Assim, eram selecionados voluntários de unidades convencionais, os quais poderiam escolher como combater, em função de suas predileções.

Os *stosstruppen* treinados naquela ocasião foram minoria no Exército alemão. Os pequenos ataques eram apoiados pela massa de apoio de fogo da divisão, com grande concentração de fogos. Depois da maioria dos ataques, os grupos iam para a retaguarda

descansar, o que causava animosidade entre as demais tropas de infantaria. Os ataques alemães de relativa pequena escala tiveram duas formas: ataques limitados e incursões de desorganização. Em ambos os casos, foram favoráveis para o desenvolvimento das táticas contra as metralhadoras.

No lado dos aliados, os desastrosos ataques franceses e ingleses de 1915 tinham sido realizados sob a doutrina da “artilharia conquista, infantaria ocupa”. Havia uma tendência dos comandantes franceses de sacrificar tudo para atender, em seus ataques, à máxima da sincronização. Um ataque conduzido de acordo com a doutrina aliada era iniciado com a destruição das primeiras linhas de trincheira alemãs por pesados bombardeios de morteiro e artilharia. Depois, a onda de ataque de infantaria movia-se à frente. Estrita atenção era dada à manutenção do alinhamento entre os soldados, como numa parada, com o objetivo de carregar à frente aqueles que pudessem ser tentados a retrair e conter os entusiásticos, dentro do mesmo princípio do valor psicológico das massas. Em vez de empregar a variedade de arsenal dos *stosstruppen*, a infantaria francesa dependia fortemente da arma favorita da escola da psicologia das massas, a baioneta (Ibid.).

O ataque de duas divisões inglesas em Loos, em 26 de setembro de 1915, demonstra essa dinâmica nos combates da época. Vinte minutos de bombardeio, os quais poucos estragos fizeram nas tropas alemãs, foram seguidos de uma pausa de meia hora. Então 10.000 homens em 20 batalhões avançaram sobre as tropas alemãs protegidas por arames farpados intactos. No alcance

de cerca de 1.500 metros, o avanço inglês encontrou uma tempestade de projéteis de metralhadoras. Movendo-se à frente, constituíram-se num alvo frontal para os fuzileiros e metralhadoras alemães, os quais, ao final de três horas, mataram 385 oficiais e 7.681 soldados ingleses, sem qualquer perda do seu lado. A solução aliada para evitar tantas mortes e insucessos nas batalhas futuras foi aumentar a artilharia.

O desastre de Loos, bem como outros similares, atraiu a atenção do alto nível de comando francês e inglês. As lições depreendidas, no entanto, não foram as mais corretas. Em vez de levantar a falta de efetividade das táticas de ataque da infantaria, entenderam que a artilharia não havia cumprido seu papel adequadamente, pois pensavam haver deficiência na quantidade de armas e munições. Assim, na grande ofensiva do Somme, no verão de 1916, as forças britânicas tinham se reforçado em artilharia de tal forma que conseguiram bombardear as posições alemãs por uma semana. Também, nessa ocasião, conseguiram fazer com que os fogos da artilharia se movessem imediatamente à frente das tropas de infantaria, numa técnica que ficou conhecida como “barragem rolante”. Do ponto de vista aliado, essa barragem de artilhariaⁱⁱⁱ tinha características que se adaptavam à tática da infantaria vigente. O aspecto linear, com um formato alongado, permitia que as linhas de infantaria pudessem seguir as barragens apenas 50 metros à retaguarda, protegida dos fogos das metralhadoras. Outra vantagem era que, porque o avanço da infantaria dependia do alongamento de fogos das barragens, ela possibilitava um excelente meio de controle da batalha, pois o

medo de correr para o interior da barragem mantinha o controle da linha de fuzileiros atacantes (Ibid.).

Elegante na teoria, a combinação de pesado bombardeio de preparação com o avanço das barragens de artilharia provou ter suas falhas na prática. Os fogos de preparação estavam alcançando seu objetivo de destruir as trincheiras germânicas; ao fazer isso, os bombardeios também destruíam as características lineares das defesas alemãs que o sistema de barragem tentava explorar. Também, fazendo cair suas granadas em linha, as barragens deixavam de concentrar a atenção em atingir as principais posições germânicas. Por último, as crateras deixadas pelo bombardeio, além de dificultar o avanço rápido da infantaria em linha, permitiam o aproveitamento pelos defensores como abrigos. Essa prática não conseguia resolver o problema proposto pelos alemães. As guarnições de metralhadoras e canhões posicionados à retaguarda das trincheiras avançadas, bem como as tropas de contra-ataque, ainda escapavam do pior dos bombardeios. Contudo, embora os aliados não estivessem conseguindo ofensivas decisivas, estavam matando alemães em grande número (Ibid.).

Em agosto de 1916, quando o comando das tropas alemãs na frente ocidental passou de Falkenhayn para Hindenburg e Ludendorff, as táticas defensivas alemãs começaram a ser alteradas. O cerne da mudança foi a adoção da defesa elástica como conduta na defesa. Esse sistema defensivo se parecia menos com uma parede defensiva e mais como uma armadilha para destruir o atacante. A infantaria era removida da pri-

meira linha de trincheiras para a retaguarda, transformando-se em forças de contra-ataque. No lugar de trincheiras lotadas de fuzileiros na linha de frente, foram instaladas pequenas guarnições, que tinham a missão de repelir os ataques menores e alertar quando ocorria um maior. Os contra-ataques alemães utilizavam as táticas aprendidas com os *stosstruppen*, que agora se espalhavam por todo exército. A artilharia defensiva utilizava barragens para isolar porções do campo de batalha, enquanto fogos de metralhadoras e morteiros dos *stosstruppen* proviam o apoio de fogo necessário para a manobra dos próprios *stosstruppen*.

O sistema de defesa elástica foi suficiente forte para evitar qualquer penetração aliada até 1917. As táticas defensivas dos *stosstruppen* foram imitadas pelos britânicos e franceses. Os franceses adotaram os “*groupes de combat*”, pequenos grupos construídos em torno de um único fuzil automático. Os ingleses instalaram pequenos postos na linha de frente, os quais caracterizavam o formato da defesa elástica. Contudo, os aliados fixaram mais na forma do dispositivo e menos na essência da técnica. Suas forças de contra-ataque não eram potentes o suficiente e, quando disponíveis, eram lentas, metódicas e orientadas para o terreno. O problema era que havia a necessidade de confiar nos comandantes dos grupos de combate para permitir às forças de contra-ataque obter pequenas vitórias decisivas.

O “*groupe de combat*” francês surgiu como uma cópia superficial do “*stosstruppen*”. Igualmente aos alemães, os grupos franceses consistiam de especialistas armados com uma variedade de armas, como fuzis

automáticos ou metralhadoras, fuzis e granadas de mão. Diferente dos *stosstruppen*, os *groupes de combat* foram designados para terem em qualquer momento capacidade de fogo ou movimento, mas não de realizar as duas ações ao mesmo tempo. Enquanto os alemães eram capazes de combinar as duas ações separadas, os *groupes de combat* foram preparados para lutar como uma unidade indivisível. O trabalho dos fuzileiros e granadeiros era proteger o atirador de fuzil automático ou metralhadora e mantê-lo bem suprido de munição (Ibid.).

Os aliados acreditavam fortemente na ideia de que artilharia suficiente poderia preservar a infantaria da necessidade de manobrar. Alinhada a essa concepção, a administração dos aliados não só triunfou sobre a última ofensiva alemã no rio Marne em 1918, como constituiu uma artilharia com capacidade de pulverizar qualquer posição alemã escolhida. Contudo, a lentidão como se processavam os ataques permitia que as forças alemãs se retirassem do campo de batalha. Ao final da guerra, na segunda metade de 1918, o Exército alemão foi derrotado, mas escapou da destruição.

Pós-Guerra

O *front oeste* não foi o único teatro da Primeira Guerra. Havia outras áreas, ainda que não fossem decisivas no conflito. Seja como for, houve muitos veteranos da Primeira Guerra que não experimentaram a situação da guerra estática, mas manobras decisivas de infantaria. Na Rússia, Romênia, Sérvia, Itália, Macedônia e Palestina, os ataques de infantaria tinham sido suficiente-

temente potentes para penetrar através das posições defensivas e explorar seus avanços com pesadas marchas e, em muitos casos, causar um golpe duro o suficiente para levar o oponente à rendição, ou pelo menos, à mesa de negociação (Ibid.).

Em outras campanhas militares do pós-guerra, como na Guerra Civil Russa, e nas demais campanhas da Primeira Guerra, com exceção do *front oeste*, a infantaria não precisou aprender como lidar com um terreno dominado por dezenas de metralhadoras, porque frequentemente tinha espaço que permitia a opção de envolver a posição defensiva. Grupos de combate não tiveram de aprender a manobrar porque regimentos, brigadas, e ainda divisões poderiam, se bem lideradas, resolver o problema com uma pequena marcha forçada para desbordar a posição, pois havia espaço para tanto.

Assim, no pós-guerra, muitos exércitos — como da União Soviética, Polônia, Turquia e dos Estados Unidos, entre outros — não viram a necessidade de introduzir tanto as táticas dos *stosstruppen* quanto os gigantescos arsenais de artilharia aliados. Inclusive os britânicos retornaram às táticas de pré-guerra, sob argumento de que aquela situação do *front oeste* seria uma anomalia.

Para os franceses e alemães, contudo, não havia como retornar, e continuaram a seguir os aprendizados que cada exército tinha absorvido durante a Primeira Guerra.

O modelo francês

Uma palavra que melhor captura a essência das táticas de infantaria francesa como as desenvolvidas entre 1920 e 1930 é

“barragem”. O conceito francês da expressão “*barrage*” é represar, segurar o inimigo. Esse princípio poderia ser visto através da organização e dispositivo tático das unidades da infantaria francesa. Três grupos de combate, no modelo dos *groupes de combat* da Primeira Guerra, formavam um pelotão. Como antes, estes pelotões foram designados para ocupar posições defensivas, nas quais os fogos dos fuzis metralhadores se entrelaçavam e formavam uma barragem. No ataque, o dispositivo desses pelotões se assemelhava ao formato das posições defensivas, só que se movendo para frente. Os homens estavam próximos uns dos outros, mas os GC um pouco separados. A artilharia fazia o trabalho de supressão da atividade inimiga à frente, e os fogos automáticos tinham o objetivo de cobrir os intervalos entre cada GC (Ibid.).

Em meados de 1920, o GC francês foi formalmente dividido entre duas esquadras, cada uma com cinco soldados e um cabo. Uma esquadra era dotada do fuzil metralhador, enquanto a outra era de granadeiros-volteadores. A esquadra que possuía a única arma automática do GC servia para defendê-la. Embora essa organização desse ao exército francês um dos pré-requisitos para o GC ter a capacidade de realizar a integração do fogo e movimento, por meio de lanços sucessivos de esquadras, a mesma legislação que introduziu isso também reiterou a doutrina de que o GC era indivisível e, consequentemente, o pelotão era a menor unidade capaz de ser designado para um objetivo independente. A organização básica era quatro pelotões formando uma companhia, e quatro companhias — uma das quais era equipada com metralhadoras pesadas — formando

um batalhão. O número de metralhadoras nas companhias de apoio havia aumentado, saindo de oito para vinte, de 1918 a 1940. Essa formação explicitava a predileção defensiva francesa, com a infantaria disposta para construir uma barreira de fogo.

O modelo alemão

Para os alemães, que explicitamente rejeitavam as formas de guerra lineares nos manuais de treinamento de infantaria pós-Primeira Guerra, a metáfora correspondente à ideia de barragem francesa era o movimento de pinça. Em todos os níveis, do GC até a divisão, a ideia por trás dessa ação tática era prender o inimigo em ambas as tenazes da pinça. No ataque, isso ganhou a forma de fogo e manobra, com o fogo de um elemento ocupando o inimigo, enquanto o outro avançava por uma direção onde poderia efetuar um golpe decisivo. Na defensiva, permaneciam válidos os conceitos da defesa elástica, no esquema de ceder pequenas porções do terreno ao inimigo e destruí-lo dentro do bolsão pelo fogo e pela manobra (Ibid.).

O primeiro passo para institucionalizar as novas táticas era dar ao *stosstruppen* um lugar permanente na infantaria alemã. Isso foi feito com a designação de uma esquadra de sete homens armados de fuzis e uma metralhadora leve, que poderiam ser combinados em 14 homens (*stosstruppen*). Esse arranjo, até 1931, permitia formar um pelotão com dois grupos de metralhadoras e dois grupos de fuzileiros, os quais poderiam ser reorganizados em dois *stosstruppen* independentes. Depois disso, o pelotão foi

reorganizado em três *stosstruppen* permanentes, de 12 homens cada. Esse GC consistia de uma equipe de metralhadora leve a cinco homens e uma esquadra de fuzileiros de sete soldados (Ibid.).

O conceito da manobra de pinça — ou desbordante — alemã para alcançar a decisão do combate não era novo. Em diversos conflitos anteriores à Primeira Guerra Mundial, houve exemplos de sua aplicação. O que havia de diferente nas táticas alemãs que emergiram após a Grande Guerra era a integração de pequenas ações desbordantes dentro da concepção de uma manobra de um escalão maior. Em suma, manobras desbordantes de GC e pelotões formavam o braço da pinça de manobras de batalhões e regimentos, os quais por sua vez se constituíam nos braços da pinça de divisões.

O modelo inglês

Já os ingleses, inicialmente, adotaram uma formação revolucionária para sua infantaria: pelotões similares aos alemães, com duas equipes de metralhadoras e dois grupos de fuzileiros. O período entre o fim da Grande Guerra e o início da Segunda Guerra Mundial foi extremamente fértil para o pensamento militar inglês. Escritores famosos até os dias de hoje, como B. H. Liddell Hart e J. F. C. Fuller, faziam parte da elite pensante militar britânica. Como os franceses, Fuller imaginava que a infantaria tinha perdido a capacidade de manobrar tanto no nível tático, quanto no operacional. Contudo, ele acreditava na validade das manobras operacionais, sendo um dos primeiros defensores do papel dos blindados em busca de

ações em profundidade. A infantaria, em sua visão, teria o papel alterado de “rainha dos campos de batalha” para no máximo “rainha das fortalezas”. Como toda generalização, substituiu o *slogan* francês por “os tanques conquistam, a infantaria mantém” (Ibid.).

Liddell Hart teorizou sobre as táticas das pequenas frações de infantaria. Um fragmento dos princípios de suas táticas elementares pode ser observado numa analogia produzida em seu texto *O homem na escuridão*, em que descreve como via o desenvolver das ações de combate:

1. Em primeiro lugar, [...] o homem estende um braço para procurar o seu inimigo, permanecendo em alerta, flexível e com a guarda pronta para não ser surpreendido. Este pode ser chamado o princípio da “formação protegida”.
2. Quando seu braço distendido toca seu inimigo, ele rapidamente procura um ponto bem vulnerável, como a garganta. Este é o princípio do reconhecimento.
3. O homem então segura seu adversário firmemente pela garganta, distendendo seu braço sem permitir que ele ataque de volta ou se esquive do soco decisivo. Este é o princípio da fixação.
4. Então, enquanto o inimigo encontrase com toda atenção absorvida pela mão ameaçadora em sua garganta, com a outra mão o homem ataca o oponente de uma direção inesperada e em um ponto desguarnecido, dando-lhe um soco decisivo, capaz de nocautear-lo. Este é o princípio da manobra decisiva.
5. Antes que seu inimigo possa se recuperar, o homem avança para imobilizá-lo e deixá-lo sem condições de prosseguir na luta. Este é o princípio da completa e imediata “exploração” do sucesso. (HART, 1921) (tradução livre).

O principal da argumentação de Liddell Hart era fixar e manobrar em todos os escalões da força. Enfatizava que a capacidade das forças no combate moderno estava mais ligada ao poder de fogo e não meramente ao número de soldados. Ele sublinhou ainda que, embora nos grandes escalões a infantaria tenha sido confinada a ações meramente frontais, o aumento da dispersão dos combatentes — forçada pelo acréscimo de efetividade das modernas armas — tornou possível, para grupos pequenos, mas bem armados, a infiltração entre os pontos fortes inimigos. Para enfrentar o dispositivo da defesa elástica alemã, Liddell Hart destacou a teoria da torrente de água como exemplo da ação ofensiva. Imaginava as forças como uma corrente de água explorando todas as brechas que surgiam e avançando sem se deter. Ele também sugeriu que as táticas de combate da infantaria deveriam tornar-se mais automáticas e menos dependentes de receber ordens novas de superiores da retaguarda (Ibid.).

A sistemática de Liddell Hart era, em muitos aspectos, similar às táticas dos *stoss-truppen*. As divergências estavam relacionadas à pouca importância dada pelos ingleses às armas pesadas em apoio à infantaria. As metralhadoras pesadas britânicas, como a Vickers, ainda eram consideradas armas eminentemente defensivas. Com menos fé que os alemães em suas armas automáticas de grupo de combate e nos comandantes de grupo, Liddell Hart abriu mão da capacidade do GC de realizar manobras independentes. Afora por essas diferenças, as ideias de Liddell Hart foram bem recebidas na Alemanha, particularmente a teoria da torrente

de água, que possivelmente tenha servido de inspiração para a *Blitzkrieg*.

A influência das ideias de Liddell Hart na organização do exército britânico durante a década de 1930 foi marcante. A capacidade de manobra das pequenas frações inglesas estava de acordo com a concepção de Liddell Hart, com a preferência por GC indivisíveis. Não se dava importância para a capacidade dos escalões menores de provarem seu próprio apoio de fogo. A proposta era que os pelotões seriam simplificados, equipando-se todos os grupos com uma metralhadora leve. A venerável Lewis foi trocada pela muito mais leve Bren. Em lugar de dois grupos de fuzileiros e dois grupos de Lewis, foram estabelecidos três grupos de sete homens, em torno de cada qual havia uma metralhadora Bren (ENGLISH; GUDMUNDSSON, 2008).

O modelo brasileiro

No Brasil, segundo McCann (2009), embora o Exército considerasse útil absorver os métodos então em uso na frente ocidental, duvidava-se que a guerra de trincheira ali travada constituísse um método ou doutrina de guerra universal, especialmente para a América do Sul, onde os grandes espaços e populações dispersas mantinham os vários exércitos nacionais a boa distância uns dos outros. Era difícil imaginar uma guerra de trincheiras nos pampas do rio da Prata ou nas ondulantes pradarias gaúchas.

Durante a Missão Militar Francesa no Brasil, em 1919, o general francês Maurice Gamelin, em visita às guarnições do sul do Brasil, observou que uma guerra nas exten-

sas planícies do Rio Grande do Sul seria de “movimentos e manobras”, e o uso de metralhadoras e canhões de longa distância daria bons resultados. “A frente unida,” estilo de combate que caracterizou o *front* oeste da Primeira Guerra, não ocorreria ali, mas as lições da grande guerra ainda poderiam ser aplicadas” (Ibid. p. 268). Era pouco provável que o Brasil viesse a travar uma guerra estática e defensiva contra exércitos estrangeiros. O imenso território brasileiro, as comunicações precárias e o efetivo pequeno depunham em favor de unidades táticas pequenas e dotadas de grande mobilidade, treinadas para uma guerra de movimento. Embora os franceses procurassem adaptar seu sistema às características brasileiras, boa parte de suas recomendações e ensinamentos refletia a doutrina derivada da Grande Guerra, especialmente a ênfase nas divisões como unidades táticas. Assim sendo, McCann afirma que “boa parte do treinamento francês preparou os brasileiros para o tipo de guerra que nunca lutariam” (Ibid. p. 273). Também critica que “com todos os ensinamentos da missão, os generais da ocasião não foram capazes de impedir a Coluna Prestes de marchar por todo o mapa do Brasil” (Ibid. loc. cit.).

Não obstante as críticas de McCann, o regulamento para os exercícios e o combate da infantaria de 1921 foi revolucionário para o Exército Brasileiro, com marcante influência da doutrina francesa. O manual inicia destacando a necessidade da dispersão em vista das vulnerabilidades das formações densas às armas automáticas. O grupo de combate e o lanço foram estabelecidos pela primeira vez. O movimento dos pelotões não

deveria ser regulado pelos vizinhos, sendo relevante que o cuidado com o alinhamento desaparecesse. Não se deveria “confundir desenvolvimento com alinhamento”, prega o manual (BRASIL, 1921).

Os regulamentos seguintes — de 1922, 1924, 1932 e 1936 — da infantaria do Exército Brasileiro são aperfeiçoamentos da mesma ideia central de valorização do GC (BRASIL, 1922; BRASIL, 1924; BRASIL, 1932; BRASIL, 1936). Naquela altura, o GC brasileiro era constituído de um singelo fuzil metralhador e 15 homens, divididos em uma esquadra de serviço da arma automática e outra de proteção, ambas com sete militares. Os pelotões tinham quatro GC, e as companhias, três pelotões, configurando um total de doze fuzis metralhadores por subunidade. Como não existiam os armamentos automáticos, em 1922, o regulamento estabelecia a necessidade de se figurá-lo com “um fuzil comum, que utilize um sinal convencionado, farrapo ou lenço, e constituir-lhe a respectiva esquadra” (BRASIL, 1922, p. 02). Tal preocupação foi justificável, pois a visão era de que o fuzil metralhador constituía “a alma e a razão de ser do GC” (Ibid. p. 06). Todos os homens do grupo não eram mais do que auxiliares da arma automática, devendo protegê-la, transportá-la e reabastecê-la. Ou seja, na visão do manual de 1936, o GC era “constituído dos homens que servem ao fuzil metralhador” (BRASIL, 1936, p. 11).

Corolário

Os alemães, franceses e os britânicos, de fato, não eram os únicos a pensar sobre

os grupos de combate no período entre guerras. Os caminhos percorridos em cada exército, contudo, indicam as opções que estavam disponíveis. As abordagens francesas e alemãs para as táticas de infantaria faziam todo o sentido com seus respectivos planos estratégicos nacionais. A França pensava numa guerra prolongada, em que houvesse tempo de mobilizar seu parque industrial e seus aliados como a Inglaterra, Polônia e possivelmente os Estados Unidos. Assim, a função do exército francês era prolongar o conflito. Já a Alemanha queria uma solução rápida, por isso sua atitude agressiva nos combates. Os norte-americanos e os poloneses adotaram uma doutrina com elementos franceses e originais de seus próprios países, colocando muito mais ênfase no poder de fogo do fuzileiro do que nas armas automáticas.

No Brasil, a Missão Militar Francesa impôs a sua influência na determinação da modernização do exército durante as décadas de 1920 e 1930, embora não tenha sido adotada por completo a evolução do modelo para duas esquadras idênticas. Por volta da década de 1940, o GC brasileiro possuía um fuzil metralhador e era formado por duas esquadras, uma de volteadores e outra de fuzileiros, totalizando treze homens, incluindo o comandante (BRASIL, 1943). Durante a Segunda Guerra Mundial, as tropas que formaram a Força Expedicionária Brasileira se adaptaram à doutrina norte-americana, com o GC de doze militares formando três esquadras: uma de segurança, uma de manobra e outra de base de fogos, com um fuzil metralhador. Mesmo assim, as demais tropas em território nacional eram equipadas e treinadas em acordo com a estrutura

pré-Segunda Guerra. Até a década de 1960, não ocorreram alterações determinantes na estrutura do GC no Brasil. Somente, a partir de 1967, com a introdução dos FAL e FAP, o GC do Exército Brasileiro passou a adotar a atual constituição, de nove militares, em que cada esquadra possui um fuzil metralhador e quatro homens (BRASIL, 1967).

Na atualidade, o GC é uma fração cuja constituição varia bastante, em função das especificidades dos países e de cada uma de suas forças militares. O efetivo e o armamento empregados dependem do tipo de missão a que a tropa está destinada. Como exemplo, nos Estados Unidos, os grupos de combate das *strike brigade combat team* do Exército possuem nove homens, divididos em duas esquadras, cada uma dotada de uma metralhadora leve M249 – Minimi (calibre 5,56mm) (ESTADOS UNIDOS, 2010); enquanto a mesma fração dos fuzileiros navais possui treze homens, em três esquadras de quatro homens, também dotadas com a metralhadora M249 (ESTADOS UNIDOS, 2002). De qualquer forma, há uma certa padronização na constituição da esquadra. A subdivisão do grupo de combate em esquadras de quatro homens em torno de um fuzil metralhador ou metralhadora leve poderá ser encontrada em quase todos os exércitos, como o russo, inglês, francês, canadense e argentino. Ao que parece, esse foi o modelo que predominou desde o surgimento do GC como elemento base de combate.

Conclusão

Quase cem anos depois, os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial, guardadas

as diferenças de cenário e capacidade dos equipamentos, ainda podem ser colhidos e validados. Para se ter a magnitude do caráter de importância, a técnica da defesa elástica é profundamente estudada nos dias atuais nas principais escolas de tática do Exército Brasileiro, pois constitui a essência do conceito da defesa móvel, forma de manobra preferida em atitude defensiva. Também, as ideias de Liddell Hart são observadas na concepção de planos e na forma de combater dos exércitos modernos de todo o mundo. A teoria da torrente de água e a imagem do “homem na escuridão” estão perfeitamente integradas às soluções dos problemas militares atuais (BRASIL, 1997).

A experiência dos exércitos que lutaram na frente ocidental da Primeira Guerra transformou as técnicas de combate da infantaria. Observaram a importância de incorporar às frações mais elementares de fuzileiros uma arma com capacidade de realizar fogos automáticos e prover o apoio necessário ao movimento. Os aperfeiçoamentos decorrentes moldaram os grupos de combate em quase todos os exércitos atuais, com sua subdivisão em pequenas frações de quatro homens, cujo núcleo é uma arma automática.

A união do fogo e do movimento continuado nos escalões mais elementares deu novo vigor à infantaria, a qual voltou a ser a rainha dos campos de batalha. Mesmo com

toda tecnologia envolvida no combate moderno, a infantaria ainda representa um papel determinante no combate.

Por isso, o Exército Brasileiro não deve desprezar conceitos que foram decantados por décadas, ao custo de tantas vidas e insucessos. Relevar a importância da substituição do fuzil metralhador do GC, deixando-o desprovido de uma arma automática eficaz em prover o apoio de fogo necessário, representa deixar de lado os ensinamentos e aperfeiçoamentos da doutrina de emprego das pequenas frações de infantaria ao longo de todo esse tempo.

O fuzil metralhador, para ser enfático, é a razão de ser do grupo de combate da maneira como foi concebido, pois, ao integrar essa fração, distingui-o da infantaria pré-Primeira Guerra e possibilitou a execução do fogo e movimento. Relegá-lo a um segundo plano de importância descharacteriza o emprego do GC e representa uma grande perda de capacidade operacional para a infantaria brasileira. Em última instância, desconsiderar a arma automática do GC como prioridade coloca em discussão inclusive se essa decisão não está eixada na crise existencial sobre o papel desejável para o Exército Brasileiro: ser uma força com crível capacidade de combate ou uma guarda nacional para contingências relacionadas à segurança pública.

Referências

BRASIL. **Ordenanças dos corpos de infantaria.** Typ. e Lith. de Carlos Gaspar da Silva, Rua da Quitanda 111 e 113. RJ: 1891.

Exército. Estado-Maior. **C 6-40. Técnica de tiro de artilharia de campanha. Vol 1.** 5^a Ed. EB: 2001.

- _____. Exército. Estado-Maior. **C 7-1. Emprego da Infantaria.** 2^a Ed. EB: 1984.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 7-5. Exercícios para a Infantaria. 2^a Parte. Instrução tática individual.** 4^a Ed. EGGCF: 1954.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 7-5. Exercícios para a Infantaria - Maneabilidade – 1^a Parte.** 2^a Ed. EGGCF: 1967.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 7-5. Exercícios para a Infantaria.** 1^a Ed. EB: 1980.
- _____. Exército. Estado-Maior. **IP 100-1. Bases para a modernização da doutrina de emprego da Força terrestre (Doutrina Delta).** 1^a Ed. EB: 1997.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Nr 5. Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria. 2^a Parte.** Ed. Imprensa Militar. EME, RJ: 1921.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Nr 5. Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria. 1^a Parte.** 2^a Ed. Imprensa Militar. EME, RJ: 1922.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Nr 5. Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria. 2^a Parte.** Ed. Imprensa Militar. EME, RJ: 1924.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Nr 5. Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria. 2^a Parte.** Ed. Imprensa Militar. EME, RJ: 1932.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Nr 5. Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria. 2^a Parte.** Ed. Imprensa Militar. EME, RJ: 1936.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Nr 5. Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria (RECI). 1^a Parte. Introdução e instrução técnica.** Edições e Publicações Brasil, SP: 1943.
- ENGLISH, John A; GUDMUNDSSON, Bruce I. **On Infantry.** Londres: Praeger, 2 vols., 2008.
- ESTADOS UNIDOS. US Army. **FM 3-21.9. SBCT Infantry Rifle Platoon and Squad.** Department of the Army. Washington, D.C: December, 2010.
- ESTADOS UNIDOS. U.S. Marine Corps. **MCWP 3-11.2. Marine Rifle Squad.** Marine Quantico, VA: Corps Combat Development Command. November, 2002.
- HART, B. H. Liddel. *The "Man-in-the-Dark" Theory of Infantry Tactics and the "Expanding Torrent" System of Attack. Journal of The Royal United Service Institution.* February, 1921.
- MC CANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937.** São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front.** Tradução de Helen Rumjanek. SP: Círculo do Livro, 1975.

SALAMANDER BOOK. *The encyclopedia of Land warfare in the 20th Century*. NY. USA: Thomas Y. Crowell Company., 1977.

- ⁱ Na doutrina brasileira do século XIX, a companhia era chamada de pelotão quando adotava formação de manobra.
- ⁱⁱ Deslizamento do conjunto tubo-bloco da culatra sobre o berço.
- ⁱⁱⁱ Barragem: conjunto de tiros cujos arrebentamentos ocorrem em forma linear no terreno, aplicado normalmente nas proximidades de tropa amiga e na cadênciá máxima permitida (BRASIL, 2001, p.1-3).
- ^{iv} Segundo McCann (2009, p. 268), é caracterizada por uma faixa do terreno mobiliada por grandes efetivos militares.

**FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

POUPEX

JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. **Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.**



Considerações sobre o Terrorismo na América do Sulⁱ

*Rui Martins da Mota**

Introdução

O atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA) se tornou um marco histórico das novas características de Segurança Internacional do século XXI, particularmente no aspecto das ameaças que os estados nacionais passariam a enfrentar. Esse acontecimento chamou a atenção do mundo para o terrorismo internacional (ou transnacional) bem como para a estratégia de segurança e defesa adotada pelos EUAⁱⁱ.

Passados os anos, os eventos decorrentes têm mostrado a dificuldade prática da maior potência militar do Planeta e de seus aliados apresentarem respostas definitivas nos campos político e militar, capazes de pacificar as organizações terroristas, bem como de estruturarem eficazmente uma rede de prevenção a essas ameaças.

Historicamente, o emprego do terrorismo como instrumento de luta é antigo, remontando ao período da Antiguidade Clássica, quando os povos subjugados, como os judeus zelotes, por exemplo, praticavam o ato terroris-

ta em repúdio à dominação romana. No século XX, diversas organizações guerrilheiras empregaram o ato terrorista como método político e de estratégia militar, como, por exemplo, o IRA (Exército Republicano Irlandês) e o grupo basco ETA (Euskadi Ta Askatasuna).

Nos dias de hoje, a ação terrorista vem sendo praticada não somente por organizações de luta ideológica e de extremismo religioso, mas por organizações dos mais variados tipos e concepções, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) na Colômbia, o Sendero Luminoso (SL) no Peru e algumas organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Brasil, cuja onda de violência que são capazes de empreender pode ser interpretada como um ato terrorista, dadas as características de agressão indiscriminada e de estado de medo coletivo que deflagram.

Contudo, desde o “11 de Setembro”, o terrorismo transnacional sob motivação religiosa extremista, baseada no fundamentalismo islâmico, entrou em evidência por desafiar as estruturas de segurança e defesa das principais potências ocidentais. Esse tipo de terrorismo difere-se do terrorismo clássi-

* Tenente-Coronel de Infantaria do Exército; doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; mestre em Administração (Gestão da Inovação Militar) e especialista em Relações Internacionais, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Possui os cursos de especialização profissional de Forças Especiais e Ações de Comandos pelo Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEsp) e de Analista de Inteligência pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx).

co do século XX por não mais restringir sua atuação às fronteiras nacionais bem como por empregar uma estratégia de ação suicida. São exemplos de organizações que se valem dessa prática o Estado Islâmico do Iraque e do Leste (ISIS) e o Boko Haram da Nigéria.

Além disso, a ação terrorista ganhou novos contornos e características, sendo adicionadas novas tecnologias aos atentados e ao *modus operandi*, entre as quais se podem citar dispositivos eletrônicos, explosivos modernos, Internet, computadores, telefones celulares e programas criptografados. Tudo isso ampliou as possibilidades, os alvos e o alcance de atuação terrorista (BRASIL, 2006).

Sabe-se que a palavra terrorismo evoca um grande espectro de interpretações, tendo em vista não existir ainda hoje uma definição universal, clara e precisa para o termo. Em verdade, não por falta de tentativas. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, vem buscando há tempos, ainda sem êxito, uma definição jurídica aceita pela comunidade internacional. Todavia, não há consenso para terrorismo, uma vez que a interpretação varia consideravelmente em decorrência da diversidade de percepções culturais do fenômeno bem como por conta das divergências de interesses políticos no uso do termo e na qualificação de grupos como organizações terroristas (BRASIL, 2006).

Outro fato que contribui para dificultar o estabelecimento de uma definição internacional é que alguns governos têm ou tiveram ligações comprovadas com grupos terroristas, o que inclui o financiamento e o apoio logístico, como o fornecimento de armas e explosivos e de locais de abrigo e treino (VISACRO, 2009)¹⁰.

A falta de consenso em relação ao conceito de terrorismo afeta a ação punitiva, tendo em vista a inexistência, em muitos casos, de arcabouços legais nacionais e internacionais sobre o tema, prejudicando os esforços de governos e organismos internacionais em criar políticas específicas e colaborativas de prevenção e combate.

No passado, o terrorismo estava associado a um contexto revolucionário de movimentos nacionalistas de independência e a organizações subversivas, particularmente de ideologia marxista-leninista. Por conta disso, o terrorismo recebia certa leniência por parte da comunidade internacional. O Ocidente considerava politicamente legítima a luta dos movimentos nacionais de liberação, que empregavam, em muitos casos, a estratégia da ação terrorista. Já o Bloco Socialista estimulava a expansão da ideologia comunista por meio do patrocínio aos grupos guerrilheiros, que, além da luta armada, também praticavam terrorismo como estratégia de luta (VISACRO, 2009).

No entanto, hoje essa imagem revolucionária associada ao terrorismo se desgastou por conta de seu nefasto efeito psicológico e da violência indiscriminada que executa contra não combatentes. Ainda assim, a ação terrorista tem se expandido como estratégia de luta e como instrumento para “dobrar” a vontade inimiga por meio da projeção do medo e da desmoralização do oponente, o que é facilitado pela vasta cobertura dada pela mídia e pela relativa facilidade logística de empreendê-lo.

Outro aspecto importante a ser destacado são as consequências financeiras geradas pelo terrorismo. Este provoca nos países

afetados uma elevação dos gastos públicos, podendo, inclusive, paralisar a economia nacional. No caso do Egito, por exemplo, a indústria do turismo, que é de vital importância para o país, ficou bastante reduzida por longo período após a ocorrência de ataques recentes (BRASIL, 2006).

Enfim, as ações terroristas típicas incluem assassinatos, sequestros, explosões de bombas direcionadas a alvos de interesse político, os quais são selecionados devido a seu impacto psicológico. O terrorismo depende fortemente do elemento surpresa, o que o torna de difícil prevenção, especialmente quando seus perpetradores estão dispostos à morte (VISACRO, 2009).

Portanto, pode-se dizer que terrorismo é uma ameaça ou a execução premeditada de atos violentos contra não combatentes, executados por agentes ou grupos clandestinos para causar medo, intimidação e caos, a fim de influenciar um grupo, uma comunidade ou um estado visando a alcançar objetivos políticos, econômicos, religiosos ou possibilitar a transformação de uma ordem existente.

A seguir, serão realizadas considerações a respeito do terrorismo na América do Sul, baseadas na opinião e nas informações fornecidas por oficiais das Forças Armadas a respeito de seus respectivos países sul-americanos. Esses oficiais se encontravam realizando cursos ou servindo em missões no Brasil em 2010. Portanto, os dados foram colhidos na ocasião e podem ter sofrido algum tipo de alteração desde então, o que, todavia, não invalida o trabalho, cuja proposta é apresentar um conteúdo introdutório para o debate do fenômeno do terrorismo na América do Sul (AS).

Terrorismo na América do Sul

Os movimentos terroristas na AS têm suas origens nas décadas de 1960 e 1970, por ocasião do surgimento dos movimentos de guerrilha urbana, quando as atividades de luta armada migraram do campo para as cidades. Entre os mais conhecidos grupos que realizaram ou realizam ações terroristas no subcontinente, podem ser citados os seguintes:

1. O Sendero Luminoso (SL), no Peru, que é um grupo terrorista maoista fundado em 1980, que se tornou um dos mais violentos na busca de desestabilizar o Estado peruano. A partir do governo de Alberto Fujimori, no entanto, os incidentes terroristas entraram em decadência no país. Hoje, pode-se dizer que o SL se transformou em um grupo criminoso que se vale do narcotráfico para financiar ações terroristas em território nacional.
2. Os diversos grupos guerrilheiros e paramilitares da Colômbia. Esses grupos guerrilheiros são de ideologia socialista e têm tomado reféns e atacado infraestruturas críticas no país há anos. Já os grupos paramilitares são de direita e realizam sequestros de representantes e candidatos políticos.
3. As organizações criminosas equatorianas, que atuam por meio de sequestro de trabalhadores do petróleo e realização de explosões de dutos, o que resulta na morte de diversos cidadãos do país.
4. Os grupos de ideologia socialista chilenos. No Chile, o terrorismo teve origem com o Movimiento de Izquierda Revo-

lucionario (MIR), em 1964, resultante do fracasso da Frente Revolucionária de Ação Popular. Nessa época, uma parte da juventude socialista formou o primeiro movimento terrorista, tentando alcançar o poder pela via do medo e da violência. Ao final de 1964, Miguel Henríquez, junto com um grupo de estudantes da Universidade de Concepción, deu origem à Vanguarda Revolucionária Marxista, cujas atividades se caracterizaram por colocação de explosivos em universidades, assalto a bancos e agitação no campo e nas indústrias.

5. Os Tupamaros, no Uruguai, que é um grupo guerrilheiro de viés socialista com atuação marcante nas décadas de 1960 e 1970.
6. Os grupos armados de ideologia socialista que aspiravam à tomada do poder no Brasil, por meio da luta armada, dos quais podem ser citados o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighela, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), os quais perpetraram atos de natureza terrorista no território brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 (VISACRO, 2009).

O Terrorismo em alguns países da América do Sul

A Argentina já enfrentou dois atentados terroristas realizados contra alvos da comunidade judaica na década de 1990. Por

conta disso, o sistema de inteligência do país permanece acompanhando os atuais conflitos ideológicos e religiosos do Oriente Médio e as principais ameaças terroristas potenciais. No entanto, a legislação do país não tipifica o crime de terrorismo, havendo somente um entendimento não-formal que o considera como uma conspiração cujo objetivo seja apavorar a população ou obrigar o governo a realizar um ato ou abster-se de fazê-lo.

As Forças Armadas argentinas cabe somente a defesa contra ataques oriundos de forças armadas de outros estados, não havendo planos para uma hipótese de ataque terrorista. Assim, o combate e a prevenção ao terrorismo ficam sob responsabilidade das forças de segurança pública, compostas pela Polícia Federal e pelo Ministério do Interior, que contém polícias provinciais, a *gendarmeria*, com jurisdição nas fronteiras, e a Prefeitura, que se encarrega dos portos, vias fluviais e suas instalações.

Já a Bolívia não possui antecedentes de atentados terroristas. Entretanto, o país não escapa da convulsão social causada pela luta política entre os simpatizantes e os adversários do governo, polarizando as ideologias antagônicas. A legislação é bastante flexível em relação aos ilícitos de narcotráfico, possibilitando a ocorrência de conexões entre organizações terroristas internacionais, que buscam adquirir capital para financiamento de suas atividades, e organizações que realizam o tráfico de drogas no país. Desse modo, a principal ameaça em relação ao terrorismo está nas organizações criminosas que “lavam dinheiro” para grupos terroristas transnacionais.

No Brasil, também não há tipificação para o crime de terrorismo. Em 2009, foi estabelecida a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo, com a criação da Autoridade Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo (ANPCT), chefiada pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). No entanto, em 2011, a ANPCT foi extinta, o que resultou num retrocesso ao esforço nacional de combate ao terrorismo.

O país possui características consideradas atrativas para ações terroristas, das quais se destacam:

- aparato de fiscalização incompatível com a dimensão territorial, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos;
- existência de diversos alvos em potencial, como aglomerados populacionais, centros industriais, grande número de representações diplomáticas e eventos de projeção internacional; e
- organizações criminosas capazes de realizar ações terroristas e fornecer armas, explosivos, munições, apoio logístico e financiamento para organizações terroristas transnacionais.

Além disso, especula-se que, na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, integrantes de grupos extremistas islâmicos possam estar utilizando a região para atividades ilícitas, tendo em vista a presença de numerosos grupos de pessoas de origem árabe-palestina e a dificuldade do país em reprimir os ilícitos transfronteiriços.

Quanto ao aparato de prevenção contra o terrorismo, tem-se na Agência Brasileira

de Inteligência (ABIN) a responsabilidade pelo acompanhamento das atividades de estrangeiros no país e das questões relacionadas ao terrorismo no mundo.

Em termos de defesa, as Forças Armadas brasileiras possuem tropas de repressão ao terrorismo. No caso do Exército Brasileiro (EB), há o Comando de Operações Especiais (COOpEsp); na Marinha do Brasil (MB), o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) da Armada e o Batalhão de Operações Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais (Batalhão Tonelero). Já na Força Aérea Brasileira (FAB), há a Esquadrilha de Paracomandos do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR).

Quanto aos Órgãos de Segurança Pública, a Polícia Federal (PF) é o órgão responsável por apurar casos de terrorismo e investigar conexões de grupos extremistas com organizações criminosas em atividades de narcotráfico, tráfico de armas, contrabando, “lavagem de dinheiro” etc.

No Chile, o terrorismo atualmente se limita a alguns atos de menor magnitude representados por manifestações de caráter reivindicatório, efetuados por grupos criminosos. Tais ações não se constituem em ameaças significativas para o país.

Na Colômbia, apesar das conversações de paz em andamento entre o governo e os grupos guerrilheiros, os dois principais grupos – as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) – continuam a cometer atos de terrorismo, incluindo o sequestro de estrangeiros para extorquir dinheiro do governo, das empresas e de particulares.

Enquanto isso, grupos paramilitares de direita continuaram a expandir suas atividades, sobretudo nas grandes áreas de plantio de coca do sul do país. Esses grupos, além de atacar cidadãos na tentativa de minar as áreas de influência das FARC e do ELN, também sequestram autoridades políticas com o intuito de formular exigências ao Governo. Outro problema enfrentado pela Colômbia em relação ao terrorismo são as possíveis conexões dos grupos guerrilheiros e paramilitares com organizações terroristas internacionais.

No caso do Peru, o sistema judicial continua a punir com rigor os indivíduos acusados de cometer atos de terrorismo doméstico, e o governo permanece se opondo vigorosamente às atividades terroristas. O país sediava o treinamento de contraterrorismo patrocinado pelo governo americano e coopera com outros países no combate a atos terroristas no subcontinente, fornecendo informações valiosas, incluindo o acesso aos arquivos, registros e bancos de dados sobre grupos terroristas nacionais. O combate ao terrorismo é tarefa essencial do aparato de defesa militar do país, com a priorização no desenvolvimento de doutrinas.

O Sendero Luminoso (SL) continua sendo o grupo com maior atuação terrorista no Peru, apesar do processo de desarticulação enfrentado após a captura de Abimael Guzmán Reynoso, em 1992, e de seu substituto Oscar Ramirez Duran, em 1999. Com sua desarticulação, uns poucos remanescentes se estabeleceram na selva dos vales do rio Apurímac e Huallaga, e se aliaram aos traficantes da região, passando a realizar somente ações sem grande impacto.

No Uruguai, as responsabilidades atribuídas ao aparato de prevenção e combate ao terrorismo podem ser resumidas nas seguintes ações:

- manter atualizadas as informações sobre o terrorismo internacional;
- realizar a divulgação de informações obtidas para a atualização de planos;
- estabelecer medidas para neutralizar as ações de “ciberterrorismo”; e
- desenvolver a integração e a cooperação militar nos campos nacional e internacional, buscando maior eficiência na prevenção e no combate ao terrorismo.

Na Venezuela, a simpatia ideológica do governo bolivariano pelos grupos guerrilheiros colombianos limitou consideravelmente a cooperação venezuelana com a Colômbia no combate ao terrorismo, havendo acusações de que a Venezuela teria fornecido armas e munições para as FARC e para o ELN. Além disso, o antiamericanismo do governo venezuelano levanta suspeita de que o país possa oferecer refúgio e suporte a atividades de grupos terroristas transnacionais muçulmanos extremistas.

No Equador, elementos do crime organizado, com possíveis ligações com terroristas transnacionais, representam as ameaças relacionadas a terrorismo mais comuns enfrentadas pelo país na atualidade.

No Paraguai, o Exército do Povo Paraguaio (EPP) é a principal ameaça enfrentada pelo país, em termos de terrorismo, uma vez que o grupo marxista-leninista realiza atentados terroristas como instrumento de luta

armada. O país também não possui uma legislação que defina oficialmente crime de terrorismo, mas conta com a legislação comum e com uma estrutura de segurança e defesa baseada na atuação interagências das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública.

Considerações Finais

O terrorismo representa a nova face de ameaças que desafiam os Estados Nacionais no Século XXI, contra as quais as estruturas de segurança e defesa dos países ainda estão buscando se adequar para enfrentar. Entretanto, a falta de consenso internacional no entendimento do que seja terrorismo e as divergências de interesses políticos tendem a dificultar a obtenção de uma definição jurídica aceita pela comunidade de nações, restringindo também a colaboração internacional no combate ao terrorismo.

No caso da América do Sul, os grupos remanescentes das guerrilhas das décadas de 1960 e 1970 e os grupos criminosos, que atuam em atividades de narcotráfico e “lavagem de dinheiro”, representam as principais ameaças em relação ao terrorismo enfrentadas pelo subcontinente, uma vez que possuem capacidade de empreender ações terroristas e de estabelecer conexões com grupos terroristas internacionais.

Referências

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. **Encontro de Estudos - Terrorismo**. Brasília: Gráfica da Agência Brasileira de Inteligência, 2006.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Centro de Inteligência do Exército. **Estimativa GT Nr 03 – Curso Avançado de Inteligência – Ameaças do Terrorismo Moderno no Território Brasileiro e seus reflexos para o Sistema de Inteligência do Exército, até 2014**. Brasília, 2008.

Além disso, a leniência, a simpatia ou a convergência ideológica de determinados governos com esses grupos remanescentes da luta armada dificultam o estabelecimento de políticas colaborativas de prevenção e de combate ao terrorismo entre os países sul-americanos, bem como a aprovação de arcbouços jurídicos e estruturas contra terroristas internas, favorecendo a manutenção de ações terroristas por parte de grupos locais e sua associação com organizações terroristas transnacionais.

Soma-se a isso a considerável dificuldade por parte dos países sul-americanos em combater os ilícitos transfronteiriços em decorrência da limitação de recursos financeiros e de pessoal, da permeabilidade das fronteiras e da própria corrupção de agentes públicos, potencializando o crescimento das atividades criminosas e terroristas.

Por fim, considerando-se a dificuldade de integração dos esforços nacionais e a conjuntura sul-americana de estrutura de prevenção e combate ao terrorismo, conclui-se que há perspectivas de aumento da incidência de atentados terroristas na América do Sul bem como de uso da região por organizações terroristas internacionais para o desenvolvimento de atividades logísticas e para obtenção de financiamento para ações terroristas em outros continentes.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Centro de Inteligência do Exército. **Estimativa Final – Curso Avançado de Inteligência – Ameaças do Terrorismo Internacional nos Países da América do Sul – reflexos para suas Forças Armadas até 2014**. Brasília, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO. *Terrorismo: Consequências para o EB/2022 – Relatório de Simpósio. Coleção Meira Mattos*. Rio de Janeiro, Nº 17, p. 10-28, 1º Quadrimestre de 2008.

CHORNET, Consuelo Ramón. **Terrorismo y respuesta de fuerza en el marco del derecho internacional**. Buenos Aires: Editorial Tirant Lo Blanch, 1993.

SALDAÑA FERRADA, Patricio. *Prevenciones y estrategias contra el terrorismo en Chile. Primera Parte. Revista de las Fuerzas Armadas*. Edición 194, Marzo 2005. p. 38-49. Bogotá, DC, Colômbia, 2005.

STERLING, Claire. **A rede do terror**. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1981.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

¹ Este é um artigo de opinião baseado num Trabalho de Conclusão de Curso redigido por este autor, em parceria com os maiores do Exército Ricardo Batista Zimmermann e Fábio da Paixão Pinheiro, como etapa de conclusão do Curso Intermediário de Inteligência da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx), realizado em 2010. Este artigo contou ainda com a revisão do tenente-coronel Laurence Alexandre Xavier Moreira, um dos estudiosos do Exército Brasileiro sobre o tema Terrorismo e Contraterrorismo.

² Os EUA declararam a “Guerra Global contra o Terror”, buscando debelar as redes terroristas Jihad Islâmica e Al Qaeda de Osama Bin Laden, responsável pelo atentado de 11 de setembro de 2001, e passaram a reprimir os regimes de estado, considerados na época de apoio ao terrorismo, como o do Talibã, no Afeganistão, e o de Saddam Hussein, no Iraque.

³ Também alguns regimes estatais têm sido considerados perpetradores de terrorismo de estado por serem semelhantes nos efeitos, mas em geral bastante diferentes nos métodos. A repressão política em estados ditatoriais é por vezes associada ao terrorismo, como no Iraque de Saddam Hussein. Em verdade, a expressão terrorismo de estado foi forjada pela URSS no quadro da Guerra Fria para desqualificar a Operação Condor de repressão aos movimentos comunistas subversivos da América do Sul (BRASIL, 2009).

Acervo do Museu do Desporto do Exército

Agradecimentos: Gen Div Décio dos Santos Brasil,
Cel Mauro Benedito Guaraldo Secco e
Cel Thadeu Marques de Macedo.





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0011-7641

